

Organizadores
Ilza Galvão Cutrim
Georgiana Márcia Oliveira Santos
Mônica da Silva Cruz



**Anais do Seminário Nacional de
Estudos Linguísticos do
Programa de Cooperação
Acadêmica (Procad) UFT-
UFMA-UFSC:**

Pesquisas em Debate



EDUFMA

**ANAIS DO Seminário Nacional de Estudos Linguísticos do Programa
de Cooperação Acadêmica (Procad) UFT-UFMA-UFSC: Pesquisas em
Debate**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor Prof. Dr. Natalino Salgado Filho
Vice-Reitor Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos



EDUFMA

EDITORIA DA UFMA

Diretor Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira

Conselho Editorial

Prof. Dr. Antônio Alexandre Isídio Cardoso
Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni
Prof. Dr. André da Silva Freires
Prof. Dr. Márcio José Celeri
Profa. Dra. Diana Rocha da Silva
Profa. Dra. Gisélia Brito dos Santos
Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa
Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva
Prof. Dr. Carlos Delano Rodrigues
Prof. Dr. Felipe Barbosa Ribeiro
Profa. Dra. Maria Aurea Lira Feitosa
Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas
Bibliotecária Dra. Suênia Oliveira Mendes
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Associação Brasileira de Editoras Universitárias

Organizadores

Ilza Galvão Cutrim

Georgiana Márcia Oliveira Santos

Mônica da Silva Cruz

**ANAIS DO Seminário Nacional de Estudos Linguísticos do Programa
de Cooperação Acadêmica (Procad) UFT-UFMA-UFSC: Pesquisas em
Debate**

São Luís



EDUFMA

2023



EDUFMA

Copyright © 2023 by EDUFMA

Todos os direitos dos trabalhos reproduzidos neste livro pertencem a seus respectivos autores.

Revisão Textual

Autores dos Artigos

Imagens

Sob responsabilidades dos autores dos capítulos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Seminário Procad UFT-UFMA-UFSC (1.:2023:São Luís)

E-book dos "Anais do I Seminário Nacional de Estudos Linguísticos do PROCAD UFT/UFMA/UFSC: Pesquisas em Debate"; ocorrido em 14 e 16 de junho de 2023 [recurso eletrônico] / Ilza Galvão Cutrim, Georgiana Márcia Oliveira Santos, Mônica da Silva Cruz (orgs.).—São Luís: EDUFMA, 2023.

132 p.: il. color.

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-5363-355-1

1. Intercâmbio científico - Projeto de Cooperação em Estudos Linguísticos - PROCAD - Educação Superior. I. Cutrim, Ilza Galvão. II. Santos, Georgiana Márcia Oliveira. III. Cruz, Mônica da Silva. IV. Título.

CDD 378:001.42

CDU 378:001

Ficha catalográfica elaborada pela Diretoria Integrada de Bibliotecas (DIB)-UFMA
Bibliotecário: Wilton Cerveira Marques CRB13/567 Mat.Siape 1675653

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

EDUFMA

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Av. dos Portugueses, 1966 | Vila Bacanga

CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil

Telefone: (98) 3272-8157

www.edufma.ufma.br | edufma.sce@ufma.br

Comitê de organização

Prof. Dr. Atílio Butturi – Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC

Profa. Dra. Ana Lúcia Rocha Silva – Universidade Federal do Maranhão-UFMA

Prof. Dr. Carlos Ludwig – Universidade Federal do Tocantins-UFT (Porto Nacional)

Profa. Dra. Cibelle Correa Béliche Alves – Universidade Federal do Maranhão-UFMA

Profa. Dra. Georgiana Márcia Oliveira Santos – Universidade Federal do Maranhão-UFMA

Profa. Dra. Ilza Galvão Cutrim – Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Profa. Dra. Maria da Graça dos Santos Faria – Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Profa. Dra. Marize Barros Rocha Aranha – Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Profa. Dra. Mônica da Silva Cruz – Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Profa. Dra. Mônica Carneiro Fontenelle – Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Dr. Rafael Campos Quevedo – Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Dr. Thiago Barbosa Soares – Universidade Federal do Tocantins - UFT (Porto Nacional)

Profa. Dra. Veraluce da Silva Lima – Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Dr. Valter Pereira Romano – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC



Comitê científico

Profa. Dra. Ana Lúcia Rocha Silva – Universidade Federal do Maranhão-UFMA

Prof. Dr. Carlos Roberto Ludwig – Universidade Federal do Tocantins-UFT

Profa. Dra. Cibelle Correa Béliche Alves – Universidade Federal do Maranhão-UFMA

Profa. Dra. Georgiana Márcia Oliveira Santos – Universidade Federal do Maranhão-UFMA

Profa. Dra. Ilza Galvão Cutrim – Universidade Federal do Maranhão-UFMA

Prof. Dr. João da Silva Júnior – Universidade Federal do Maranhão-UFMA

Prof. Dr. José Dino Costa Cavalcante – Universidade Federal do Maranhão-UFMA

Profa. Dra. Maria da Graça dos Santos Faria - Universidade Federal do Maranhão-UFMA

Profa. Dra. Mônica da Silva Cruz – Universidade Federal do Maranhão-UFMA

Profa. Dra. Mônica Carneiro Fontenelle – Universidade Federal do Maranhão-UFMA

Prof. Dr. Rafael Campos Quevedo – Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Dr. Thiago Barbosa Soares – Universidade Federal do Tocantins-UFT

Profa. Dra. Veraluce da Silva Lima – Universidade Federal do Maranhão-UFMA





SEMINÁRIO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO PROCADUFT/UFMA/UFSC:
Pesquisas em Debate

Sumário

| | |
|--|-----|
| APRESENTAÇÃO | 9 |
| A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PALAVRA “MACHO” E SUA RELAÇÃO COM O RACISMO E A DISCRIMINAÇÃO RACIAL: UMA ANÁLISE SOCIOLINGÜÍSTICA E DIACRÔNICA NOS ESTADOS UNIDOS E NO MÉXICO | 11 |
| A LUTA FEMININA POR HABITAÇÃO EM SÃO LUÍS: UMA ANÁLISE DO SUJEITO EM DISCURSOS JORNALÍSTICOS | 22 |
| A POLÊMICA COMO PROTESTO EM INTERAÇÕES TECNOLINGÜAGEIRAS | 32 |
| ANÁLISE AUTOMÁTICA DE MÉTRICAS TEXTUAIS EM UM CORPUS DE REDAÇÕES AVALIADAS PELA BANCA OFICIAL DO ENEM | 40 |
| CONCEITOS DE AUTORIA EM PRÁTICAS DE ENSINO DE PRODUÇÃO DE TEXTOS DO PROJETO DE EXTENSÃO ENTRETEXTOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO: O QUE PENSAM OS GRADUANDOS DE LETRAS? | 47 |
| DISCURSIVIDADES SOBRE O PROFESSOR: O SUJEITO EM DÉFICIT COM A SUA FORMAÇÃO | 55 |
| LEITURA E ESCRITA EM TEMPOS DE INTERNET: peculiaridades e reflexões pedagógicas | 62 |
| LEXIAS APRESENTADAS NO QUILOMBO URBANO BAIRRO DE FÁTIMA DA CIDADE DE SÃO LUÍS, MARANHÃO | 74 |
| LINGÜAGEM FORMAL E INFORMAL EM SALA DE AULA: POSSIBILIDADES QUE MINIMIZAM O PRECONCEITO LINGÜÍSTICO | 83 |
| O USO DE METÁFORAS NA CONSTRUÇÃO DE RECURSOS ARGUMENTATIVOS EM DISCURSOS DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER PRESENTES EM PERFIS NO INSTAGRAM | 91 |
| TRANSPOSIÇÃO E CONVERGÊNCIA MIDIÁTICA: O CASO DO EPISÓDIO A VIÚVA, DO PROGRAMA TELEVISIVO LINHA DIRETA | 99 |
| UM ARQUIVO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO | 107 |
| UMA ANÁLISE DO DISCURSO: Os limites da liberdade de expressão nas redes sociais | 117 |
| “SÃO LUÍS INTELIGENTE” E OUTROS ENUNCIADOS: DISCURSOS BIOPOLÍTICOS PARA A CAPITAL MARANHENSE EM REDES DISPOSITIVAS DE GOVERNAMENTALIDADE | 126 |





SEMINÁRIO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO PROCADUFT/UFMA/UFSC:
Pesquisas em Debate

Caros leitores e Caras leitoras:

O SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO PROCAD UFT/UFMA/UFSC: Pesquisas em Debate”, em formato híbrido, ocorreu entre os dias 14 e 16 de junho de 2023 e compôs parte das ações de intercâmbio científico previstas no Projeto de Cooperação em Estudos Linguísticos proposto pela Universidade Federal do Tocantins (PPGLetras/UFT-Porto Nacional), envolvendo a Universidade Federal do Maranhão (PGLETRAS/UFMA- São Luís) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC- Programa de Pós-Graduação em Linguística).

O objetivo principal do evento foi proporcionar a interação acadêmica entre docentes e discentes da Graduação e da Pós-Graduação dos Programa de Pós- Graduação em Letras e Linguística das três Universidades, vinculadas ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia – PROCAD Amazônia (Edital 21/2018).

Com uma programação vasta, composta por comunicações orais (Google-Meet), mesas redondas e conferências (presenciais, no CCH-UFMA-São Luís), o encontro contou com a participação de professores e pesquisadores ligados a diferentes Universidades do Brasil, para debaterem e divulgarem pesquisas desenvolvidas no campo dos estudos linguísticos e literários. A participação de pesquisadores de todas as regiões do país confirmou a importância do Seminário, que alcançou um número expressivo de trabalhos apresentados.



Destacamos nossos agradecimentos aos docentes e discentes de Graduação e Pós-Graduação, que nos ofereceram suporte e incentivaram a realização do evento. Em especial, agradecemos ao pesquisadores e às pesquisadoras que compartilharam seus trabalhos e conhecimentos.

Ressaltamos que os artigos que integram estes Anais são de inteira responsabilidade de seus autores e autoras, no que se refere à revisão linguístico-textual e conteúdo, não cabendo, portanto, à Comissão Organizadora do Seminário ou à EDUFMA qualquer responsabilidade legal sobre esses assuntos.

Por fim, aos leitores e às leitoras, desejamos uma leitura produtiva, e que os artigos apresentados nestes Anais possam ensejar novos debates e contribuições para os estudos linguísticos e literários.

A Comissão Organizadora.



A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PALAVRA “MACHO” E SUA RELAÇÃO COM O RACISMO E A DISCRIMINAÇÃO RACIAL: UMA ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA E DIACRÔNICA NOS ESTADOS UNIDOS E NO MÉXICO

Jonathas de Cerqueira CASTRO
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
jdeccastro@aluno.uespi.br

RESUMO: O artigo discute a evolução histórica da palavra “macho” no México e nos Estados Unidos, abordando como ela se relaciona com questões de racismo, discriminação racial e o uso do *mock Spanish* (espanhol paródia). A pesquisa utiliza uma abordagem sociolinguística e diacrônica, analisando como o uso e o significado da palavra “macho” mudou ao longo do tempo. Os resultados mostram que a palavra “macho” historicamente tem sido usada de maneira pejorativa para se referir a homens de ascendência latina, sobretudo mexicanos, reforçando estereótipos negativos e perpetuando a discriminação racial. O estudo conclui que, apesar de a palavra “macho” ter sofrido forte alteração em seu conceito inicial, é importante continuar monitorando e analisando o uso da linguagem, pois ela pode ter implicações significativas para a forma como as pessoas são tratadas e percebidas na sociedade.

Palavras-chave: sociolinguística; *mock Spanish*; racismo; “macho”.

1 Introdução

Este artigo tem como objetivo realizar um estudo diacrônico acerca da evolução da palavra “macho”, analisando o seu significado nas culturas mexicana e estadunidense.

A ideia inicial desta pesquisa surgiu em uma aula da disciplina de Evolução Histórica da Língua Inglesa. No encontro, que tinha como assunto *borrowing words*, foram trazidas diversas palavras de outras línguas que foram incorporadas pela língua inglesa, dentre elas, determinadas palavras hispânicas, como “macho”. O material apresentava a seguinte definição de “macho”:

22. Macho.

This word describes a person who is very Strong or masculine. It can also be used to describe a person who is arrogant about his manhood. It's also been used in the name of a professional westler and a popular disco song from the 1970s.

Example:

*Peter is a real **macho** guy, but that's annoying sometimes. He says that “real men don't cry,” but I think he's wrong¹.* (destaques do original)

Percebemos da leitura supracitada que a palavra “macho” assume uma valoração dicotômica. Por um lado, a palavra possui uma conotação considerada “positiva”², descrevendo uma pessoa forte e masculina; por outro lado, o vocábulo traz características “negativas”, como a arrogância e agressividade. Além disso, foram apresentados outros conceitos para “macho”, como o lutador de *Wrestling* ou o nome de uma canção que se tornou popular na década de 1970.

¹ Informação apresentada em material impresso, disponibilizado em sala de aula.

² A atribuição dos valores positivos ou negativos atrelados ao conceito da palavra “macho” levaram em consideração valores culturais, sociais e econômicos vigentes no momento da pesquisa. No entanto, é crucial reconhecer que os conceitos atribuídos ao termo “macho” são socialmente construídos e podem variar substancialmente de acordo com a sociedade e o momento histórico vivido.

Por conta dessa diversidade de conceitos, realizamos pesquisas iniciais acerca da origem e utilização da palavra “macho” na língua inglesa. Nessa pesquisa, verificamos que o primeiro significado trazido em sala fazia referência ao uso do vocábulo na sociedade latina, em que “macho” assume um significado de força e virilidade; o segundo conceito, negativo, é utilizado na língua inglesa para definir uma pessoa agressiva ou excessivamente arrogante (MACHILLOT, 2013).

Após aprofundarmos a linha de pesquisa com a leitura dos autores adiante listados, que trouxeram importante contribuição para o corpus do trabalho, foi possível verificar que a palavra “macho”, quando empregada pelos anglo-americanos (estadunidenses caucasianos, de origem inglesa-europeia), assume um forte significado pejorativo, utilizada como instrumento de discriminação racial da população latina nos Estados Unidos.

Além disso, foi possível constatar a evolução da palavra “macho” ao longo da história méxico-americana, que passou por diversas alterações em seus significados, tais como: (1) empregada para discriminar e criar uma imagem estereotipada de pessoas latinas e mexicanas nos Estados Unidos, definindo esse grupo étnico como pessoas violentas, agressivas, de comportamento animalesco (PAREDES, 1971; GUTIÉRREZ, 1995); (2) após, tornou-se um termo de chacota ou escárnio, empregado para satirizar homens se comportam de forma exageradamente masculina ou agressiva, valorizando os estereótipos de gênero e a dominância em relação a outros (HILL, 1995; 2008); o conceito do macho evoluiu, passando a representar tanto características consideradas positivas, ligadas ao lado latino da palavra, com a figura de um homem forte, corajoso e confiante, como, em outros casos, foi mantida a imagem estereotipada do homem de aparência e comportamentos rudes, reproduzindo os conceitos negativos da palavra (PAREDES, 1971).

Dessa forma, a discussão acerca da evolução da palavra “macho” se mostra pertinente, pois tratando-se da disciplina de estudo da Evolução Histórica da Língua Inglesa, podemos analisar o processo de apropriação de uma palavra pela língua inglesa em que houve uma deturpação de seu sentido original, criando um conceito-significado estereotipado de uma minoria dominada, conceito o qual é reproduzido ainda nos dias atuais.

Assim, o artigo visa realizar o estudo diacrônico da evolução semântica do vocábulo específico “macho”, além de analisar, sob a ótica da sociolinguística, os diversos contextos envolvendo o uso da palavra no México e nos Estados Unidos ao longo do tempo.

Como metodologia, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico, estando entre os principais autores que fomentaram a discussão: Américo Paredes (1971), Didier Machillot (2013), David G. Gutiérrez (1995), Gloria E. Anzaldúa (1987), Jane H. Hill (1995; 2008) e Judith Butler (1997).

No tocante à estrutura, o artigo encontra-se dividido em três seções. Na primeira seção, apresentamos conceitos iniciais importantes, como os de *borrowing words* (palavras emprestadas) e *mock Spanish* (espanhol paródia), e como a reprodução de tal comportamento alimenta e estimula o racismo nos Estados Unidos.

Em seguida, apresentamos um estudo da evolução do termo “macho” nas sociedades mexicana e estadunidense, e como esse termo historicamente foi utilizado para discriminar e segregar os povos de origem étnica mexicana.

Nas considerações finais, o artigo aborda a nova roupagem da palavra “macho”, representada na cultura pop e literária com ambas as suas características: tanto as positivas, oriundas de sua origem latina, como as negativas, presentes na versão deturpada pela língua inglesa.

2 *Borrowing words, mock Spanish, white racism* e a construção de estereótipos

Borrowing words ou palavras emprestadas na tradução literal, referem-se a empréstimos linguísticos, ou seja, quando uma palavra de uma língua é incorporada ao léxico de outra língua,

sem alteração de sua pronúncia ou grafia, ou com a adaptação da escrita e da fonética dessas palavras (JANSON, 2020).

Com a incorporação de uma palavra por outra língua, frequentemente há uma alteração dos elementos da cultura que cedeu a palavra. Segundo Janson (2020, p. 119):

Quando palavras são criadas numa língua e depois são adotadas por várias outras línguas, como foi o caso com tantas palavras gregas, os elementos da cultura original também são transmitidos no processo e, frequentemente, também são transformados. O termo habitual para designar essas palavras transmitidas é *empréstimo*. Na verdade, é um termo enganador: as palavras nunca serão devolvidas ao doador e, quando a transmissão se completa, elas se tornam partes integrantes, adaptadas à nova língua e à nova cultura.

Assim, com a incorporação de uma palavra a uma nova língua-cultura, poderá haver a alteração do seu significado (conceito). O conceito variará de acordo com a língua falante, que representa uma “visão de mundo” de cada cultura (BIZZOCHI, 2021).

Portanto, o signo linguístico, composto pelo significante (palavra) e significado (conceito), poderá assumir um novo significado ao ser apropriado por uma nova língua-cultura (BIZZOCHI, 2021). E foi justamente essa alteração de conceito que ocorreu com a palavra “macho” e tantas outras palavras de origem hispânica quando incorporadas pela língua inglesa, ainda quando mantido o seu significante original (signo-palavra).

Neste sentido, Jane Hill, pesquisadora dos discursos de racismo nos Estados Unidos, em *The everyday language of white racism* (2008), aborda a força do racismo branco e como foi criada uma cultura em torno dele, alimentada por discursos muitas vezes implícitos e em forma de “piadas” (*light jokes*), que dividem os anglo-americanos das demais populações.

A autora foca especificamente no uso do *mock Spanish* como forma de propagação do racismo branco, criando estereótipos negativos para as populações latinas. A pesquisadora define o *mock Spanish* como “*a way that Anglos in the United States can use light talk and joking to reproduce the subordinate identity of Mexican-Americans*” (1995, p. 198)³. Em geral, o *mock Spanish* refere-se ao uso de palavras ou frases em espanhol de uma forma que não é autêntica ou precisa. Também pode se referir ao uso de palavras ou frases em espanhol para fins humorísticos ou satíricos, em vez de usá-la para uma comunicação séria ou para mostrar respeito pela língua ou cultura espanhola. Para Hill (1995), o uso do *mock Spanish* se dá pela deturpação de elementos da língua espanhola. Trata-se de um ponto de vista racista sobre os falantes latinos.

Abordando aspectos linguísticos e raciais nos Estados Unidos, Galván Torres (2021) cita como exemplo bastante conhecido do *mock Spanish* o uso da expressão “*Hasta la vista, baby*” por Arnold Schwarzenegger em seu papel em *Exterminador do Futuro*⁴. A expressão, que literalmente significa “até logo”, é empregada pelo personagem com o significado semelhante a “não o verei nunca mais”, logo após exterminar seus inimigos, demonstrando uma deturpação do sentido original da expressão.

A pesquisadora demonstra outro exemplo do uso do *mock Spanish*, dessa vez com um teor racista explícito. Hill assinala que, em determinada campanha política no estado do Arizona, um

³ “uma maneira que os anglos nos Estados Unidos podem usar a conversa informal e o humor para reproduzir a identidade subordinada dos México-americanos” (HILL, 1995, p. 198, tradução nossa)

⁴ “O Exterminador do Futuro” (1984) é um clássico da ficção científica, dirigido por James Cameron e estrelado por Arnold Schwarzenegger como o Exterminador, um ciborgue implacável enviado do futuro. Sua famosa expressão “*Hasta la vista, baby*” é deturpada no filme, utilizada ironicamente após exterminar seus inimigos, criando um contraste com o significado original da expressão, que é “até logo”. O uso da expressão adiciona um toque de humor negro à narrativa, reforçando a natureza impiedosa do personagem.

organizador relatou que mandou imprimir broches e camisetas para vender em apoio a sua campanha. Esses itens traziam o bordão “*if you’re an illegal, head South, Amigo*” (HILL, 1995, p. 11). Nitidamente, o uso da palavra “*Amigo*” significa qualquer outra coisa, menos “*friend*”. O bordão tenta diferenciar imigrantes latinos ilegais, que deveriam rumar para o sul, dos imigrantes legais, criando uma imagem negativa e estereotipada dos imigrantes latinos. Outros exemplos são citados pela autora, como o emprego das palavras *cerveza*, *manana*, e das expressões *no problemo*, *caca de pee pee*, *much-o*, *trouble-o* (HILL, 2008).

Por conta da jocosidade presente no uso dessas expressões, muitas pessoas não percebem o teor racista que assume o *mock Spanish*. Nesses casos, devemos, como Judith Butler adverte, acreditar que a língua possui “*a power to injure, and position ourselves as the objects of its injurious trajectory*” (1997, p. 1)⁵.

Feitas essas considerações, verificamos que o uso do tom jocoso de palavras do espanhol, apropriadas pela língua inglesa, muitas vezes reproduzem um discurso racista implícito, definido por Hill como cultura do racismo branco (*white racism culture*). No caso da palavra “macho”, a sua apropriação e reprodução se deu em um nítido processo de discriminação racial e de segregação pós-revolução mexicana, como apresentamos a seguir.

3 A evolução histórica da palavra Macho no México e nos Estados Unidos

A palavra “macho” vem da língua espanhola, significando “masculino” ou “viril”. É derivado da palavra latina *masculus*, que significa “macho” ou “masculino”.

Segundo Machillot (2013), o termo “macho” surge durante a Revolução Mexicana, por volta dos anos de 1910 a 1915. No entanto, o autor adverte que, ainda antes do uso da expressão para se referir a pessoas, já eram utilizados outros termos durante a colonização mexicana para categorizar os povos ali existentes.

De acordo com o autor, os espanhóis colonizadores classificavam os mexicanos em três grupos: indígenas, crioulos (*criollos*) – descendentes de espanhóis nascidos nas colônias – e mestiços (*mestizos*), filhos de espanhóis com indígenas. Esses últimos eram os alvos de maior discriminação, sendo também chamados de “*pelados*”. Os espanhóis viam os mexicanos em geral e, particularmente os “*mestizos*”, como pessoas pobres com uma sexualidade animalizada, desenfreada e sem moral (MACHILLOT, 2013).

Segundo Machillot (2013), Samuel Ramos, em *El perfil del hombre y la cultura en México*, publicado pela primeira vez em 1934, foi o primeiro pesquisador a utilizar a expressão “macho” em um trabalho acadêmico, embora seu trabalho tenha definido o macho mexicano como sendo uma pessoa com as características negativas de ser “*violento, grosero, irritable, peligroso, impulsivo, fanfarrón, superficial, desconfiado, inestable y falso*” (2013, p. 48)⁶.

Samuel Ramos (1963, p. 54) refere-se ao mexicano chamando-o de “macho” ou “*pelado*”. Ao examinar sua obra, fica evidente uma perspectiva explicitamente racista e discriminatória que permeou todo o seu trabalho. Por exemplo, no excerto a seguir:

El pelado: pertenece a una fauna social de categoría ínfima y representa el desecho humano de la gran ciudad. En la jerarquía económica es menos que un proletario y en la intelectual un primitivo. La vida le ha sido hostil por todos lados, y su actitud ante ella es de un negro resentimiento. Es un ser de naturaleza explosiva cuyo trato es peligroso, porque estalla al roce más leve. Sus explosiones

⁵ “um poder de ferir e de nos posicionar como objetos de sua trajetória prejudicial” (BUTLER, 1997, p. 1, tradução nossa)

⁶ “violento, grosseiro, irritável, perigoso, impulsivo, fanfarrão, superficial, desconfiado, instável e falso” (MACHILLOT, 2013, p. 48, tradução nossa)

son verbales, y tienen como tema la afirmación de sí mismo en un lenguaje grosero y agresivo. Ha creado un dialecto propio cuyo léxico abunda en palabras de uso corriente a las que da un sentido nuevo. Es un animal que se entrega a pantomimas de ferocidad para asustar a los demás haciéndole creer que es más fuerte y decidido.⁷

Em outro trecho, Ramos comenta sobre a obsessão pela bravura e virilidade atribuída aos homens mexicanos, representada na imagem do falo. Segundo Ramos, essa obsessão pelo falo é associada à noção de poder. Ramos chama o homem mexicano de um ser sem uma substância interna significativa, que tenta preencher seu vazio com o único valor que lhe resta: o aspecto masculino (1963)

Es preciso advertir también que la obsesión fálica del “pelado” no es comparable a los cultos fálicos, en cuyo fondo yace la idea de la fecundidad y la vida eterna. El falo sugiere al “pelado” la idea del poder. De aquí ha derivado un concepto muy empobrecido del hombre. Como él es, en efecto, un ser sin contenido sustancial, trata de llenar su vacío con el único valor que está a su alcance: el del macho. Este concepto popular del hombre se ha convertido en un prejuicio funesto para todo mexicano. Cuando éste se compara con el hombre civilizado extranjero y resalta su nulidad, se consuela del siguiente modo: “Un europeo – disse – tiene la ciencia, el arte, la técnica, etc., etc.; aquí no tenemos nada de esto, pero... somos muy hombres”. Hombres en la acepción zoológica de la palabra, es decir, un macho que disfruta de toda la potencia animal. e El mexicano, amante de ser fanfarrón, cree que esa potencia se demuestra con la valentía. ¡Si supiera que esa valentía es una cortina de humo!⁸

Em ambas as passagens, Ramos demonstra um retrato profundamente depreciativo da população mexicana, utilizando de estereótipos raciais e linguagem discriminatória para construir uma imagem degradante, retratando os homens mexicanos como agressivos, sexistas, arrogantes e animalescos. Isso reforça uma visão preconceituosa que marginaliza e perpetua estereótipos sobre a comunidade mexicana.

Machillot (2013) e Paredes (1971) concordam que o trabalho de Samuel Ramos ganhou notoriedade nos Estados Unidos, sendo um dos responsáveis pela popularização do termo “macho” e “machismo” na cultura norte-americana, carregado de um forte teor racista.

Após a Revolução Mexicana de 1910, que levou ao fim da ditadura de Porfirio Díaz, surgiu um forte ideal de nacionalismo e patriotismo. Machillot (2013) afirma que a vitória popular

⁷ “O pelado: pertence a uma fauna social de categoria muito baixa e representa os dejetos humanos da cidade grande. Na hierarquia econômica ele é menos que um proletário e na intelectual um primitivo. A vida tem sido hostil a ele por todos os lados, e sua atitude em relação a ela é de ressentimento negro. É um ser de natureza explosiva cujo tratamento é perigoso, pois explode ao menor toque. Suas explosões são verbais e têm como tema a auto-afirmação em linguagem rude e agressiva. Criou um dialeto próprio, cujo léxico está repleto de palavras de uso corrente às quais dá um novo significado. É um animal que se entrega a pantomimas ferozes para assustar os outros e fazê-los pensar que é mais forte e determinado.” (RAMOS, 1963, p. 54, tradução nossa)

⁸ Deve-se notar também que a obsessão fálica dos “descascados” não é comparável aos cultos fálicos, no fundo dos quais está a ideia de fecundidade e vida eterna. O falo sugere ao “descascado” a ideia de poder. Daqui derivou um conceito muito empobrecido do homem. Sendo, com efeito, um ser sem conteúdo substancial, procura preencher o seu vazio com o único valor ao seu alcance: o do masculino. Esse conceito popular de homem tornou-se um preconceito fatal para todos os mexicanos. Ao comparar-se com o civilizado estrangeiro e evidenciar a sua nulidade, consola-se da seguinte forma: “Um europeu – disse – tem ciência, arte, técnica, etc., etc.; aqui a gente não tem nada disso, mas... a gente é muito homem”. Homens no sentido zoológico da palavra, ou seja, um macho que goza de toda a força animal. e O mexicano, amante da fanfarronice, acredita que esse poder se demonstra com coragem. Se eu soubesse que tamanha bravura é uma cortina de fumaça! (RAMOS, 1963, p. 55-56, tradução nossa)

mexicana e o nacionalismo que emergiu com a Revolução Mexicana levaram a um novo conceito do macho.

Citando o filósofo José Vasconcelos em sua obra "*La raza cósmica*", Machillot (2013) afirma que, após a Revolução, foi elevado o reconhecimento da raça dos "*mestizos*", que se converteram então nos responsáveis pela derrubada do regime ditatorial graças a sua valentia. Os "machos", então, tornaram-se heróis patriotas, dotados de força e coragem; surgiu daí um novo significado para a palavra que até então era utilizada para separar os "*mestizos*" dos demais povos mexicanos.

Paredes (1971) ratifica as informações de Machillot e afirma que, após a Revolução, foi criado um novo conceito para a derivação "machismo". Segundo o autor, citando Vicente Mendoza, passaram a existir dois significados para o vocábulo: um "falso" machismo, com o seu "*presumptuous boasts, bravado, and double talk*" (1971, p. 19)⁹ mas, também, havia o novo machismo, o "autêntico", segundo o qual (PAREDES, 1971, p. 19):

It is simply courage, and it is celebrated in the folksongs of all countries. Admiration for the brave man who dies for the fatherland, for an ideal, or simply because he does not want to live without honor or without fame is found among all peoples. It is the heroic ideal in any time and in any country.¹⁰

Em seu trabalho, Paredes apresenta diversas canções populares dessa época que reproduzem o ideal do macho mexicano pós-Revolução como sendo o homem destemido, que preza pela honra e pela justiça, reforçando a ideia de que, após a independência da República do México, houve a criação de uma nova identidade cultural e nacional, e o uso da palavra que outrora possuía um valor pejorativo e racista, passou a assumir um significado positivo.

Podemos inferir que houve, entre as realidades mexicana e norte-americana, um acontecimento histórico que levou à divisão do significado da palavra "macho".

Essa divisão do significado do macho é trazida por Glória E. Anzaldúa, em sua obra *Borderlands: the new mestiza* (1987). Em seu livro, Anzaldúa retrata a experiência vivida pela comunidade Chicana e latina no lado estadunidense da fronteira, por meio de um olhar sobre questões de gênero, identidade, raça e colonialismo.

A seguinte passagem deixa clara a opinião da autora sobre o uso do termo "macho" pelos anglo-americanos (1987, p. 83):

"You're nothing but a woman" means you are defective. Its opposite is to be un macho. The modern meaning of the word "machismo," as well as the concept, is actually an Anglo invention. For men like my father, being "macho" meant being strong enough to protect and support my mother and us, yet being able to show love. Today's macho has doubts about his ability to feed and protect his family. His "machismo" is an adaptation to oppression and poverty and low self-esteem. It is the result of hierarchical male dominance. The Anglo, feeling inadequate and inferior and powerless, displaces or transfers these feelings to the Chicano by shaming him. In the Gringo world, the Chicano suffers from excessive humility and self-effacement, shame of self and self-deprecation. Around Latinos he suffers from a sense of language inadequacy and its accompanying discomfort; with Native Americans he suffers from a racial amnesia which ignores our common

⁹ "ostentação presunçosa, bravata e conversa fiada" (PAREDES, 1971, p. 19, tradução nossa)

¹⁰ É simplesmente coragem e é celebrada nas canções folclóricas de todos os países. A admiração pelo bravo que morre pela pátria, por um ideal, ou simplesmente porque não quer viver sem honra ou sem fama encontra-se entre todos os povos. É o ideal heróico em qualquer época e em qualquer país. (PAREDES, 1971, p. 19, tradução nossa)

blood, and from guilt because the Spanish part of him took their land and oppressed them. He has an excessive compensatory hubris when around Mexicans from the other side. It overlays a deep sense of racial shame.¹¹

Verificamos, do excerto supracitado, que o processo de apropriação da palavra “macho” pela língua inglesa foi acompanhado de um teor racista trazido pelos colonizadores e reproduzido por autores como Samuel Ramos. Essa discriminação racial sofrida pelos mexicanos marcou o início do século XX nas regiões sul e sudeste dos Estados Unidos.

Nesse sentido, Gutiérrez, em *Walls and Mirrors: Mexican Americans, Mexican Immigrants, and the Politics of Ethnicity* (1995), faz uma revisão histórica das políticas de imigração referentes à população mexicana nos Estados Unidos.

O objeto de pesquisa de Gutiérrez envolveu documentos oficiais e relatórios arquivados nos quais era possível analisar o discurso vigente na época. Diversos documentos citados por Gutiérrez demonstram que os mexicanos eram vistos pelas autoridades estadunidenses como selvagens, agressivos, não cooperativos, entre outros termos pejorativos e racistas.

À guisa de exemplo, Gutiérrez cita um relatório de um economista da Universidade de Vanderbilt, chamado Roy L. Garis, apresentado ao Comitê de Imigrações dos Estados Unidos, no qual foi apresentada uma visão extremamente racista da população mexicana da fronteira (1995, p. 53-54):

Collecting data for his study of Mexican immigration issue, Vanderbilt University economist Roy L. Garis presented a similar view of Mexicans in his report to the House Committee on Immigration. Quoting what he claimed was a letter sent to him by a “concerned American living in a border city”, Garis inserted into the committee’s record a virulent racist representation of Mexicans which characterized them as having “minds [that] run to nothing higher than the animal functions – eat, sleep, and sexual debauchery. In Every huddle of Mexicans one meets the same idleness, hordes of hungry dogs and filthy children with faces plastered with flies, disease, lice, human filth, stench, promiscuous fornication, bastardy, lounging, apathetic peons and lazy squaws, beans and dried chili, liquor, general squalor, and envy and hatred of the Gringo. These people sleep by day and prowl by night like coyotes, stealing anything they can get their hands on, no matter how useless to them it may be. Nothing left outside is safe unless padlocked or chained down.”¹²

¹¹ "Você não passa de uma mulher" significa que você é defeituosa. Seu oposto é ser um macho . O significado moderno da palavra "machismo", assim como o conceito, é na verdade uma invenção anglo. Para homens como meu pai, ser "macho" significava ser forte o suficiente para proteger e apoiar minha mãe e a nós, mas ser capaz de demonstrar amor. O macho de hoje tem dúvidas sobre sua capacidade de alimentar e proteger sua família. Seu "machismo" é uma adaptação à opressão, à pobreza e à baixa auto-estima. É o resultado da dominação masculina hierárquica. O anglo, sentindo-se inadequado, inferior e impotente, desloca ou transfere esses sentimentos para o chicano envergonhando-o. No mundo gringo, o chicano sofre de excessiva humildade e auto-anulação, vergonha de si mesmo e autodepreciação. Perto dos latinos, ele sofre de uma sensação de inadequação da linguagem e do desconforto que a acompanha; com os nativos americanos, ele sofre de uma amnésia racial que ignora nosso sangue comum e de culpa porque a parte espanhola dele tomou suas terras e os oprimiu. Ele tem uma arrogância compensatória excessiva quando está perto de mexicanos do outro lado. Sobrepõe um profundo sentimento de vergonha racial. (ANZALDÚA, 1987, p. 83, tradução nossa)

¹² Coletando dados para seu estudo sobre a questão da imigração mexicana, o economista Roy L. Garis da Vanderbilt University apresentou uma visão semelhante dos mexicanos em seu relatório ao Comitê de Imigração da Câmara. Citando o que alegou ser uma carta enviada a ele por um “americano preocupado que vive em uma cidade fronteiriça”, Garis inseriu nos registros do comitê uma virulenta representação racista de mexicanos que os caracterizava como tendo “mentes [que] correm para nada mais elevado do que as funções animais – comer, dormir e devassidão sexual. Em cada amontoado de mexicanos encontra-se a mesma ociosidade, hordas de cães famintos e crianças imundas com rostos cobertos de moscas, doenças, piolhos, sujeira humana, fedor, fornicação promiscua, bastardia, preguiça, peões apáticos

Essa visão preconceituosa foi alimentada principalmente pelos trabalhos de Samuel Ramos, que representou os "mestizos" ou "machos" como selvagens. No entanto, outro autor foi igualmente responsável pela construção do estereótipo do macho mexicano. O antropólogo americano Oscar Lewis, em *The Children of Sanchez*, publicado pela primeira vez em 1961, buscou desenvolver o conceito de "cultura da pobreza" por meio de um estudo de caso da família Sanchez, uma família pobre de origem mexicana que vivia no bairro de La Villa, em Chicago, Illinois.

A obra retratou a vida dessa família como sendo marcada por problemas familiares, desordem, desrespeito às normas sociais e comportamentos moralmente duvidosos. Essa visão contribuiu para o reforço de estereótipos sobre a comunidade mexicana como sendo desorganizada, moralmente questionável e incapaz de se adaptar à sociedade americana. Oscar Lewis sofreu severas críticas por ter retratado a comunidade mexicana como sendo passiva e incapaz de mudar sua situação.

Entre os excertos mais citados de sua obra, está o seguinte trecho (2011, p. 87): "*In a fight, I would never give up or say, 'Enough,' even though the other was killing me. I would try to go to my death, smiling. That is what we mean by being 'macho,' by being manly*"¹³. O trabalho de Lewis foi recebido com certa resistência no lado mexicano da fronteira, no entanto, nos Estados Unidos, a obra de Lewis foi até mesmo incluída em programas de literatura de escolas norte-americanas (GALVÁN TORRES, 2021).

Após o sucesso de Lewis, várias outras representações do ideal do "macho" ligado à violência ou hipersexualidade foram reproduzidos. Por exemplo, Mosher (1991, p. 199, apud GILMORE, 1987, p. 130), define machismo como "*a masculine display complex involving culturally sanctioned demonstrations of hypermasculinity both in the sense of erotic and physical aggressiveness*"¹⁴. E completa sua visão sobre a problemática do machismo: "*Both the traditional ideology of gender and its hypermasculine variant called "machismo" divide humankind into a gender hierarchy of superior male and inferior female social categories*" (MOSHER, 1991, p. 199).¹⁵

Como percebemos, o conceito do que seria o machismo foi popularizado por Oscar Lewis, baseado na visão racista do macho mexicano reproduzida por Samuel Ramos em 1934.

Essa visão do machismo e do comportamento desviado da população mexicano-americana permeou a literatura e outras produções acadêmicas posteriores. Contudo, a língua é dinâmica e constantemente evolui, e novos conceitos e representações para a palavra "macho" foram surgindo ao longo das últimas décadas.

4 As novas representações do "Macho"

Segundo Paredes (1971), a palavra "macho" assumiu nova significação com a passagem da tradição oral folclórica para a produção de novelas e romances, com a perda de sua característica cômica e de sua sexualidade.

e mulheres preguiçosas, feijão e pimentão pavoroso, bebida, miséria geral e inveja e ódio do Gringo. Essas pessoas dormem de dia e espreitam à noite como coiotes, roubando tudo o que encontram, por mais inútil que seja para eles. Nada deixado do lado de fora está seguro, a menos que esteja trancado ou acorrentado. (GUTIÉRREZ, 1995, p. 53-54, tradução nossa)

¹³ "Em uma luta, eu nunca desistiria ou diria 'Basta', mesmo que o outro estivesse me matando. Eu tentaria ir para a minha morte, sorrindo. Isso é o que queremos dizer com ser macho, ser viril" (LEWIS, 2011, p. 87, tradução nossa)

¹⁴ "um complexo de exibição masculina envolvendo demonstrações culturalmente sancionadas de hipermasculinidade, tanto no sentido de agressividade erótica quanto física" (MOSHER, 1991, p. 199, apud GILMORE, 1987, p. 130, tradução nossa)

¹⁵ Tanto a ideologia tradicional de gênero quanto sua variante hipermasculina chamada "machismo" dividem a humanidade em uma hierarquia de gênero de categorias sociais masculinas superiores e femininas inferiores. (MOSHER, 1991, p. 199, tradução nossa)

Um exemplo do novo macho citado pelo autor pode ser ilustrado com o personagem James Bond, um clássico macho da cultura pop. Ele é um agente secreto sofisticado, educado, habilidoso em combate e conhecido por seu charme com as mulheres. Em todos os filmes, alguma mulher é apresentada como troféu a ser conquistado enquanto Bond extermina diversos vilões em seu caminho de demonstração de força e virilidade.

Outrossim, no ano de 1978, o grupo Village People usou a palavra “macho” em sua canção *Macho Man*, considerada uma música importante na comunidade LGBTQIA+ por seu papel em ajudar a desconstruir estereótipos em torno do machismo e dos gays.

A letra da música celebra o “ser macho” e abraça os estereótipos de maneira irônica. Ao fazê-lo desafiava as normas e expectativas sociais de como os gays deveriam se comportar ou se expressar. Além disso, a música e as performances extravagantes do grupo ajudaram a desafiar as ideias sociais sobre masculinidade e feminilidade. O uso do grupo de elementos *drags* em suas apresentações, junto com a adoção de traços tradicionalmente "masculinos" como força física e confiança, ajudou a subverter as expectativas da sociedade e quebrar as barreiras que cercavam a expressão de gênero da década de 1970.

No entanto, foi na publicidade que o macho sofreu as mudanças mais significativas, com a perda de características tradicionalmente vinculadas à masculinidade, como corpo forte e peludo ou a aparência bruta e descuidada, e passou por uma valorização de novas características mais afeminadas, como a pele cuidada, o corpo depilado e o corte do cabelo.

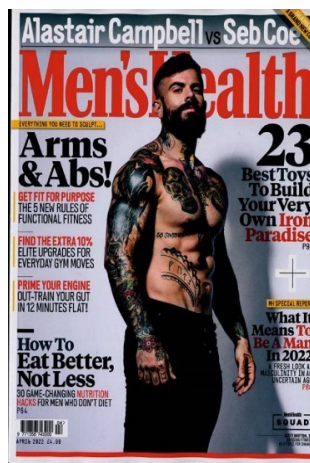
A seguir, são apresentados recortes de capas de revistas masculinas e femininas *Men's Health* e *Vogue*:

Figura 1: Revista Vogue (2022)



Fonte: Jornal UOL¹⁶

Figura 2: Revista Men's Health (2022)



Fonte: BW Revistas Marketplace¹⁷

Na primeira imagem, da revista de moda feminina *Vogue*, é possível verificar a suavização das feições masculinas do modelo. Já nas revistas endereçadas aos homens, como a *Men's Health*, é possível vislumbrar características mais masculinas no modelo apresentado, com o físico definido e realçado por tatuagens, barba, postura e olhar de autoconfiança, entre outros.

5 Considerações finais

¹⁶

Disponível

em:

<https://www.uol.com.br/nossa/noticias/redacao/2022/09/16/timothee-chalamet-se-torna-1-homem-em-capa-solo-da-vogue-britanica.htm>. Acesso em 04 fev. 2023.

¹⁷ Disponível em: <https://bwrevistas.com.br/produto/mens-health-abr-revista-importada-inglesa/>. Acesso em 04 fev. 2023.

Como vimos, a palavra “macho” tem suas raízes na língua espanhola, referindo-se originalmente ao sexo masculino. Durante o colonialismo e no período que antecedeu a Revolução Mexicana, a palavra originalmente foi cunhada para descrever os “*mestizos*”, a quem os espanhóis consideravam como não civilizados, selvagens, agressivos e inconfiáveis.

Com a divulgação do trabalho de Samuel Ramos, em 1934, a palavra “macho” foi utilizada para designar os “*mestizos*”, cunhada com um forte teor pejorativo e racista.

Após a vitória da população mexicana na Revolução Mexicana de 1910, com o fim da ditadura de Porfirio Díaz, os “*mestizos*” ganharam destaque e se transformaram nos heróis da pátria. No período pós-Revolução, a palavra começou a ser usada para descrever homens que eram considerados líderes e protetores das mulheres e crianças, e que eram capazes de enfrentar desafios com coragem e determinação.

No mesmo período, o trabalho de Samuel Ramos ganhava notoriedade nos Estados Unidos. Posteriormente, a publicação de *The Children of Sanchez*, de Oscar Lewis, reforçou o estereótipo dos mexicanos no lado estadunidense da fronteira, retratados como imigrantes ilegais, trabalhadores braçais, pobres e sem educação.

O uso da palavra “macho” nos Estados Unidos acompanhou um período em que a população mexicana sofreu forte discriminação racial, desemprego e violência policial, principalmente no sul e no sudeste dos Estados Unidos, sobretudo nas cidades de fronteiras.

Atualmente, o significado da palavra “macho” ainda é discutido e debatido. Determinadas pessoas continuam a usar o vocábulo para descrever homens rudes e agressivos, enquanto outras usam a palavra para descrever homens que são fortes e confiantes, mas também são respeitosos e igualitários.

Ao lado da discussão acerca da origem da palavra, entram importantes questões sobre o uso de palavras espanholas no inglês com significados deturpados. Talvez, a palavra “macho” tenha sido o mais forte exemplo do *mock Spanish* (espanhol paródia), responsável pela criação de uma imagem discriminatória e estereotipada de toda uma população.

Assim, o estudo conclui que, apesar de a palavra “macho” ter sofrido forte alteração em seu sentido inicial, é importante continuar monitorando e analisando o uso da linguagem, pois ela pode ter implicações significativas para a forma como as pessoas são tratadas e percebidas na sociedade.

Referências

- Anzaldúa, G. (1987). *Borderlands/La Frontera: the new mestiza*. Aunt Lute Books.
- Bizzocchi, A. (2021). *O universo da linguagem*. Editora Contexto.
- Butler, J. (1997). *Excitable speech: contemporary scenes of politics*. Routledge.
- Galván Torres, A. R. (2021). "Macho": The singularity of a mock Spanish item. *Borealis – An International Journal of Hispanic Linguistics*, 10(1), 63–85.
- Gutiérrez, D. (1995). *Walls and mirrors: Mexican Americans, Mexican immigrants, and the politics of ethnicity*. University Of California Press.
- Hill, J. H. (1995). Junk Spanish, covert racism, and the (leaky) boundary between public and private spheres. *Pragmatics. Quarterly Publication of the International Pragmatics Association (IPrA)*, 5(2), 197-212.
- Hill, J. H. (2011). *The everyday language of white racism*. Wiley-Blackwell.
- Janson, T. (2020). *A história das línguas: uma introdução*. Tradução de Marcos Bagno. Editora Parábola.
- Lewis, O. (2011). *The Children of Sánchez: Autobiography of a Mexican Family*. Vintage Books.
- Machillot, D. (2013). *Machos y machistas*. Ariel México.

- Mosher, D. L. (1991). Macho Men, Machismo, and Sexuality. *Annual Review of Sex Research*. 2(1), 199-247.
- Paredes, A. (1971). The United States, Mexico, and Machismo. *Journal of the Folklore Institute*. 8(1), 17-37.
- Ramos, S. (1963). *El perfil del hombre y la cultura en México*. Universidad Nacional Autónoma de México.

A LUTA FEMININA POR HABITAÇÃO EM SÃO LUÍS: UMA ANÁLISE DO SUJEITO EM DISCURSOS JORNALÍSTICOS

Tayane Cristina Sousa ARAUJO

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
tayanec.araujo@gmail.com

Mônica da Silva CRUZ

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
monica.silva@ufma.br

Resumo: Propomos uma leitura arqueogenealógica sobre as mulheres que lutam por habitação em São Luís (MA), baseada nos estudos discursivos foucaultianos. Nosso trabalho tem como objetivo discutir como as mídias constroem as mulheres que lutam por habitação em São Luís, identificando de onde elas falam e que posições-sujeito (FOUCAULT, 2010) ocupam nessas narrativas jornalísticas. A pesquisa utiliza conceitos foucaultianos para compreender como se dá o processo de subjetivação dessas mulheres nos jornais da cidade. Analisamos notícias digitais de dois jornais da cidade, que abordam a participação feminina na busca pelo direito à moradia na região metropolitana de São Luís. A análise busca identificar as regularidades discursivas presentes nessas narrativas jornalísticas, visando compreender como as mulheres que lutam por habitação são objetivadas nesse contexto.

Palavras-chave: Mulheres; Habitação; Sujeito; Discurso; Jornais.

Introdução

A questão da moradia irregular em São Luís é um tema que, apesar de ser uma realidade na cidade, também implica em diferentes lados e versões que partem de diferentes grupos de pessoas, emergindo daí diferentes sentidos e entendimentos sobre a situação. Há quem condene as pessoas que ocupam um espaço que pertence a alguém, que as veem como criminosas, e quem entende que existem pessoas marginalizadas na sociedade, que não tem acesso a programas sociais de assistência e vivem em condições precárias.

Em levantamento de dados para enfrentamento contra a covid-19, realizado pelo IBGE em 2020, São Luís aparece como a quinta capital brasileira com maior percentual por habitação em aglomerados subnormais, também conhecidos como favelas, invasões, loteamento, palafita. São estruturas habitacionais precárias, muitas localizadas longe do centro urbano, distantes de serviços públicos, sem segurança e saneamento básico.

Esses aglomerados habitacionais nascem da busca de pessoas pelo direito à cidade, à uma moradia, visto que muitas não são assistidas pelo Governo, e por isso, se veem obrigadas a ocupar espaços que se encontram inutilizados socialmente na cidade.

Este trabalho de Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UFMA-FAPEMA, constitui o projeto de pesquisa intitulado “Mulheres que lutam por habitação em São Luís (MA): uma leitura arqueogenealógica de narrativas jornalísticas”, e tem por objetivo geral analisar a participação feminina no protagonismo da luta por moradia digna na cidade, utilizando conceitos de Michel Foucault para compreender como o discurso sobre essas mulheres circula na mídia jornalística.

O projeto busca entender, por meio de uma análise do campo discursivo, o enunciado

“na estreiteza e singularidade de sua situação”, assim, observando as “condições de sua existência”, especificando seus limites e estabelecendo suas “correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado” (FOUCAULT, 2008, p.31-33). Buscamos compreender os sujeitos que podem falar dessas mulheres, que instituições são autorizadas a se manifestar, no âmbito jornalístico, sobre as mulheres envolvidas em questões habitacionais. Assim, pensamos no grupo de pessoas que buscam por habitação em São Luís, mas principalmente sobre “quem são e onde estão as mulheres” nessa busca.

1. Desenvolvimento do artigo

Em sua obra *A Arqueologia do Saber* (1969), o filósofo francês Michel Foucault apresenta estudos que compreendem uma investigação que leva à reflexão de diversos temas, que extrapolam o uso da linguagem, proporcionando assim a construção de um novo pensamento. A Arqueologia consiste em escavar, se deter a fundo nos níveis do discurso, para buscar, no dizer, relações de poder que permitem o aparecimento dos enunciados em um dado momento.

Dessa forma, “o que está em pauta na análise foucaultiana dos discursos é a articulação acerca do que pensamos, dizemos e fazemos caracterizando determinado período, uma vez que o acontecimento discursivo são acontecimentos históricos. (AZEVEDO, 2013, p. 149)

Para compreendermos o discurso na perspectiva de Foucault, é necessário entender que aquele não é a língua ou o texto em si, e muito menos a fala, mas algo exterior à língua, um jogo de forças encontrado no social, e envolve questões que extrapolam o linguístico (FERNANDES, 2008, p. 12). O discurso precisa da linguagem para se materializar.

Com isso em mente, podemos pensar na forma como o discurso sobre a busca por moradia em São Luís é retratado nos jornais da capital. As ocupações feitas por pessoas marginalizadas socialmente, intituladas de invasões, ocupações, ou mesmo as moradias insalubres conhecidas como palafitas, possuem significados que vão além do que se vê no texto em si e produzem práticas sociais que reforçam a desigualdade social.

Nesse sentido, a escolha das palavras, as falas que são mostradas nas notícias dos jornais, revelam a presença de diferentes discursos, provocando diferentes sentidos, que mostram o quanto um enunciado está mergulhado em relações de poder, interesses, apagamentos e diferentes posicionamentos políticos e sociais sobre uma questão.

Para Foucault, o discurso é “um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa.” (FOUCAULT, 1960, p. 43) O centro do discurso para Foucault é o enunciado, que se apoia em uma mesma formação discursiva, ou seja, em regularidades, e à medida que são repetidos, constituem o sujeito e se materializam socialmente.

De acordo com Gonçalves (2009, p.13), “as regras determinantes para uma formação discursiva apresentam-se como um sistema de relações entre objetos, tipos de enunciados, conceitos e estratégias.” Analisando a relação da formação discursiva e os diferentes sentidos, podemos avaliar o uso da bandeira do Brasil, recentemente, no país, produzir sentidos diversos. Nos últimos quatro anos, o símbolo nacional tem sido associado a pessoas conservadoras, reprodutoras de falas excludentes, que pregam o bordão “Deus, Pátria e Família”, e a movimentos de ultra-direita.

Isso só foi possível pelas condições de possibilidades embasadas em um cenário político e social propício a associação da imagem da bandeira a esse discurso conservador. Para Foucault, é importante analisar como os signos aparecem, quais as condições que proporcionaram seu surgimento. Os efeitos de sentidos sobre a bandeira do Brasil atualmente nos faz colocar em pauta uma questão trazida pelo filósofo (1995, p.31): como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar? É essa pergunta que, na perspectiva foucaultina, deve permear a análise dos discursos.

Foucault explica que “os processos de subjetivação e de objetivação fazem com que o sujeito possa se tornar, na qualidade de sujeito, objeto de conhecimento”(FOUCAULT, 2004, p. 236). O filósofo se preocupava em entender como o ser humano tornou-se um objeto de conhecimento, de que forma o sujeito se construiu socialmente e entende a si próprio a partir dos discursos que partem de diferentes dispositivos. Sobre os processos de subjetivação e objetivação, os primeiros “referem-se ao modo como o próprio homem se compreende como sujeito legítimo de determinado tipo de conhecimento, ou melhor, como o sujeito percebe a si mesmo na relação sujeito – objeto” (CASTANHEIRA e CORREIA, 2012, p.4), ou seja, como o sujeito fala por si.

Em contrapartida, “os processos de objetivação, por sua vez, dizem respeito ao modo como o sujeito pôde se tornar um objeto para o conhecimento. A objetivação e a subjetivação são, portanto, processos complementares que se relacionam por meio do que Foucault resolveu chamar de jogos de verdade” (CASTANHEIRA e CORREIA, idem, p.4). Ou seja, aqui é o que dizem sobre o sujeito.

Ao falar sobre processo de subjetivação produzidos em jornais, é relevante fazermos uma discussão sobre a condição feminina nesses textos. Nesse ponto, citamos Simone de Beauvoir (2009), em sua icônica obra “O Segundo Sexo”. Segundo a autora, sem significação própria, a mulher é formada por “aquilo que o homem decide que seja” (BEAUVOIR, 2009, p.16). A mulher seria, de acordo com Beauvoir, produto das instituições “fálicas”, ou seja, dominadas por homens.

De acordo com Beauvoir, “o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da

situação que ela ocupa neste mundo” (2009, p.70), e isso não diz respeito necessariamente ao corpo físico, mas à construção social do sexo anatômico, ou seja, ao gênero. Esse corpo construído socialmente “não é uma coisa, é uma situação” (2009, p.67).

Homens e mulheres são muito mais do que apenas a anatomia de seus corpos, pois são produtos de sua realidade social. As desigualdades impostas às mulheres dizem muito sobre por que muitas são chefes de família, provedoras da casa e responsáveis pela criação dos filhos, e as que são maioria vivendo em moradias inadequadas no Brasil. Dados da Fundação João Pinheiro (FJP), publicados em 2021, mostram que 60% dos casos de moradia irregular são ocupados por mulheres, o que totalizam 15 milhões de moradias inadequadas.

A metodologia da pesquisa é de base qualitativa, pois tem como foco a interpretação de dados e elaboração de possibilidades do que está sendo analisado. O método de análise se pauta na “técnica” arqueológica proposta nos estudos de Michel Foucault (2008). Segundo esse método, os discursos se formam e se dispersam, mas podem ser (re) unidos por meio de uma análise que visa o jogo de relações que une. A arqueologia visa entender, por meio dos discursos produzidos em lugares outros, em lugares não oficiais, as relações que engendram as verdades de uma época.

Sendo assim, buscamos em sites de jornais com anos de circulação e por isso, conhecidos em São Luís, notícias com foco em palavras-chave como invasão, ocupação, palafita, loteamento, moradia. O nosso marco temporal são notícias a partir do ano de 2020, levando em conta o levantamento para enfrentamento do Coronavírus feito pelo IBGE.

O corpus do trabalho se concentra em duas notícias de dois jornais bastante conhecidos na cidade, que intitulamos “Jornal A” e “Jornal B” por questões éticas. Nesses jornais, encontramos uma participação mais significativa de mulheres, e também algumas regularidades discursivas presentes em ambos os jornais. Assim, mobilizamos o método arqueogenealógico de Foucault para identificar como essas regularidades estabelecem redes de sentidos sobre determinado sujeito.

2. Análise discursiva das notícias

a) Matéria “A alegria de quem saiu das palafitas para um apartamento no Residencial José Chagas “ – (JORNAL A, 2020)

A matéria jornalística citada aborda o fato de 256 famílias, que viviam em barracos improvisados (conhecidos como palafitas), terem sido contempladas com unidades de apartamento, pertencentes ao programa habitacional Minha Casa Minha Vida, da Caixa Econômica, política pública que é executada pelo Governo do Maranhão.

A matéria já se inicia com o relato da diarista Sandra Maria Neves, de 42 anos, que segundo a notícia, se mostrou surpresa quando foi avisada pelo marido que havia sido

contemplada pelo programa. “Foi uma emoção tão grande. Eu jamais imaginava que ia ganhar” (JORNAL A, 2020).

Aqui, já fica subentendido o quanto essa assistência do Governo não é acessível a todos, pois Sandra cita “jamais” ter imaginado que ganharia, o que mostra que o acesso a essas moradias não é fácil, pois a demanda é enorme, tendo em vista que a cada ano, o número de famílias empobrecidas no Brasil só cresce (principalmente após a pandemia do Coronavírus).

Sandra e o marido, assim como as 256 famílias citadas na notícia, viviam em palafitas insalubres em comunidades como Ilhinha, Portelinha e Vila Jumento, localidades com falta de saneamento básico, segurança e outros serviços essenciais para o bem viver. Não é citado na matéria há quanto tempo eles viviam ali, mas é provável que fosse uma situação de anos.

A notícia do Jornal A faz questão de dar espaço para a diarista falar sobre como era difícil a sua vida morando em uma palafita na comunidade Portelinha, dando um certo protagonismo para ela no texto: “Diagnosticada com câncer, a diarista tinha ainda outro desafio diário para enfrentar além da doença: ela e o marido desafiavam a lei da gravidade vivendo em uma palafita na comunidade Portelinha, alternativa encontrada pelo casal para se evitar gastos com o aluguel de um imóvel” (JORNAL A, 2020).

Aqui, percebemos que o jornal não explica que o fato de morar em uma moradia irregular se dava pelo fato da falta de condições financeiras do casal, e sim como se fosse uma opção escolhida por eles para não gastar com o aluguel de um imóvel. É compreensível que ninguém simplesmente escolha uma estrutura irregular e insalubre como uma palafita, pois como a própria matéria enfatiza, Sandra e o marido “desafiavam a lei da gravidade”, correndo riscos diariamente, morando em uma palafita, em uma comunidade com uma série de precariedades.

O jornal continua enfatizando como era difícil a vida de Sandra e as 256 famílias, que viviam na insegurança, e também eram “obrigados a conviver com estigmas e preconceitos sociais” (JORNAL A, 2020). De acordo com a diarista: “A gente passou por muita dificuldade, sofriamos muita humilhação, éramos discriminados pelas pessoas porque a gente morava lá”. (JORNAL A, 2020)

Aqui percebemos o quanto a “alternativa do casal de não pagar um aluguel” tinha um preço alto para eles: preconceito, discriminação (que ainda ficam mais latentes quando vemos, pela foto da diarista na matéria jornalística, que ela é uma mulher negra), além da insegurança física do casal e também estrutural da palafita. O jornal trata de enfatizar o quanto a vida dessa mulher era extremamente difícil, e dá espaço para ela falar sobre sua vivência enquanto habitante de uma estrutura irregular.

Sabemos que é comum que, no centro da cidade, encontremos os principais serviços públicos, e é no Centro que o indivíduo pode “resolver tudo”: ter acesso a bancos, escolas, órgãos jurídicos, hospitais, etc. Em contrapartida, temos a periferia, que fica mais afastada do Centro, mas que ainda consegue, de certa forma, ofertar acesso a produtos e serviços ali.

As comunidades citadas na matéria, onde Sandra e as 256 famílias moravam, são de certa forma, a “periferia da periferia”: são comunidades com grande vulnerabilidade social, insegurança policial, falta de saneamento básico, boas escolas para as crianças, linhas de ônibus escassas, etc. Essa vulnerabilidade só aumentou após a pandemia do Coronavírus.

Assim, nesses lugares afastados do Centro, acontece um inchaço populacional, tendo em vista a quantidade de pessoas empobrecidas e sem uma moradia regular, por isso, elas acabam improvisando e assim surgem as palafitas. Dessa forma, surge um aglomerado desorganizado, que torna a cidade “feia”, que é um ponto obscuro na estrutura urbana de São Luís, segundo as autoridades ligadas ao desenvolvimento urbano.

De acordo com o secretário de Cidades da SECID, “essa entrega implicará na extinção das palafitas da área, e também na urbanização da região. Isso representa dignidade e melhoria da vida de milhares de pessoas” (JORNAL A, 2020).

A palavra “extinção”, como um enunciado, tem uma memória, associa-se a outros enunciados e entra em um jogo de sentidos que reforça a ideia de que, para o poder público, é importante eliminar as palafitas pois estas interditam a urbanização da cidade, tornando-a feia e disforme. Essa extinção propiciará dignidade para a vida das famílias contempladas pelo programa Minha Casa, Minha Vida. Falando de um ponto de vista estético, as palafitas são construções que não são vistas de forma positiva pela sociedade, o que só mostra o quanto de fato, morar em uma estrutura dessas causa discriminação e preconceito, como Sandra havia mencionado anteriormente.

Outra palavra que merece uma reflexão, neste trabalho, é “dignidade”, principalmente na expressão “moradia digna”, também se faz presente na notícia jornalística, pois somente agora, com as contemplações feitas pelo programa, Sandra e as demais pessoas teriam uma vida realmente “apropriada”, em uma habitação adequada, e isso só foi possível com a intervenção do Governo. Porém, um questionamento que fica é “onde estava o Governo para possibilitar essa moradia digna para Sandra nos anos em que ela viveu em uma palafita”?

Outra coisa interessante a se notar é que há o discurso de alguém do poder público para formalizar o feito realizado pelo Governo, de dar dignidade à Sandra e sua família. Porém, na notícia, o protagonismo é da diarista, que teve espaço para falar das dificuldades que vivia, não só em relação à moradia mas também em relação à sua saúde.

b) Matéria “Programa Habitar no Centro beneficia famílias de baixa renda”

(JORNAL B, 2021)

A notícia acima trata do Edifício Governador Archer, localizado na Avenida Magalhães de Almeida, que foi revitalizado para beneficiar famílias carentes. O jornal trata de informar, logo no início do texto, que a iniciativa é do Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), e faz parte do programa Habitar no Centro, que visa promover o uso habitacional de imóveis localizados no Centro Histórico de São Luís.

Aqui nos deparamos com uma situação muito recorrente na cidade, e que faz com que muitas famílias, sendo muitas destas chefiadas por mulheres, ocupem imóveis: alguns destes passam anos desabitados, por desinteresse das autoridades do Estado ou pelos donos, e assim, pessoas em situação de vulnerabilidade habitacional acabam ocupando ou “invadindo” o imóvel.

Há aqui também um embate entre essas duas concepções, pois há quem veja as pessoas que habitam esses imóveis como ocupantes de um imóvel sem uso social, e outras que as veem como invasoras, de forma marginalizada, tratando-as como criminosas, que estão fazendo um atentado a um imóvel que possui um dono, mesmo que esse nunca tenha aparecido para mostrar/ reivindicar a posse do lugar.

O jornal trata de deixar bem claro no início do texto que o programa é uma iniciativa do Governo, e explica que depois de pronto, o edifício será moradia de 14 famílias que moravam de forma precária ali. Aqui fica subentendido que as famílias ocupavam o edifício de forma irregular, mas nota-se uma suavização, uma blindagem por parte do Jornal, para não utilizar a palavra ocupação, pois mesmo esta, assim como invasão, nem sempre tem um impacto positivo para a sociedade.

Isso também se dá pelo fato do edifício ficar localizado no Centro Histórico de São Luís, então existir um prédio ocupado no Centro por 14 famílias, infelizmente, tem uma carga discriminatória muito grande entre as pessoas. Assim, o jornal opta pelo abrandamento da real situação daquelas famílias.

O texto apresenta uma fala da líder comunitária Paloma Freitas, que é representante das famílias, ou seja, vemos aqui mais uma vez o protagonismo feminino na realidade daquela ocupação, e o fato de Paloma ser uma “líder comunitária” sugere que é provável que essa luta tenha se constituído há muito tempo.

Segundo Paloma, o programa estava resgatando a dignidade das pessoas, possibilitando melhores condições de vida: “nós estamos acompanhando toda a reforma e percebemos o carinho e o cuidado que a Secid está tendo com o lugar que vai abrigar a gente” (JORNAL B, 2021). Algo que chama a atenção aqui é a fala da líder comunitária, que cita o “carinho” da Secretária para com as famílias, como se aquela revitalização fosse um

ato de amor, fraternal, quando na verdade o Governo tem por obrigação assegurar melhores condições de vida para aquelas pessoas.

A mulher também fala em abrigo, proporcionado pela Secid, através dos apartamentos, o que sinaliza mais uma vez que estes são um “presente”, um privilégio dado pelo Governo, o que acaba esvaziando, de certa forma, o tempo em que as famílias viveram vulneráveis naquele edifício.

Percebemos aqui que esse discurso, neste jornal, se mostra, de alguma forma, enquadrado, plástico, configurado de forma a favorecer a Secid e o Governo do Maranhão, para mostrar o quanto essas entidades “cuidam” dos que precisam. Em nenhum momento da notícia, há alguma fala de Paloma acerca da sua liderança no movimento de ocupação do prédio e em busca de melhorias para ela e as outras famílias, ou seja, não sabemos nada sobre a atuação dessa mulher acerca desse lugar ocupado por ela.

Porém, a líder possui uma breve fala em que explica como era difícil ocupar o prédio, o temor e a incerteza de por quanto tempo viveriam lá, pois havia sempre a ameaça de serem despejados: “Nós passávamos noites acordados com medo de alguém nos tirar de lá. Quando recebemos a notícia da reforma, ficamos ainda mais amedrontados. Mas a Secid garantiu a nossa permanência. Em breve, teremos um espaço reformado para viver e construir uma nova vida ao lado dos nossos filhos” (JORNAL B, 2021).

Percebemos na fala da mulher mais uma vez o termo “ocupação” é interdito, camuflado, pois quando ela diz que tinha medo de ser retirada do prédio, é porque certamente aquela ocupação era irregular, e a qualquer momento alguém, um suposto dono, podia aparecer reivindicando o espaço. E um detalhe importante é que a reintegração de posse de um imóvel é muitas vezes feita com a atuação truculenta da polícia.

Logo, Paloma e as famílias viviam em uma grande insegurança, física e estrutural, assim como a diarista Sandra, da notícia do Jornal A. Ambas viviam em lugares irregulares, ameaçadas e sem suporte algum do Governo. Mas a partir do momento em que este surge com a benesse dos apartamentos pelos programas habitacionais, todo o temor e insegurança se vão pois agora o Governo vai lhes “devolver a dignidade”.

Nesta notícia, também surge a palavra dignidade, e se formos pesquisar o significado da palavra, ela nos remete à qualidade do que é grande, honra, nobreza, algo que é elevado. Encontrar o enunciado da dignidade ou moradia digna em ambas as notícias dos dois jornais analisados só mostram que, quando a mão do Governo entra em ação, aí sim aquelas mulheres se tornam dignas, merecedoras de ter uma habitação estruturada, segura, nos conformes sociais, habitações aceitas socialmente.

A análise dos enunciados selecionados mostra que um regime de verdade se impõe ao dizer das mulheres, o qual aparece nos dois jornais por meio da figura do secretário da

SECID. Esse regime de verdade mostra as mulheres de forma fragilizada, pois elas só conseguem seu direito a habitação digna, pela ação quase caridosa do Governo. Assim, o jornal objetiva a mulher como frágil, coitada e a faz também se subjetivar nessa verdade.

4.Considerações finais

Tendo como norte a análise do discurso de Michel Foucault, analisamos algumas redes de sentidos que estabelecem o processo de objetivação/ subjetivação das mulheres que lutam por habitação em São Luís, e assim destacamos alguns pontos:

- a) A mídia jornalística dá espaço para que os órgãos públicos possam enaltecer sua atuação “assistencialista”, e levando em conta que as notícias analisadas durante o período da pandemia do Coronavírus, isso produz efeitos de sentidos que engrandecem a atuação do Governo nesse período tão difícil para muitas pessoas
- b) A palavra “ocupação” é camuflada na mídia, para provocar efeitos de sentidos que levem ao silenciamento dessa realidade que pertence a muitas mulheres e suas famílias na cidade de São Luís, principalmente se o jornal em questão busca priorizar órgãos governamentais.
- c) A construção textual-discursiva das notícias se mostra de uma forma como se as mulheres beneficiadas pelos programas habitacionais já sejam “conhecidas” pela sociedade. São mulheres pobres que moravam em habitações irregulares e que foram contempladas com um programa do Governo, mas não sabemos como foi o processo de saída das habitações, a insegurança que era viver em um lugar que, em tese, possuía um “dono” ou em um lugar de estrutura precária, como uma palafita
- d) Mesmo quando a mulher se expressa um pouco sobre sua vida e sobrevivência nas moradias irregulares, percebe-se que seu discurso pode ser tolhido, no sentido de silenciar suas dificuldades reais e adotar uma fala que enalteça o Governo, de forma a humanizá-lo, a mostrá-lo como um parceiro das famílias desamparadas, mas é importante lembrar que é muito provável que, até serem beneficiadas, foram anos de lutas diárias
- e) É importante erguer a voz dessas mulheres na mídia jornalística para conscientizar quem lê sobre a problemática da habitação em São Luís, problemática esta que é a realidade de muitas mulheres em nossa cidade
- f) Tentamos responder as perguntas que norteiam a investigação de que forma a mulher aparece na mídia jornalística em notícias sobre a luta por moradia em São Luís. Quais discursos se repetem? Quais as relações de poder se estabelecem no

processo de subjetivação dessa mulher? Como ela se torna um sujeito nesse discurso que circula? Quais as verdades produzidas por esses jornais sobre ela?

Esta pesquisa ainda está em fase de desenvolvimento, muitos outros dados ainda serão analisados, com o objetivo de sistematizá-los para elaboração de políticas públicas que auxiliem nas questões habitacionais em São Luís, visando o protagonismo feminino, e a composição de um arquivo de notícias relacionadas à essas questões com enfoque no protagonismo social e político dessas mulheres, que como vimos, são muitas vezes tolhidos em seu discurso.

Referências

AZEVEDO, Sara Dionísio Rodrigues de. Formação discursiva e o discurso em Michel Foucault. In. *Revistas Eletrônicas Filogenese*. Vol. 6, nº 2, 2013, p.148-162.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo II: A experiência vivida*. 2ª ed, 1967. Disponível em: <http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/autores/Beauvoir,%20Simone%20de/O%20Segundo%20Sexo%20-%20II.pdf>. Acesso em: 5 de maio de 2023.

CASTANHEIRA, Marcela Alves de Araújo França; CORREIA, Adriano. A constituição do sujeito em Michel Foucault: práticas de sujeição e práticas de subjetivação. Programa de Pós Graduação da Faculdade de Filosofia – UFG. Disponível em: SBPC <http://www.sbpcnet.org.br>. Acesso em 7 de maio de 2023.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2ª ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. Michel Foucault. *Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. (p. 231-249).

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/05/19/sao-luis-e-a-5a-capital-brasileira-com-maior-percentual-de-habitacao-em-aglomerados.ghtml>

SILVA, G. F.; MACHADO JÚNIOR, S. D. S. A construção do sujeito em Michel Foucault. *EntreLetras*, v. 7, n. 1, p. 200-21

A POLÊMICA COMO PROTESTO EM INTERAÇÕES TECNOLINGUAGEIRAS

Rafael BOTELHO DUTRA

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
rafael.botelho@discente.ufma.br

Maria da Graça dos SANTOS FARIA

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
faria.maria@ufma.br

RESUMO: O objetivo deste estudo é analisar a função social de protesto da polêmica à luz de uma textualidade que leve em conta os fatores tecnolinguageiros em textos da rede social Twitter. Para tanto, fundamentamos esta pesquisa nos estudos de Amossy (2017), que trata sobre as funções sociais da polêmica no espaço público, dentre elas a função de protesto, além disso, recorreremos à noção de tecnodiscurso de Paveau (2022) para descrever e explicar a textualidade digital sob o viés da Linguística Textual (CAVALCANTE et al., 2020). A amostra da nossa pesquisa conta com dois tuítes e se insere no contexto sociopolítico brasileiro que envolve a vinda do presidente Nicolás Maduro ao Brasil, em maio de 2023. Os resultados obtidos são parciais, tendo em vista que se trata de uma investigação em andamento.

PALAVRAS-CHAVE: *Argumentação polêmica; Protesto; Texto digital.*

Introdução

Questões controversas fazem parte de um espaço democrático em que vozes sociais conflitantes podem coexistir. Nesse contexto, as redes sociais digitais, atuantes no mundo atual e globalizado, desempenham um papel importante no que diz respeito às polêmicas públicas, uma vez que possibilitam interações cada vez mais síncronas e com alto poder de alcance (CAVALCANTE et al., 2020).

Assim, o protesto, uma das funções sociais da polêmica, conforme Amossy (2017), ganha destaque nos confrontos verbais públicos que circulam pelas mídias digitais *on-line*, em especial pelas redes sociais como o *Twitter*. Cumpre, dessa maneira, verificar os aspectos languageiros e tecnológicos que se articulam na produção de sentidos em textos polêmicas nessa mídia

Desse modo, o objetivo deste estudo é analisar a função social de protesto da polêmica pública à luz de uma textualidade que leve em conta os fatores tecnolinguageiros em textos da rede social *Twitter*. Para tanto, fundamentamos esta pesquisa nos estudos de Amossy (2017), que trata sobre a modalidade argumentativa polêmica, esclarecendo os traços que definem esse módulo argumentativo e as funções que exerce no espaço social, dentre elas a função de protesto. Além disso, recorreremos à noção de discurso hipertextualizado, ou tecnodiscurso, desenvolvida por Paveau (2022) para descrever e explicar a textualidade digital dos tuítes que constituem o *corpus* desta pesquisa. Contamos, ainda, com os estudos de Muniz Lima (2022) que, sob o enfoque da Linguística Textual (doravante LT), principal disciplina com a qual nos filiamos neste trabalho, possibilita-nos trabalhar com os diversificados modos de interagir em contexto digital.

A amostra da nossa pesquisa conta com dois tuítes selecionados a partir dos traços que definem a modalidade argumentativa polêmica (dicotomização, polarização e desqualificação) e que evidenciam a função social de protesto no contexto sociopolítico brasileiro que envolve a vinda do presidente Nicolás Maduro ao Brasil, em maio de 2023. Os resultados parciais obtidos levam-nos a considerar um posicionamento em que devemos dar a mesma importância aos fatores linguageiros e tecnológicos na produção, na circulação e na interpretação de textos em interações digitais, principalmente quando se trata de textos que convocam o grande público ao protesto em polêmicas públicas que circulam no ambiente digital *on-line*.

1. O protesto na modalidade polêmica

A noção de polêmica, nos estudos da Teoria da Argumentação no Discurso (doravante TAD), considera a existência de um espaço social e plural marcado pela dissensão. Nesse sentido, Amossy (2018), no delineamento de sua proposta teórica, leva em conta uma “retórica do dissenso” que atravessa toda e qualquer interação humana em que há o confronto verbal público de caráter polêmico.

Isso é consequência da noção de argumentação adotada pela analista de discurso, tendo em vista que ela advoga que a argumentação é uma característica inerente a todo fazer discursivo, o que a leva a admitir dois modos de organização da argumentativa nos discursos: pela visada argumentativa e pela dimensão argumentativa. No primeiro caso, observamos aqueles discursos com o explícito propósito de defender uma tese articulada, fundamentada em argumentos. No segundo caso, trata-se de uma noção que abrange todos os discursos, incluindo os de visada argumentativa, já que, para a autora, a argumentação é:

(...) a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas por parte do alocutário, ou (...) a tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir. (AMOSSY, 2011, p. 130).

Para nós da Linguística Textual, essas duas noções de organização da argumentação se dão no âmbito das relações textuais. As sequências textuais discutidas por Adam (2019), por exemplo, fazem-nos compreender a organização composicional de um texto, e, no que diz respeito à visada argumentativa, os textos sempre apresentam uma sequência argumentativa dominante, a exemplo dos artigos acadêmicos, das redações escolares, dos debates eleitorais etc. (CAVALCANTE *et al.*, 2020).

Outra consequência, no quadro teórico da TAD, está na concepção de modalidades argumentativas. Para Amossy (2008), a argumentação é modular, considerando que ela varia em um *continuum*. Desse modo, a autora apresenta seis modalidades: a. *modalidade demonstrativa*, quando o locutor faz uso de argumentos para defender explicitamente uma tese: a defesa de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a redação do ENEM etc.; b. *modalidade patêmica*, que busca persuadir por meio das emoções do auditório: a campanha de ajuda humanitária, os textos de autoajuda etc.; c. *modalidade pedagógica*, em que o locutor se coloca no papel de uma autoridade no assunto perante um aprediz: as apresentações orais em congressos, o livro didático etc.; d. *modalidade de coconstrução*, que consiste na negociação de uma dada questão: a conversa familiar, a conversa entre amigos etc.; *modalidade negociada*, que apresenta interlocutores que buscam um acordo diante de um problema que os divide: a audiência de conciliação, a reunião comercial etc.; *modalidade polêmica*, em que há o confronto de teses conflitantes em um desacordo profundo: o debate entre políticos, o debate em torno de uma questão polêmica.

A modalidade argumentativa polêmica, objeto desta pesquisa, é organizada em uma estrutura

interacional caracterizada por três traços fundamentais (AMOSSY, 2017): a dicotomização, aspecto que torna a polêmica irresolúvel; a polarização social, aspecto que gerencia a polêmica em grupos antagônicos; e a desqualificação do adversário, já que a fala polêmica é marcada por um contradiscurso que tenta diminuir ou excluir o outro do debate em praça pública.

Percebemos, assim, que a polêmica é a modalidade do dissenso. Entretanto, para além da função global dessa modalidade, isto é, a coexistência de vozes nos enquadres do dissenso, ela “pode, também, de acordo com as circunstâncias, cumprir outras funções sociais” (*ibidem*, p. 210):

- a) **Função de persuasão:** Busca-se influenciar e dominar um público que deve fazer escolhas. Nesse sentido, a polêmica se desenvolve em relação a um público, e não em relação ao adversário.
- b) **Função de tecer o elo social:** Permite que os indivíduos se posicionem em grupos em prol de uma mesma bandeira.
- c) **Função de protesto:** Nesta função, a polêmica funciona como um recurso de acusação e de denúncia, caracterizando o discurso como um meio de ação coletiva.
- d) **Função de estratégia de posicionamento:** Diz respeito aos posicionamentos que, para promover uma imagem (*ethos*), tem o apoio da maioria.

Nossas análises se debruçam em torno da terceira função da polêmica: o de protesto por meio da ação coletiva. Nesse sentido, levamos em conta os textos digitais que exprimem uma mobilização coletiva, sendo esta uma característica fundamental do protesto, tendo em vista que a ação individual não é suficiente para alcançar os objetivos pretendidos (OLSON, 1999). Assim, concebemos o protesto como “uma ação coletiva caracterizada como ação de um grupo de pessoas que tem um objetivo comum, mesmo que haja objetivos individuais no interior dessa ação” (SILVA, 2018).

2. O texto nas interações tecnolinguageiras

Para Koch (2017), o texto é lugar da própria interação humana. Nesse sentido, estudar as propriedades definidoras do texto, compreendido como um evento comunicativo singular, a partir da noção bakhtiniana de enunciado concreto, consiste em considerar a interação entre interlocutores.

Nesse processo de interação, Cavalcante *et al.* (2019) reforça a noção de texto como uma unidade de comunicação e de sentido única e irrepitível, que comporta vários sistemas semióticos. Assim, o texto é visto como um fenômeno multifacetado, já que, em sua constituição, vários sistemas semióticos se integram na interação humana, relação potencialmente explorada nas interações digitais.

Para além do aspecto estritamente linguístico ou verbal, “o texto é hoje entendido como um enunciado multimodal, único e irrepitível, que se conclui como unidade de comunicação e que é reconhecível por sua unidade de coerência em conexto” (CAVALCANTE; SILVA; SILVA, 2020, p. 36), de modo que devem ser observados outros meios de realização textual, como os sistemas semióticos imagético, sonoro e gestual em sua relação com aspectos de ordem tecnológica, que também interferem nos processos de construção de sentidos entre interlocutores, sobretudo em contexto digital. (MUNIZ LIMA, 2022, p. 55).

Essas discussões nos levam a considerar as peculiaridades do contexto digital, já que a

construção de sentidos nesse espaço ocorre por meio da integração de elementos linguísticos e tecnológicos, segundo Marie-Anne Paveau (2020). Essa autora advoga em favor de uma abordagem pós-dualista na análise de fenômenos da linguagem em contexto digital. Desse modo, o texto passa a ser contemplado pelos sistemas semióticos oral, escrito, imagético, sonoro, gestual juntamente com o material tecnológico do qual as produções textuais se constituem. Há, portanto, um hibridismo entre dados humanos e não humanos nas interações em âmbito digital (MUNIZ LIMA, 2022).

Segundo Paveau (2022), a noção de discurso hipertextualizado, ou tecnodiscurso, compreende o texto produzido na internet a partir do uso de ferramentas disponíveis nessa grande mídia. Ou seja, sua concepção abrange os textos nativos digitais, como, por exemplo, o tuíte. Nesse sentido, a autora descreve seis características que definem essas produções textuais digitais:

1. **Composição:** a relação entre o languageiro e o tecnológico;
2. **Deslinearização:** a não obrigatoriedade em um eixo sintagmático;
3. **Aumento:** as ferramentas de escrita que permitem a conversacionalidade;
4. **Relacionalidade:** a relação entre tecnodiscursos;
5. **Investigabilidade:** a possibilidade de rastreamento;
6. **Imprevisibilidade:** a mudança de forma ou de conteúdo dos tecnodiscursos.

Nossas análises levam em conta essas características do tecnodiscurso a partir das especificidades e das funções da rede social *Twitter*, já que nossa amostra é composta por dois tuítes. Vale ressaltar, entretanto, que, para esta análise, destacamos apenas três características (composição, aumento e relacionalidade) nos textos digitais de protesto.

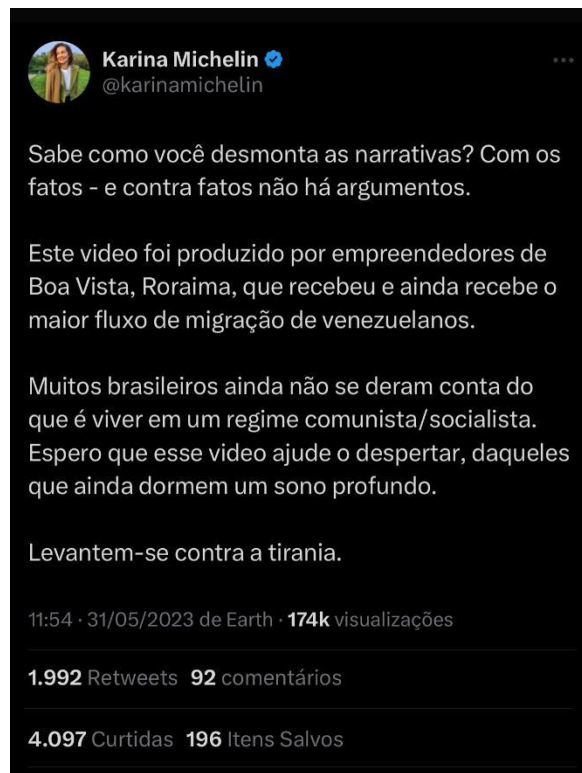
3. Análises e discussão

Em 29 de maio de 2023, Nicolás Maduro, presidente da Venezuela, veio ao Brasil pela primeira vez desde 2015, para participar de um encontro promovido pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. Antes mesmo de sua chegada em terras brasileiras, já existia um murmúrio e uma expectativa por parte da política de oposição ao governo Lula, por parte da mídia brasileira e, principalmente, por parte de internautas em suas redes sociais, como no *Twitter*.

É reconhecido que o presidente venezuelano é marcado por polêmicas que envolvem sua forma de governo e sua vida pessoal. Ele já foi acusado de violações de direitos humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e até de narcoterrorismo pelos Estados Unidos, quando Donald Trump ainda era o presidente norte-americano. No contexto brasileiro, o ex-presidente Jair Bolsonaro desfez as relações políticas e diplomáticas com o governo de Maduro, logo após assumir a presidência do país em 2019, passando, ainda, a reconhecer o opositor Juan Guaidó como o legítimo presidente da Venezuela, e sempre associando a imagem do governo venezuelano de Maduro ao modo de governar do Partido dos Trabalhadores (PT).

Tudo isso contribuiu para que eclodisse uma polêmica pública com a chegada de Maduro ao Brasil. Isso é o que podemos verificar nos dois tuítes selecionados por meio de *printscreen* para elucidar a função de protesto da polêmica em interações tecnolinguageiras.

Figura 1. Tuíte de Karina Michelin



Fonte: <https://twitter.com/karinamichelin/status/1663921815645814784>

Karina Michelin, que é jornalista pela TV Host, produz um texto que, em sua composição, combina elementos verbais, audiovisuais e tecnológicos. Ao tratar da imigração de venezuelanos para o Brasil, por meio de uma pergunta retórica (“Sabe como você desmonta as narrativas?”), a internauta se utiliza de um vídeo¹⁸ em seu tuíte para demonstrar os fatos e derrubar qualquer tentativa de questionamento do adversário: a condição miserável e desumana em que se encontra o povo da Venezuela sob o governo de Nicolás Maduro é incotestável.

Nesse texto, o ponto de vista da locutora se faz perceber pelo alerta ao público sobre uma realidade que possivelmente pode se tornar a realidade do Brasil diante da visita de Maduro no governo de Lula. Há, portanto, um apelo aos sentimentos do locutor, que induz ao medo, à revolta, à indignação, por isso ela convoca o público para uma mobilização coletiva quando diz explicitamente “Levantem-se contra a tirania” para aqueles que ainda dormem diante do que ela mostra como evidente no vídeo gravado por empreendedores de Boa Vista.

Há de se notar que o tuíte teve um alcance expressivo de 174 mil pessoas no momento em que fizemos o *printscreen*, dado disponibilizado automaticamente pelo próprio sistema da rede social *Twitter* e que, conseqüentemente, garante um grande engajamento ao texto. No entanto, não se pode garantir que essa quantidade de pessoas tenha aderido ao que defende Karina Michelin. Nesse tipo de interação tecnolinguageira, a ação direta do interlocutor que nos garante apreender sua concordância com a locutora está no número de curtidas (4.097 pessoas). A concordância também se faz presente no número de retuítes (1.992 pessoas), aspecto que condiz com a característica de aumento dos textos nativos digitais, já que o retuíte, bem como os 92 comentários que estabelecem relações metatextuais,

¹⁸ Infelizmente, não conseguimos recuperar o vídeo que estava nesse tuíte, pois ele, sem razões dadas, foi excluído pela própria internauta, mas conseguimos saber do que se tratava o vídeo por conta da descrição de alguns comentários na postagem de K. M.

possibilita ampliar o texto fonte e levá-lo para interlocutores ainda não alcançados pela jornalista.

É essa agentividade do interlocutor que garantirá a mobilização coletiva na polêmica nesse contexto digital, pois ao retuitar, por exemplo, o interlocutor faz coro com a voz de Michelin, como veremos no próximo tuíte.

Figura 2. Tuíte de Mário Frias



Fonte: <https://twitter.com/mfriasoficial/status/1663956182166274051>

Mário Frias, ex-chefe da Secretária Especial de Cultura e político brasileiro alinhado aos posicionamentos do ex-presidente Jair Bolsonaro, retuita o texto de Karina Michelin. Ao fazer o retuíte, o político acrescenta palavras de ordem (“Fora Maduro. Fora Lula!”) típicas em cenários de protestos. Nesse sentido, ele concorda com o ponto de vista apresentado pela jornalista e reforça esse ponto de vista pedindo a saída literal do presidente venezuelano do Brasil, e a saída do presidente Lula de seu cargo político e também do Brasil.

Dois aspectos merecem atenção nessa agentividade tecnológica de Mário Frias: a primeira diz respeito ao fato de que o retuíte manifesta uma relação intertextual de citação, já que o político insere o texto fonte em seu texto, com a marcação da autoria desse texto fonte, incluindo, ainda, a data de publicação (31/05/2023) – informações que são automaticamente dispostas pela rede social *Twitter* em casos de retuíte. Podemos considerar que essa retomada intertextual por citação funciona como uma espécie de argumento de autoridade, já que a voz inserida em seu texto é a voz de uma jornalista, profissional que, em tese, é responsável em repassar a verdade dos fatos.

Quanto à relacionalidade do tecnodiscurso, observamos que esse aspecto tecnológico do texto nativo digital possibilita a intertextualidade, mas não obrigatoriamente a citação, já que a citação diz respeito ao retuíte, que por sua vez, a nosso ver, é um tipo de relacionalidade. Como vemos, o tuíte de Frias se relaciona com outro tecnodiscurso, e esse outro tecnodiscurso pode ser recuperado na íntegra

com um simples gesto de clicar do interlocutor, que será direcionado para o tuíte de Karina Michelin.

Cumpramos notar o número de pessoas alcançadas pelo tuíte do político brasileiro (38.200 pessoas), número expressivo e que condiz com o poder de alcance de uma figura pública e política como Frias, além dos números que nos levam a perceber aqueles que se juntam para fazer coro com as vozes de Karina Michelin e Mário Frias no protesto contra a vinda de Nicolás Maduro ao Brasil no governo de Lula: 1.942 curtidas e 604 retuítes.

A análise desses dois tuítes demonstram a necessidade de uma lente de investigação mais ampliada para os fenômenos de linguagem em contexto digital. Desse modo, poderemos contemplar não somente o material linguageiro e os sistemas semióticos já estudados em Linguística Textual, como também a interferência do material tecnológico na construção de sentidos em interações tecnolinguageiras, pois é essa interferência tecnológica que promove a produção, a circulação e a interpretação dos textos que nascem na *web 2.0*.

4. Conclusões

Diante do exposto, fica evidente que as interações tecnolinguageiras se constituem na combinação de dados humanos e não humanos. Essa combinação é imprescindível para as discussões em contextos polêmicos, já que as ferramentas tecnológicas permitem que o texto de caráter polêmico possa se fazer “ouvir” de forma mais rápida e por um público muito amplo, este último responsável pela incansável reprodução desse texto no ambiente digital.

Nosso intuito, por ora, foi demonstrar que alinhamos nossas reflexões sobre a textualidade no âmbito das interações digitais *on-line*, questão já abordada em trabalho de tese por Muniz Lima (2022). Assim, verificamos que a composição desses tuítes se dá a partir da combinação de elementos verbais e audiovisuais juntamente com os aspectos tecnológicos da própria rede social *Twitter* (curtir, comentar, compartilhar etc.), que também possibilitam o aumento desses textos nativos digitais. Observamos, também, que a intertextualidade se manifesta na relacionalidade entre esses tecnodiscursos.

Por fim, consideramos que há uma crescente onda de protestos na rede social *Twitter*, em que interlocutores juntam suas vozes para fazer coro nas polêmicas públicas da contemporaneidade, por isso nosso interesse em analisar a organização textual dentro desse ambiente de interações tecnolinguageiras.

Referências

- ADAM, J. M. *Textos: tipos e protótipos*. São Paulo: Contexto, 2019.
- AMOSSY, R. *A argumentação no discurso*. Coordenação de tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira; Tradução: Angela M. S. Corrêa ... [et al.]. – São Paulo: Contexto, 2018.
- _____. *Apologia da polêmica*. Coordenação de tradução: Mônica Magalhães Cavalcante; Tradução: Rosalice Botelho, Walkim Souza Pinto ... [et al.]. – São Paulo: Contexto, 2017.
- _____. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, Gláucia; MACHADO, Ida; EMEDIATO, Wander (Org.). *Análises do discurso hoje*, vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 231-254.
- _____. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares (Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira). *EID&A*, 2011. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, 1, 129-144.

BEAUGRANDE, R. *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and the freedom of access do knowledge and society*. Norwood: Ablex publishing corporation, 1997.

CAVALCANTE; M. M. *et al. Linguística Textual e Argumentação*. 1. ed. – Campinas, SP: Pontes editores, 2020.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para análise. *(Con)Textos Linguísticos - Linguística Textual e Análise da Conversação: conceitos e critérios de análise*, Espírito Santo, v. 13, n. 25, p.25-39, set. 2019. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/27884/18764>. Acesso em: 22 mai. 2023.

CARVALHO, A. P. L. *Intertextualidades estritas e amplas*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

KOCH, I. V. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Contexto, 2017.

MUNIZ LIMA, I. *Modos de interação em contexto digital*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

OLSON, M. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. Tradução de Fabio Fernandez. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

PAVEAU, M. A. *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. Organizadores: Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. 2. ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

_____. Discurso e links. Hipertextualidade, tecnodiscursividade, escritura. In: *Texto, discurso e argumentação: traduções* (2020). Tradução de Maria Eduarda Giering e Luciana Cavalheiro. Tradução do texto “*Des discours et des liens. Hypertextualité, technodiscursivité, écriture*”, originalmente publicado na revista *Semen – Reveu de sémio-linguistique des textes et discours*, nº 42, em 2017.

SILVA, P. C. G. A ação coletiva: o desafio da mobilização. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*. Recife, v. 7, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/238618/31255>. Acesso em: 05 jun. 2023.

ANÁLISE AUTOMÁTICA DE MÉTRICAS TEXTUAIS EM UM CORPUS DE REDAÇÕES AVALIADAS PELA BANCA OFICIAL DO ENEM

Átila Augusto Soares VITAL
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
4tilavital@gmail.com

RESUMO: Muitos são os trabalhos disponíveis sobre a análise linguística de redações do Enem. Poucos, no entanto, levam em consideração os textos avaliados pela banca oficial em diferentes diacronias. Nosso objetivo neste trabalho é apresentar a arquitetura de um corpus de redações nota máxima (mil pontos) avaliadas pela banca oficial de corretores do exame, entre os períodos de 2010 a 2020 (VITAL, 2023). Para caracterização dos textos da série histórica, foi utilizada a ferramenta computacional NILC-Matrix (LEAL et al., 2022), que fornece métricas descritivas, morfossintáticas, coesivas e de leiturabilidade para cada texto. Os resultados sugerem que, embora tenham sido avaliados com a mesma nota, houve aumento na complexidade dos textos ao longo da diacronia estudada.

PALAVRAS-CHAVE: *redações; complexidade textual; linguística de corpus.*

Introdução

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é a principal porta de entrada de estudantes do ensino médio em universidades brasileiras. Uma das seções do exame diz respeito à prova de redação, que consiste num texto dissertativo-argumentativo de até trinta linhas sobre assuntos variados. Os textos são avaliados segundo critérios estabelecidos no Manual do Corretor, arquivo disponibilizado uma vez ao ano para consulta dos corretores oficiais (BRASIL, 2020).

A correção é realizada segundo cinco competências, conforme as informações a seguir:

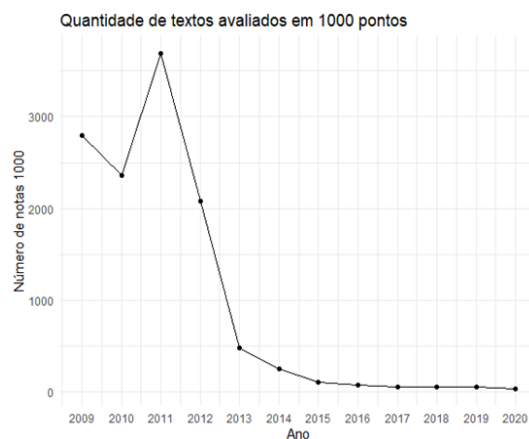
- *Competência I:* demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa;
- *Competência II:* compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das áreas de conhecimento, dentro dos limites do texto dissertativo-argumentativo em prosa;
- *Competência III:* selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista;
- *Competência IV:* demonstrar conhecimento dos mecanismos necessários para a construção da argumentação;
- *Competência V:* elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Cada uma das cinco competências é avaliada em duzentos pontos por dois corretores independentes. As penalizações especificadas na Cartilha do Participante

(BRASIL, 2020) ocorrem de 40 em 40 pontos para cada uma das competências. A nota final é constituída pela média aritmética simples das notas atribuídas pelos dois corretores. Caso elas sejam suficientemente discrepantes, há uma terceira correção.

Boa parte dos estudos em disciplinas de Língua Portuguesa e Redação, em escolas públicas, privadas e em cursinhos pré-vestibulares, têm tomado a produção de redações modelo Enem como um conteúdo imprescindível. Curiosamente, nos últimos anos, foi observado que o número de textos avaliados em mil pontos (nota máxima) tem sido cada vez menor. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), na edição de 2011, 3.694 (três mil seiscentos e noventa e quatro) textos foram avaliados em mil pontos; em 2020, esse número atingiu a marca de apenas 28 (vinte e oito). Conforme o gráfico da figura 1, entre 2011 e 2013, há uma queda acentuada na quantidade de textos que receberam nota máxima.

Figura 1: Quantidade de textos avaliados em 1000 pontos entre os anos de 2009 e 2020



O objetivo deste trabalho, portanto, é investigar métricas textuais que possam evidenciar características das redações nota mil ao longo dos dez anos, entre 2010 e 2020. Tendo sido avaliados num mesmo nível pela banca de corretores oficial, é de se esperar que os textos possuam características semelhantes, mesmo tendo sido escritos em períodos diferentes na série histórica.

Para isso, lançamos mão de trabalhos já realizados a respeito de redações do Enem e da ferramenta de análise da complexidade textual NILC-Metrix (LEAL et al, 2021), desenvolvida pelo Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional da Universidade de São Paulo (NILC/USP). Em relação à arquitetura e aos procedimentos metodológicos para a compilação de corpora, foram utilizadas a conceptualização histórica de Sardinha (2000) – que versa sobre a representatividade do conjunto dos dados coletados – e as propostas inovadoras de Stefanowitch (2020) – que considera um corpus como um conjunto de amostras autênticas, representativas e relativamente grandes do uso linguístico.

1. Caracterização do corpus e da ferramenta NILC-Metrix

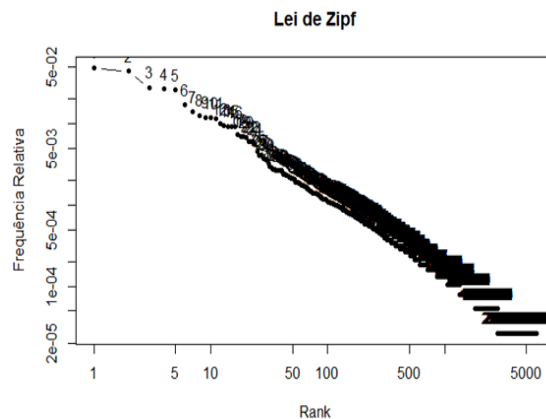
O corpus (disponível no link: <<https://github.com/atilavital/corpus-redacao>>) é composto por 96 (noventa e seis) redações nota mil, que passaram pelo processamento de sete métricas do analisador de complexidade textual NILC-Metrix (LEAL et al., 2021).

Desenvolvido a partir da ferramenta Coh-Metrix (GRAESSER et al., 2004), o NILC-Metrix reúne 200 (duzentas) métricas textuais aplicáveis à Língua Portuguesa. Dentre elas, as selecionadas para este trabalho estão arroladas na seção de metodologia e se distribuem entre métricas descritivas, morfossintáticas, coesivas e de leitura. Outros trabalhos sobre complexidade textual em redações e textos escolares também lançam mão da ferramenta Coh-Metrix (ou de ferramentas derivadas), como é o caso de Westerlund (2019), que analisa complexidade em redações do *Swedish National Exam* e Crossley & McNamara (2012), para um corpus de aprendizes de inglês como segunda língua.

As redações analisadas compreendem uma série histórica de dez anos – das edições de 2010 a 2020 – contando com textos sobre dez temas diferentes. O número total de palavras foi de 37.459; a razão type/token, isto é, a relação entre tipos de palavras e o número de palavras total é de 0,16 ao longo do corpus.

Para caracterização inicial dos dados, traçamos o gráfico da Lei de Zipf (1949), que correlaciona a posição dos types num ranking de frequência e seu número de ocorrências (figura 2). Através da Lei de Zipf, podemos perceber que, assim como em boa parte dos corpora de línguas naturais, muitas palavras ocorrem com frequência baixa (região com maior densidade de pontos no gráfico), enquanto que poucas ocorrem com frequência alta (região com menor densidade de pontos). Conforme esperado, as palavras com maior frequência são os itens funcionais, como preposições, artigos e cópula.

Figura 2: Aplicação da Lei de Zipf aos dados do corpus de redações



A partir dessa caracterização inicial dos dados, podemos avançar para a descrição das métricas e da ferramenta NILC-Metrix. Desenvolvida pelo NILC (USP), a ferramenta está disponível gratuitamente para acesso na internet. Adaptada do Coh-Metrix, ela se subdivide em 14 (quatorze) grandes grupos de métricas para descrições textuais. Na versão online, o NILC-Metrix limita o input de textos com até 2000 (duas mil) palavras. O acesso pode ser feito no link: <<http://fw.nilc.icmc.usp.br:23380/nilcmatrix>>.

2. Abordagem metodológica

Para este estudo preliminar, foram adotadas 7 métricas daquelas disponíveis no NILC-Metrix. Os 96 textos do corpus foram processados na plataforma online, um por

vez. As métricas escolhidas estão arroladas a seguir.

- a. *words_per_sentences*: calcula a quantidade de palavras por sentença num determinado texto. A noção de sentença programada para o NILC-Metrix diz respeito “à unidade iniciada por letra maiúscula e finalizada por ponto final, ponto de exclamação, ponto de interrogação ou reticências” (Vital, 2023);
- b. *sentences_per_paragraph*: calcula a quantidade de sentenças por parágrafo. Os textos exemplares do Enem parecem ter quantidades de parágrafos bem consistentes (entre 3 e 5 parágrafos);
- c. *content_words*: calcula a quantidade de palavras de conteúdo em relação ao número de palavras total. Como pudemos perceber, boa parte dos tokens no corpus são palavras funcionais. A proporção entre palavras de conteúdo e palavras total fornece indícios sobre a riqueza lexical;
- d. *mean_noun_phrase*: calcula a quantidade de palavras dentro dos sintagmas nominais (SNs). O NILC-Metrix utiliza o LX-Parser (BICK, 2000) para identificação dos SNs;
- e. *words_before_main_verb*: calcula a quantidade de palavras antes do verbo principal nas sentenças. Essa métrica nos diz se, no caso de um aumento de palavras, estas são introduzidas à esquerda ou à direita do verbo;
- f. *conn_ratio*: calcula a quantidade de conectivos em relação ao número de palavras no texto. Essa métrica se relaciona com a Competência IV, no Enem, que diz respeito à coesão entre as partes da redação;
- g. *flesch*: índice de leiturabilidade, que indica o quão complexo é o texto ao ser lido. Considera o a quantidade média de sílabas nos textos.

Os textos foram dispostos em arquivos .txt, codificados em UTF-8. Os resultados de cada uma das métricas foi normalizado para cada 100 palavras, de modo que se possa comparar diferentes períodos na série histórica. Essa normalização foi realizada pelo fato de possuímos números de palavras diferentes para cada uma das edições do Exame.

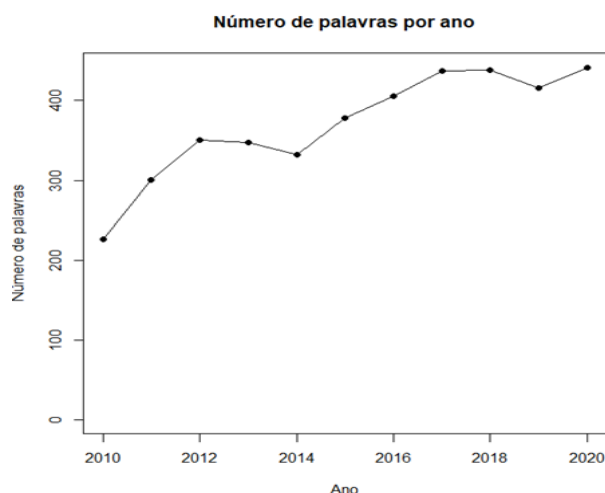
3. Resultados e discussões

Após a compilação e a organização dos arquivos do corpus, foi realizado o processamento dos textos.

Para todas as análises, foram mantidas as *stopwords* (palavras vazias de significado semântico) e demais palavras funcionais.

O número médio de palavras (figura 3) dobrou ao longo dos textos da diacronia: de pouco mais de 200 palavras em 2010 para mais de 400 em 2020. É importante ressaltar que o espaço para a escrita das redações se manteve inalterado, com até 30 linhas. Conforme os próximos resultados, argumentaremos que a introdução gradativa de um maior número de palavras nos textos causa alterações importantes em outras métricas descritivas, já que as redações precisam comportar duas vezes mais palavras num mesmo espaço de texto.

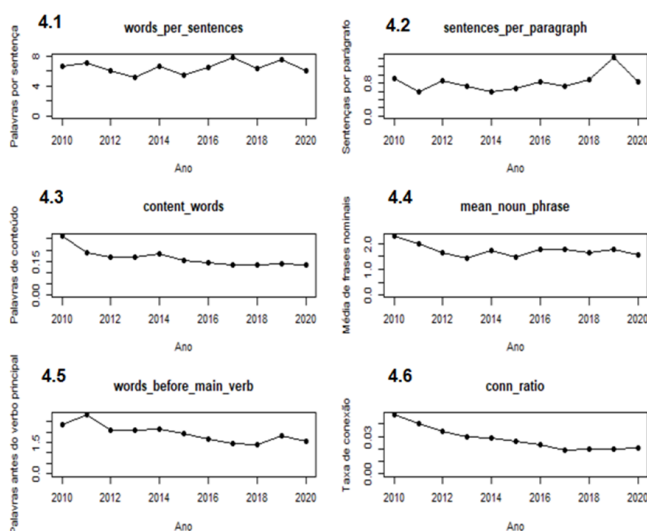
Figura 3: Número médio de palavras para cada ano na série histórica



A figura 4, a seguir, reúne os resultados das métricas descritivas, morfossintáticas e de conectivos. O número de palavras por sentenças (4.1.) parece não sofrer alterações significativas ao longo da série histórica, enquanto que a quantidade de sentenças por parágrafo (4.2.) realiza um salto em 2019, em comparação com os textos das outras edições.

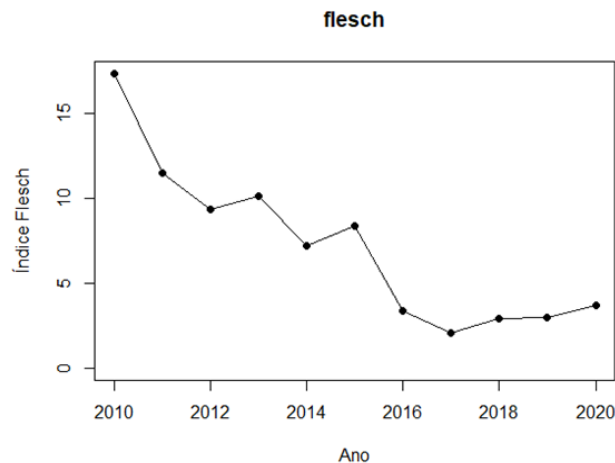
A quantidade de palavras de conteúdo em relação ao número de palavras total (4.3.) diminui gradativamente entre 2010 e 2020. Esse pode ser um reflexo do aumento da quantidade de palavras, já que, quanto maior é a quantidade de palavras, maior tende a ser a quantidade de itens funcionais, conforme a Lei de Zipf, aplicada anteriormente. O tamanho dos sintagmas nominais (4.4.) parece não sofrer variações significativas. Ao contrário, o número de palavras antes do verbo principal (4.5.) apresenta tendência de diminuição, juntamente com a quantidade de elementos coesivos em relação ao número total de palavras (4.6.). Ambas as medidas também podem ser analisadas sob o ponto de vista do aumento de palavras: com base em (4.5.), as palavras introduzidas nos textos parecem ocupar posições à direita do verbo; em (4.6.), percebemos que o número de elementos coesivos não aumenta na mesma proporção do número de palavras.

Figura 4: Gráficos de métricas descritivas, morfossintáticas e de conectivos calculadas pelo NILC-Metrix.



O índice de leitura Flesch (figura 5) apresentou queda acentuada ao longo das edições. Como seu resultado depende da acurácia do segmentador silábico programado no NILC-Metrix, podemos compreendê-lo como uma medida grosseira da leitura dos textos. Independentemente, a queda no índice significa que os textos têm se tornado mais complexos de serem lidos – fator que também pode ser corroborado pelo aumento de palavras. Para reforçar os resultados, é importante que se façam medidas de outros índices de complexidade, como o índice de Honorè (VITAL, 2023).

Figura 5: Gráfico do Índice Flesch de leitura calculado pelo NILC-Metrix.



Os resultados apresentados mostram que, a partir das métricas, há mudanças expressivas nas características linguísticas dos textos avaliados num mesmo nível ao longo do intervalo de 10 anos. As métricas, em si, não nos apresentam razões para a queda drástica de redações avaliadas em nota máxima entre 2010 e 2020, no entanto, esclarecem o fato de que os textos escritos nos anos próximos do presente contêm estruturas amplamente distintas daquelas encontradas nas edições anteriores do exame.

4. Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo apresentar o corpus de redações nota mil avaliadas pela banca oficial de corretores do Enem durante um período de 10 anos. O corpus já se encontra disponível, conforme os preceitos da Ciência Aberta, e conta com descrições preliminares a partir de 7 métricas disponibilizadas pela plataforma NILC-Metrix (LEAL et al., 2020), além da Lei de Zipf (1949).

Ao longo da série histórica analisada, percebemos o aumento da complexidade dos textos, que pode ser justificado, em parte, pelo incremento do número de palavras. A queda drástica no número de textos avaliados em nota máxima precisa ser melhor esclarecida através do uso de mais métricas e da revisão sistemática dos critérios de correção.

Referências

- BICK, Eckhard. The parsing system Palavras. *Automatic Grammatical Analysis of Portuguese in a Constraint Grammar Framework*, p. 25, 2000.
- BRASIL, *A redação do Enem 2020: cartilha do participante*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Brasília, DF., 2020.

- CROSSLEY, Scott A.; MCNAMARA, Danielle S. Predicting second language writing proficiency: The roles of cohesion and linguistic sophistication. *Journal of Research in Reading*, v. 35, n. 2, p. 115-135, 2012.
- GRAESSER, Arthur C. et al. Coh-Metrix: Analysis of text on cohesion and language. *Behavior research methods, instruments, & computers*, v. 36, n. 2, p. 193-202, 2004.
- LEAL, Sidney Evaldo et al. NILC-Metrix: assessing the complexity of written and spoken language in Brazilian Portuguese. *arXiv preprint arXiv:2201.03445*, 2021.
- SARDINHA, Tony Berber. Lingüística de corpus: histórico e problemática. *Delta: documentação de estudos em lingüística teórica e aplicada*, v. 16, p. 323-367, 2000.
- STEFANOWITSCH, Anatol. *Corpus linguistics: A guide to the methodology*. Language Science Press, 2020.
- VITAL, Átila Augusto Soares. A compilação e a análise de métricas textuais de um corpus de redações. *Linguamática*, v. 15, n. 1, p. 131-140, 2023.
- WESTERLUND, Marcus. *Correlations between textual features and grades on the Swedish National Exam in English: A Coh-Metrix analysis*. 2019.
- ZIPF, George Kingsley. *Human behavior and the principle of least effort: An introduction to human ecology*. Ravenio Books, 2016.

CONCEITOS DE AUTORIA EM PRÁTICAS DE ENSINO DE PRODUÇÃO DE TEXTOS DO PROJETO DE EXTENSÃO ENTRETEXTOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO: O QUE PENSAM OS GRADUANDOS DE LETRAS?

Ellen VELOSO;

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
ellen.veloso@discente.ufma.br

Mônica CRUZ;

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
monica.silva@ufma.br

Poliana PEREIRA

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
mopoliana.pereira@discente.ufma.br

Resumo. O trabalho consiste na análise do conceito de autoria concebido pelos acadêmicos que ministram aulas no Projeto de Extensão Entretextos. A metodologia, de base qualitativa, pautam-se em estudos na análise do discurso e identidade, como os de Cavalcante (2016), Kronka (2008) e Orlandi (2007). Como procedimento metodológico foram adotados a) um questionário, com o formulário de questões; b) observação das aulas ministradas pelos bolsistas e voluntários no Projeto de Extensão Entretextos. A pesquisa demonstra que a autoria no Projeto Entretextos é abordada de forma indireta, mediante a abordagem de aspectos cobrados na competência 3, do ENEM, a qual exige do candidato que ele saiba “selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista”. Logo, é de preocupação dos professores que os alunos entendam sobre autoria.

PALAVRAS-CHAVE: *ENEM, competência 3, autoria.*

Introdução

O jovem brasileiro, na atualidade, após finalizar seus estudos na educação básica, tem a oportunidade, caso for do seu interesse, ingressar no ensino superior, público ou privado, através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O exame foi criado em 1998 para avaliar o desempenho dos estudantes do ensino médio, e hoje, 24 anos depois, ele abre portas para mudar o futuro de muitos alunos. O ENEM ganhou um protagonismo gigantesco na educação brasileira, não é à toa que existem escolas e cursos que focam apenas na preparação para esse exame, sobretudo para a produção textual, ou como é chamada, a redação. A elaboração do texto dissertativo-argumentativo requer que os alunos apresentem os mecanismos necessários, tanto sobre a estrutura do texto, como seu repertório sociocultural.

Muitos estudos têm se voltado para a autoria no nível escolar, mas pouco se entende sobre esse

conceito ainda. Grande parte dos professores não têm clareza sobre o que é a autoria em textos escolares, o que pode dificultar o processo de ensino de produção textual, em alguns casos. Nesse âmbito de reflexão, este trabalho apresenta parte de uma pesquisa realizada com licenciandos do Curso de Letras da UFMA, que participam de um Curso de Extensão, filiado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Maranhão (PROEC). O Curso de Extensão Projeto Entretextos (Resolução Consepe 702/2009) é uma iniciativa do Curso de Letras da UFMA e atualmente é coordenado pelas professoras doutoras Ilza Galvão Cutrim e Mônica da Silva Cruz. O Projeto Entretextos, como é conhecido popularmente, conta com bolsistas e acadêmicos voluntários, que ministram, preparam e avaliam atividades para alunos cursistas, cujo ingresso ao Projeto é realizado por meio de inscrições gratuitas. O projeto tem o objetivo de ajudar alunos de escola pública a ingressar em uma universidade pública por fornecer boas técnicas na elaboração de uma redação.

Nesta pesquisa, analisamos como os acadêmicos que lecionam aulas no Entretextos abordam em sala de aula o conceito de autoria. Para a execução deste estudo, construímos um *corpus* composto por um formulário online de 04(quatro) perguntas subjetivas, o qual foi respondido por dois dos acadêmicos que lecionam no projeto. A metodologia é de base qualitativa, pois visa uma análise subjetiva das respostas e o referencial teórico pauta-se em estudos oriundos do campo da Linguística Textual e análise de discurso. A pergunta norteadora da pesquisa consiste em responder de que forma, na prática de sala de aula, os acadêmicos de Letras, que participam do Entretextos, entendem o conceito de autoria? Que conhecimento eles têm sobre a autoria na escrita? De que forma esses futuros docentes trabalham e aferem esse conceito nas produções textuais dos alunos do Projeto de Extensão Entretextos?

1. Desenvolvimento do artigo

“O processo de elaboração de qualquer texto, seja ele escrito, seja oral ou multimodal, envolve mais que criação, mais que inspiração. Envolve essencialmente trabalho sobre e com a linguagem.”, partindo desse ponto de vista Mendonça (2016), a produção textual exigida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem como objetivo instigar o estudante a refletir acerca do seu ponto de vista sobre um determinado assunto social da sua nação, produzindo assim, um texto dissertativo-argumentativo no qual deve comunicar essa perspectiva única do sujeito, ou melhor, do autor.

Desse modo o exame demanda uma linguagem autoral. Esse aspecto, autoria, é tratado na competência 3, da Cartilha do Participante, material que esclarece ao candidato os critérios segundo os quais ele será avaliado. Nessa competência, espera-se que o estudante, em seu texto, selecione, relacione, organize e interprete informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa do ponto de vista escolhido. É preciso, então, elaborar um texto que apresente, da forma mais clara possível, uma ideia a ser defendida e os argumentos que justifiquem a posição assumida em relação à temática da proposta de redação.

Diante de um cenário em que a informação circula quase livremente, de forma voraz, ainda que fragmentada e, muitas vezes, de proveniência duvidosa, torna-se um tanto mais complexo, para esses estudantes, formar e expor seu ponto de vista na produção de texto. No caso do ENEM, o aluno precisa ser conduzido na leitura como sujeito capaz de ir além do que está escrito nos textos motivadores, como deve ser capaz de recuperar, também, os não-ditos e os silenciamentos e, também os efeitos de sentidos desses procedimentos, mostrando-se um aluno independente e crítico, pois: “O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável.” (ORLANDI, 2007, p.73).

Inúmeros estudos já se debruçaram sobre o tema da autoria em redações e esta linha de pesquisa, presente neste artigo, justifica-se por analisar um âmbito ainda pouco estudado que é o trabalho com a autoria em cursos de redação para exames de ingresso ao ensino superior, como o ENEM ou vestibulares tradicionais. A temática é importante para o desenvolvimento sustentável de

saberes ligados aos eixos da extensão, da pesquisa e do ensino universitários. Nesta dimensão, este plano de trabalho tem relevância pela proposta de sistematização dos dados da pesquisa sobre a autoria, do ponto de vista das práticas de ensino da produção textual.

O estudo ainda se justifica por propiciar aperfeiçoamentos das práticas profissionais de professores e acadêmicos da equipe do Projeto de Extensão nas oficinas de produção textual propostas pelo Entretextos cujo compromisso é oferecer conhecimento de qualidade para uma parte da população sem acesso a cursos particulares de redação. Aliado a isso fica claro a importância não só dessa linha de pesquisa como também do projeto ENTRETEXTOS. O projeto beneficia grande parte dos professores que passam a ter contato direto com os diversos tipos de produções textuais, e isso familiariza todos eles para um campo de trabalho muito importante no mercado nacional. Já os alunos passam o ano inteiro treinando suas redações com ajuda dos professores e recebendo orientações de melhoria para conseguir ser bem sucedido em sua prova, a maioria chega com o conhecimento zero de produção, mas conseguem melhorar ao longo do curso. Neste caso, os alunos conseguem não só melhorar como escrever com sua própria autoria textos excelentes.

Hoje em dia, em uma era digital, os textos autorais estão cada vez mais raros, pois existem muitos sites que oferecem redações prontas, e por essa facilidade muitos alunos são levados. No entanto, a ideia do projeto é evitar isso, pois a produção textual precisa ser independente, o aluno precisa saber se desenvolver e criar seu ponto de vista e defendê-lo com bons argumentos, a própria competência 3 pede isso. Diante disso, o principal objetivo da pesquisa é identificar os conceitos de autoria dos alunos do Projeto de Extensão Entretextos, fazer um levantamento de práticas de ensino que os bolsistas do Projeto Entretextos desenvolvem para estimularem a autoria na escrita dos alunos cursistas do Projeto e descrever as aulas do Entretextos (planejamento e execução) que dão base para a produção textual dos cursistas. E como âmbito de pesquisa se promove especificamente verificar em redações de cursistas do Projeto Entretextos os procedimentos de autoria trabalhados nas oficinas.

2. Abordagem teórica e metodológica

Segundo Cavalcante (2026, p.114), “[...] O texto é uma abstração, um enunciado que tem uma unidade negociada e contextualizada de coerência, além de ter início, meio e fim”. Para além das regras normatizantes, compreende-se o texto como uma prática social, capaz de incluir socialmente o sujeito falante/escrevente (GERALDI, 1997).

No campo da Análise do Discurso há a compreensão de que a organização textual não se dá de forma aleatória, uma vez que está inserida num contexto de determinações e normas discursivas, que propõem ao sujeito o que ele deve dizer ou não (KRONKA, 2003). Isso significa que o autor deve estruturar suas ideias não apenas dentro de uma sequência lógica semântica mas, também, ideológica. Dessa maneira, o texto deve ser compreendido como construção formada não apenas por elementos linguísticos, mecanismos textuais de coesão, mas por elementos que constituem um saber sociopolítico e cultural, que instaura a coerência em relação ao que é dito.

Ainda do ponto de vista discursivo, o sentido vai se constituindo à medida que se constitui o próprio discurso. Não existe, portanto, o sentido em si, ele é determinado simultaneamente às posições ideológicas que são colocadas em jogo na relação entre as formações discursivas (aquilo que é permitido dizer em certas circunstâncias) que compõem o interdiscurso. O interdiscurso é uma categoria analítica que diz respeito a discursos que já circulam ou circularam em uma sociedade e são retomados em algum momento por certos sujeitos em determinadas conjunturas (MUSSALIM, 2001, p.132). O interdiscurso, nessa dimensão, é a base da compreensão daquilo que o autor declara em seu texto.

Cada produção textual tem um autor, mas a visão desse autor nem sempre fica tão clara quanto deveria, por vários motivos, seja por falta de conhecimento das regras de estruturação do texto, seja

por pobreza de repertório sociocultural etc. Em Kronka (2003, p.589) podemos concluir que o ponto de vista é construído a partir das experiências, do contexto no qual o indivíduo está inserido, chamado de sujeito subjetivado, aquele que se constitui pela experiência, nos interstícios do discurso, e pelas relações de subjetividade e identidade com o outro. Esse sujeito sabe que está submetido a regras, mas encontra espaço para segui-las à sua maneira. Seu trabalho com o discurso se caracteriza pela maneira como explicita suas singularidades de seu pensamento dentro do que lhe é imposto.

Sabemos que para obter um ponto de vista sobre determinado assunto é importante ter um conhecimento prévio, devemos então buscar informações sobre o que está sendo abordado, ter um repertório cultural, mas também podemos apenas utilizar de nossos conhecimentos empíricos, “[...] A perspectiva semântico-pragmática toma como ponto de partida enunciados, e todo enunciado só nasce no uso, por isso é, necessariamente, uma realidade empírica, aquilo que nós vemos e ouvimos.” (CAVALCANTE, 2016, p.107). Portanto o que vemos e ouvimos, ou seja, a experiência empírica, nos ajuda a definirmos nossas perspectivas, nossas opiniões.

Vale citar, nesta discussão, o trabalho de Vilanova (2022), que analisou os procedimentos mobilizados por cursistas do Projeto Entretextos, para a construção da autoria, segundo as regras do ENEM. Nesse estudo, a autora constata, após analisar quatro redações, que nesse Curso de Extensão, o trabalho com a estrutura do texto é bastante explorado, “a maioria dos recortes demonstraram um bom conhecimento da estrutura do texto-dissertativo, das regras gramaticais, de um léxico variado, mas quanto ao desenvolvimento da argumentação e da coerência”, a maioria deixou muito a desejar (VILANOVA, 2022, p. 99). A autora analisou as categorias - projeto de texto, argumentação e coerência - como parâmetros estabelecidos pelo ENEM para a construção de um texto com autoria.

Vilanova (2022) também afirma que no Entretextos, os cursistas trabalham com o funcionamento da estrutura da redação, com a interpretação dos enunciados que envolvem a redação do Enem, além das cinco competências elencadas nos parâmetros do modelo dissertativo-argumentativo do Enem e disponibilizados na Cartilha do Participante (2020). Porém, embora o Projeto aborde todas as competências, a autoria no curso não é uma questão explícita, pois o tema fica apenas subentendido no trabalho com a coerência, com o projeto de texto e a argumentação, e assim, os bolsistas, apenas de forma indireta, trabalham a autoria. A autora acredita que essa atitude se deve ao fato de a Cartilha do Participante e do Manual do Corretor não deixarem explícita a noção de autoria para o Exame Nacional do Ensino Médio. Nesse documento, ser autor é demonstrar no texto o projeto de texto, ser coerente e saber selecionar e dar progressão aos argumentos em defesa do ponto de vista.

Dessa forma, a metodologia de desenvolvimento desta pesquisa dividiu-se em duas dimensões. Uma mais ampla, a qual envolveu leituras e fichamentos do referencial teórico da pesquisa; reunião mensal com a orientadora; participação em grupos de pesquisa; participação em eventos da área e áreas afins a fim de debater os resultados da pesquisa. A outra dimensão metodológica do plano de trabalho foi mais específica, voltada para a composição do *corpus* da investigação.

3. Análises e discussão

Notamos que os acadêmicos (licenciandos em Letras) que trabalham no Projeto Entretextos buscam ter uma linguagem compatível com o nível de linguagem dos alunos, trazem elementos do cotidiano dos cursistas para uma aula mais dinâmica e notamos também que apesar de não utilizarem com frequência o termo *autoria*, estão a todo momento estimulando os alunos a escreverem com suas próprias palavras, e que deixem sempre bem claro o seu ponto de vista, alinhando esse entendimento a um conceito de autoria sinalizado nessa competência 3, nos níveis 4 e 5, conforme o quadro da Figura 1 indica.

De acordo com as respostas obtidas pelo formulário, podemos perceber que o *Informante A* respondeu de forma vaga a questão 1(um), e de maneira inconclusiva a questão 2(dois), no entanto, podemos analisar com mais profundidade as respostas das questões 3(três) e 4(quatro).

Sobre o planejamento de aulas do projeto, o *Informante A* afirma que todas as competências são vistas como prioridade, incluindo o princípio da autoria, o que denota que a autoria não tem uma importância diferente em relação a outros aspectos no curso. Quando é questionado acerca de como é trabalhada a autoria dos alunos na sala de aula, o *Informante A* diz que há estímulos ao aluno para recorrer às informações e relacionar com os conhecimentos prévios que ele já possui, ou seja, o conhecimento empírico, seu repertório sociocultural, mas de forma organizada para que ele possa fazer um reflexo crítica pessoal acerca do assunto, ainda que recorra a discursos de outros. Ele conclui então que dessa forma, será ensinado a delimitar o ponto de vista e trabalhar as ideias que o justificam, podendo utilizar outras vozes para “credibilizar” a opinião deles, mas que é preciso desenvolver um posicionamento próprio. Tudo isso é explicado em sala, de acordo com a professora, que finaliza sua fala pontuando que além desse estímulo, são tratados os mecanismos linguísticos que podem ser válidos para que os alunos possam inserir em suas análises feitas no texto. Notamos que mesmo sabendo que a autoria é uma questão que pode levar o aluno a pontuar bastante na redação, o *Informante A* não demonstra, pela resposta dada à pergunta 2, muita clareza sobre o processo de autoria dos alunos.

A análise das respostas do *Informante B* não são tão distintas da anterior, todavia, diferente do *Informante A*, suas respostas das questões 1(um) e 2(dois) foram mais precisas. O professor começa o questionário identificando a competência responsável por averiguar a autoria (competência 3). Logo em seguida, quando é perguntado sobre as suas observações da turma, acerca de como ele classifica a autoria dos alunos em suas produções textuais, o professor afirma que: “Os alunos estão em constante evolução. No início há apenas a reprodução de informações e opiniões sem a devida discussão. Isso significa que muitos alunos acreditam que o fato de apresentar a informação já é o suficiente. Contudo, no decorrer das aulas eles entendem que precisam registrar a tese e desenvolver os dados apresentados por eles, pois a falta disso implicaria na produção de um texto descritivo, fugindo totalmente do exigido pelo exame”. Nessa resposta, o *Informante B* demonstra entender como se dá a cobrança da autoria no ENEM, mas observa, que grande parte dos alunos apresentam um texto expositivo, não conseguem elaborar uma tese, não apresentam seu ponto de vista. Antes disso, porém, o *Informante B* destaca que a autoria no Entretexos é um assunto pensado de forma secundária, ao alegar que esse trabalho é desenvolvido mediante a discussão de aspectos como: “não basta apenas citar um fato, dado, autor, pensamento, etc. Faz-se necessário incrementar algo no que já foi dito, garantindo uma marca de autoria dentro do próprio texto e evitando, assim, a produção de um texto descritivo”.

Com base nessa visão sobre o que é a autoria, o professor discorre sobre a prioridade, no planejamento das aulas, do conceito da autoria. É interessante perceber, que apesar dessa importância de trabalhar o conceito não esteja clara no planejamento, há um trabalho inconsciente, quando ele diz que: “acredito que no momento em que apresentamos a estrutura da redação e os respectivos parágrafos que a compõem, deixamos claro que não basta apenas citar um fato, dado, autor, pensamento, etc”, esse conceito não é trabalhado de forma isolada, é aplicado na prática, ao apresentar a estrutura.

Todo ano, logo na primeira oficina, os professores fazem uma sondagem com os alunos para que os licenciandos possam conhecer melhor os níveis de escrita. Ao analisarem esses textos é concluído que grande parte dos alunos não consegue escrever um texto dissertativo argumentativo, fazem produções descritivas. Sendo assim é preciso apresentar o texto dissertativo e sobretudo explicar que o principal é manter a estrutura e apresentar o seu ponto de vista. De acordo com as observações e com o *Informante B*, a autoria é bastante mencionada durante as aulas, no entanto só ganha destaque no acompanhamento individual. Após a correção é mais fácil perceber em que o aluno

precisa melhorar e se aprofundar. Assim, nos casos referentes à falta de autoria, o professor ressalta a necessidade de haver uma tese (posicionamento) e da discussão dos dados apresentados, para que não fiquem avulsos na produção escrita.

3.1 Figuras, Imagens, Quadros e Legendas

Figura 1. Quadro de perguntas e respostas do informante A

| |
|--|
| <p>1-Você consegue identificar a competência do ENEM que se refere a autoria?</p> <p>Sim</p> <p>2- De acordo com as suas observações da turma, como você classifica a autoria dos alunos em suas redações?</p> <p>Sim</p> <p>3- Acerca do planejamento de aulas do Entretextos, o conceito de autoria é visto como prioridade?</p> <p>Vemos todas as competências como prioridade. O princípio da autoria está incluso.</p> <p>4- Como é trabalhada a autoria dos alunos na sala de aula?</p> <p>Estimulamos o aluno a recorrer às informações e relacionar com os conhecimentos prévios que ele já possui. Isso de modo organizado para que ele possa fazer uma reflexão crítica pessoal acerca do assunto , ainda que recorra a discursos de outros. Dessa forma, ensinamos a delimitarem o ponto de vista e trabalharem as ideias que o justificam. Explicamos que outras vozes podem “credibilizar” a opinião deles , mas que eles precisam desenvolver um posicionamento próprio. Além disso, tratamos dos mecanismos linguísticos que podem ser válidos para que eles insiram suas análises feitas no texto.</p> |
|--|

Figura 2. Quadro de perguntas e respostas do informante B

| |
|--|
| <p>1-Você consegue identificar a competência do ENEM que se refere a autoria?</p> <p>Competência 3</p> <p>2- De acordo com as suas observações da turma, como você classifica a autoria dos alunos em suas redações?</p> <p>Os alunos estão em constante evolução. No início há apenas a reprodução de informações e opiniões sem a devida discussão. Isso significa que muitos alunos acreditam que o fato de apresentar a informação já é o suficiente. Contudo, no decorrer das aulas eles entendem que precisam registrar a tese e desenvolver os dados apresentados por eles, pois a falta disso implicaria na produção de um texto descritivo, fugindo totalmente do exigido pelo exame.</p> <p>3- Acerca do planejamento de aulas do Entretextos, o conceito de autoria é visto como prioridade?</p> <p>De certa forma sim. Acredito que no momento em que apresentamos a estrutura da redação e os respectivos parágrafos que a compõem, deixamos claro que não basta apenas citar um fato, dado, autor, pensamento, etc. Faz-se necessário incrementar algo no que já foi dito, garantindo uma marca de autoria dentro do próprio texto e evitando, assim, a produção de um texto descritivo.</p> <p>4- Como é trabalhada a autoria dos alunos na sala de aula?</p> |
|--|

No início, grande parte dos alunos apenas reproduzem as informações em suas redações, sem fazer a discussão dos dados e a relação com o tema. No entanto, no acompanhamento individual é ressaltado pelos professores a necessidade de haver uma tese (posicionamento) e da discussão dos dados apresentados, para que não fiquem avulsos na produção escrita.

4. Considerações finais / Conclusões

Este plano de trabalho teve como objetivo geral identificar os conceitos de autoria dos bolsistas do Projeto de Extensão Entretextos (UFMA-Deler).

A questão norteadora da pesquisa se desdobrou nos seguintes pontos: de que forma, na prática de sala de aula, os acadêmicos de Letras, que participam do Entretextos, entendem o conceito de autoria? Que conhecimento eles têm sobre a autoria na escrita? De que forma esses futuros docentes trabalham e aferem esse conceito nas produções textuais dos alunos do Projeto de Extensão Entretextos?

Para responder a essas questões, mobilizamos uma pesquisa de base qualitativa, que envolveu observação *in loco* e aplicação de um questionário, respondido por 02 licenciandos que participam do Projeto de Extensão Entretextos.

Nas aulas observadas, pudemos identificar que: a) o conceito de autoria não é abordado de forma direta, explicitamente, porém, há um trabalho implícito com o conceito, quando os acadêmicos dão as instruções de desenvolvimento de cada competência; b) o conceito de autoria não é uma prioridade no planejamento das aulas; c) a forma implícita de abordagem da autoria é confirmada nas respostas dadas pelos dois informantes deste estudo, os quais declaram que o conceito de autoria é abordado ao estimularem os alunos a estabelecerem relações entre os temas dados e aquilo que eles já conhecem, o que guardam em seu acervo sociocultural; d) a forma de aferição da autoria, pelas respostas dadas às questões 3 e 4 do questionário, se respalda na construção de uma tese e na defesa de um ponto de vista.

Sugerimos, a partir desta investigação, que o Projeto de Extensão avaliado torne o tema autoria mais explícito em seus planejamentos e em suas aulas, pois ele abrange outras competências e pode ser um meio de estímulo aos alunos do curso para a construção de um texto consistente, crítico, segundo os critérios de avaliação do ENEM.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: ___. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins fontes, 2003.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação no Enem 2019**: cartilha do participante. Brasília, 2019.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual**. *ReVEL*, edição especial vol. 14, n. 12, 2016. [www.revel.inf.br].
- GERALDI, João Wanderley. **Portos de Passagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- KRONKA, Graziela Zanin. **Análise do discurso e linguística textual: Interação e interdiscursividade**. Anais do 5º Encontro do Celsul, Curitiba-PR, 2003.
- MENDONÇA, Márcia. **Análise linguística e produção de textos: reflexão em busca de autoria**. *Escrevendo o futuro*, 2016. [www.escrevendoofuturo.org.br]

MUSSALIM, Fernanda (2001). **Análise do Discurso**. In: MUSSALIN, Fernanda e BENTES, Ana Cristina (orgs) *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. (Volume 2). São Paulo: Cortez, p.102-142.

ORLANDI, Eni. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5ª Edição, Campinas, SP. Pontes editores, 2007.

VILANOVA, Rosana de Carvalho. **AUTORIA EM PRODUÇÕES DE PRÉ-VESTIBULANDOS: uma análise de textos de alunos do Projeto de Extensão Entretexos do Departamento de Letras (UFMA)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da UFMA. Setembro de 2022.

DISCURSIVIDADES SOBRE O PROFESSOR: O SUJEITO EM DÉFICIT COM A SUA FORMAÇÃO

Wállery Karulina Santos MENEZES;

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)
wall3rykarulinamnz@unifesspa.edu.br

Nilsa Brito RIBEIRO

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)
nilsa@unifesspa.edu.br

RESUMO: O presente artigo é resultado de uma pesquisa realizada no curso de Letras - Português, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, com bolsa de Iniciação Científica concedida pelo CNPq¹. Tem como objetivo analisar como a mídia coloca em circulação discursos do/sobre o professor, e como este profissional se subjetiva e é subjetivado nas relações com políticas educacionais. A fundamentação teórica da pesquisa está pautada nos estudos discursivos de Michel Foucault, para quem o sujeito fala e é falado a partir de um sistema de produção de verdades em cada momento histórico. As análises se voltam, portanto, para processos discursivos de constituição de subjetividades do professor na mídia, por meio da apreensão de uma rede de sentidos sobre o professor.

Palavras-chave: *subjetivação; professor; mídia.*

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo, analisar como o professor é subjetivado e como este se subjetiva na relação com dispositivos de poder veiculados na e pela mídia. A fundamentação teórica da pesquisa está pautada nos estudos discursivos foucaultianos, voltando-se, particularmente, para as problematizações formuladas por esses estudos acerca do sujeito e de processos de objetivação/ subjetivação. Analisamos três reportagens publicadas no jornal *Correio do Tocantins*, em Marabá - Pará, nas décadas de 1980 e 1990, em que figuram representações do professor. Trilhamos a hipótese de que nesse recorte temporal as diretrizes educacionais produzidas no âmbito federal e estadual, e colocadas em circulação pela mídia, abrem possibilidades de produção de novas subjetividades do professor e este, ao falar de si ou de sua profissão, incorpora as regras e condutas estabelecidas pela política educacional como um sistema de referência, embora, seja possível captar também gestos de resistência.

1. Abordagem teórica e metodológica

Em seu texto “O Sujeito e o Poder”, Foucault (2009) expõe as três fases de seus estudos, nas quais se voltou para os modos como o indivíduo é transformado em sujeito e como se subjetiva na relação com diferentes formas de objetivação do poder. É na terceira fase de pesquisa que o autor investiga como o poder dispõe de técnicas e de dispositivos a partir dos quais o próprio sujeito se insere em práticas que o colocam em relação consigo mesmo na construção de sua própria subjetividade. Por exemplo, nas relações com o que determina o corpo saudável, o sujeito dá a si mesmo as regras de uma conduta para obter um corpo perfeito, a partir de dietas alimentares, atividades físicas, entre outros meios. O professor, com base no que as instituições educacionais definem como “bom professor”, determina para si certas regras consideradas necessárias para atingir o *status* de bom professor. Essas técnicas se materializam em metodologias de ensino,

projetos educacionais discursivizados como exitosos, cursos que se traduzem em novas técnicas de ensino, entre outros. Interessa-nos neste trabalho analisar como as políticas educacionais mediadas pela mídia mobilizam essas técnicas e dispositivos como formas de objetivar o professor e como este se subjetiva na relação com essas técnicas e dispositivos.

À esteira dos estudos foucaultianos, Gregolin (2007, p. 14) apresenta alguns pressupostos acerca do discurso, entendido como práticas sociais que se movimentam conforme as regras históricas que nos oferecem regimes de enunciabilidade. Lembra a autora que é pela análise das práticas discursivas que existe a possibilidade de mostrar a relação entre o dizer e a produção de uma “verdade” de determinado objeto histórico. Da leitura de Foucault ([1969], 1986) Gregolin retém as seguintes questões relacionadas ao discurso:

- a) o discurso é uma prática que provém da constituição dos saberes e que se articula com outras práticas não discursivas;
- b) os dizeres e saberes inserem-se em formações discursivas, cujos elementos são regidos por determinadas regras de formação.
- c) o discurso é um jogo estratégico e polêmico por meio do qual constituem-se os saberes de um momento histórico;
- d) o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam (quem fala, fala de algum lugar, baseado em um direito reconhecido institucionalmente;
- e) a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada, e redistribuída por procedimentos que visam a determinar aquilo que pode ser dito em um certo momento histórico (GREGOLIN, 2007, p. 14).

Assim compreendido, “Chamar-se á discurso um conjunto de enunciados na medida em que se inscrevem na mesma FD²” (FOUCAULT, 1986, p. 153). É com essa definição de discurso que o enunciado adquire centralidade nas formulações de Foucault, uma vez que ele (o enunciado) é tomado como a menor unidade do Discurso, cujo funcionamento deve ser apreendido em sua função enunciativa. Ou seja, o enunciado deve ser analisado a partir da sua relação com um campo enunciativo, com a posição do sujeito, com os objetos de saber a que ele remete, com as condições históricas em que ele é produzido. O enunciado se constitui em uma rede de enunciados já formulados e ainda por formular. Nessa perspectiva,

[...] O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles "fazem sentido" ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação. [...] ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (FOUCAULT, 1986, p. 97-98).

Ademais, Foucault (1971) estabelece a relação entre discurso, sujeito e poder, destacando que o discurso, cuja duração não nos pertence, tem seus riscos e perigos, uma vez que sua produção e circulação é sempre controlada, selecionada, organizada e redistribuída a partir de jogos de poder e vontade de saber. Mas, o autor adverte que a condição de existência das relações de poder é a resistência, ou seja, toda relação de poder tem nela implicada a resistência, por isso, nas análises desenvolvidas procuramos captar essa relação indissociável entre poder e resistência.

Ao falar de poder, Foucault (2009) retoma a compreensão de que o exercício do poder pode ser traduzido em um modo de ação de um sobre as ações dos outros, caracterizando esse exercício de “Governo dos Homens”, uns pelos outros, mas sem perder de vista que todo governo é, nessa relação de conduta, sempre ameaçado por um elemento muito importante: a Liberdade. As resistências funcionam, na compreensão do autor, como fonte de alimento do poder, como incitação

ao poder. “Se há Poder, há lutas e/ou revoltas. Há resistências diante da tentativa de imposição de poder” (FOUCAULT, 2009, p. 247). Assim, para o autor:

O poder só se exerce sobre os “sujeitos livres”, enquanto estiverem “livres” - entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades, onde diversas condutas, diversas reações, e diferentes modos de comportamento podem acontecer (FOUCAULT, 2009, p. 244).

Nesse sentido, para Foucault (2009) o poder dispõe de técnicas e de dispositivos por meio dos quais o próprio sujeito se insere em práticas que o colocam em relação consigo mesmo na construção de sua própria subjetividade. Por isso, é preciso entender que o poder não se localiza apenas no Estado, ou seja, nas instituições estatais, o poder se encontra espalhado em todas as relações.

Questões metodológicas

Situadas no domínio dos estudos foucaultianos, nossas análises se aproximam do método arqueogenealógico dos estudos foucaultianos, tomando dados e concebendo-os como parte de um arquivo que comporta tudo que já se disse e inclusive o que não pode ser dito sobre um dado saber em um dado momento da história. Assim, o arquivo é:

[...] a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. [...] é o que define o sistema da enunciabilidade do enunciado-acontecimento. [...] é o sistema de seu funcionamento. [...] entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. E o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados-acontecimento [...] O arquivo não é descritível em sua totalidade e incontornável em sua atualidade (FOUCAULT, 1986, p. 87).

Sendo o arquivo compreendido como a dimensão mais ampla do discurso, este é recortado pela formação discursiva, e esta, por sua vez, é formada por um conjunto finito de enunciados que conformam a sua própria identidade. Para Foucault (1986) a formação discursiva,

[...] é a constituição de grupos de enunciados, isto é, conjunto de performances verbais que estão ligadas no nível dos enunciados. Isso supõe que se possa definir o regime geral a que obedecem a seus objetos, a forma de dispersão que reparte regularmente aquilo de que falam, o sistema de seus referenciais; que se defina o regime geral ao qual obedecem aos diferentes modos de enunciação, a distribuição possível das posições subjetivas e o sistema que os define e prescreve (FOUCAULT, 1986, p. 87).

A partir do método arqueogenealógico, recortamos sequências enunciativas do jornal *Correio do Tocantins*, considerando a rede de relações que elas estabelecem com outros enunciados já formulados sobre o professor, em nossa sociedade, atentando-nos para três encadeamentos temáticos, quais sejam: 1) *Processos de subjetivação do professor pela mídia*; 2) *Processos de subjetivação de si mediados pelo dispositivo de confissão*, em que analisamos como por meio do dispositivos de confissão o professor se subjetiva numa relação com discursos já produzidos pelo Estado sobre a conduta desejável para os professores; 3) *Efeitos de resistências face à força do poder*, cujos enunciados colocam em cena a recusa do professor às condutas determinadas pelo poder, ou seja, modos como o professor reage às técnicas de objetivação a ele impostas pelo poder.

Assim, as SEs analisadas a seguir remetem a saberes que a mídia veicula sobre o professor na rede de enunciados já produzidos, numa relação com discursos constituídos por uma formação

discursiva educacional, religiosa, e técnica. Além disso, mobilizamos uma discursividade do professor marcada de contracondutas.

2. Análises e discussão

Processos de subjetivação do professor pela mídia

SE1

Professores homenageados

A Prefeitura Municipal de Marabá, através de seu Departamento de Educação, Esporte e Turismo, na pessoa de sua diretora, Profa. Maria Costa, promoveu, no dia dos Mestres, uma festiva homenagem aos abnegados professores do Município às 11,00 horas, com a composição da mesa pelas autoridades locais, tendo sido convidadas pela diretora do referido Departamento, obedecendo a seguinte ordem: Sr. Paulo Bosco Rodrigues Jadão, Prefeito Municipal; Dra. Ruth Nazaré do Couto Gurjão, Juíza de Direito da Comarca; Prof. Hamilton de Brito Bezerra, diretor da 4a. Divisão Regional de Educação; Sr. Mateus Ferreira de Sousa, diretor do Departamento de Administração da Prefeitura; Profa. Avanir Tenório Ramos. Assistente do Prefeito; Profa. Angela Maria Bezerra e ainda a Profa. Maria Costa.

(Correio do Tocantins, ANO I – No. 35. Marabá (Pa), de 19 a 26 de outubro de 1983).

A sequência enunciativa 1 foi recortada de uma reportagem circulada no jornal *Correio do Tocantins* no período de 19 a 26 de outubro de 1983, com o título: *Professores homenageados*. Nesse recorte, a mídia categoriza os profissionais da educação como “abnegados professores”, de modo que o professor é subjetivado como um sujeito altruísta que renuncia de si mesmo, de suas vontades, para assumir a profissão como uma missão, um dom, deslizando, portanto, de uma posição de quem ensina e constrói saberes a partir do trabalho para uma formação discursiva religiosa, em que o sujeito cumpre uma tarefa a ele confiada. Trata-se de um processo que transforma a profissão docente em caridade, destino e bondade. Por esse recurso, o professor é silenciado em suas lutas, em suas demandas profissionais, uma vez que o ato de educar desloca-se para uma atividade quase religiosa.

Além disso, se os homenageados são os professores da rede pública educacional, por que na composição da mesa cerimonial que os homenageia somente “autoridades” locais estavam lá? Por que o professor é falado, mas não fala? Talvez, o professor seja silenciado, justamente porque há verdades produzidas sobre ele nas esferas do poder e devem ser retomadas sempre em diferentes rituais para cristalizar seu valor de verdade.

Assim, em seu avesso, outros sentidos de professor emergem: embora haja uma discursividade que coloca o professor como objeto da homenagem, há toda uma apresentação de composição de mesa cerimonial em que o professor não toma lugar, certamente porque ele não ocupa a posição para falar de sua profissão, de seu trabalho, mas é falado pelas hierarquias sociais que produzem unanimidades, coesão, fazendo com que o professor seja identificado como um centro de coesão, abnegado. Os embates ideológicos da profissão são recobertos por um discurso harmonioso e consensual.

Processos de subjetivação de si mediados pelo dispositivo de confissão

SE2

Educação Moderna

De volta a Marabá, depois de longos anos de ausência, eis que me foi oferecida a oportunidade de lecionar em um Colégio de 1o. Grau. Confesso que já entrara poucas vezes em uma sala na qualidade de professor, porém já o fizera, e por um longo lapso de tempo, na qualidade de aluno. Todavia, isso não me assustou, porque na minha curta carreira no Magistério eu tentara desenvolver métodos pedagógicos aos quais agora eu visava dar continuidade. E, além do mais, sabendo que as

turmas que se encontram na base da escalada do processo educativo são terrivelmente difíceis, lecionar, para mim, àquela altura dos acontecimentos, se constituía um desafio. E, levado pela energia do otimismo de quem acredita sempre vencer, aceitei de bom grado a tarefa que me fora atribuída. Meu primeiro contato, eu fiz com outros professores, meus colegas de ofício. Mais velhos em idade e mais experientes na profissão que eu, revelaram-se profundamente dedicados em me instruir no exercício do encargo que acabara de abraçar. Conselhos são sempre úteis, e eu os ouvia com a mais apurada atenção, com o fito de extrair lições que me fortalecessem sólida base empírica no que respeita à condução dos muitas vezes indóceis corpos discentes. Aquele primeiro contato me foi sobretudo proveitoso.

(Correio do Tocantins, Ano 1 – No. 11. Marabá-Pa, de 21 a 27 de abril de 1983; p. 7).

Na sequência enunciativa 2, foi recortada de uma reportagem circulada no jornal *Correio do Tocantins* no período de 21 a 27 de abril de 1983, com o título: *Educação Moderna*. O professor se subjetiva a partir de uma narrativa de si, lançando luz sobre o início de sua experiência profissional, a partir de uma dispersão de posições nas quais o sujeito se inscreve, ao produzir a narrativa de si. A sequência de linguagem “me foi oferecida a oportunidade de lecionar” faz referência ao modo como o sujeito subjetiva sua relação com a posição de professor que passa pela oferta de oportunidade quase como um presente que alguém espontaneamente dá a outra pessoa, negligenciando o lugar da docência como a possibilidade de assunção de uma profissão enquanto um saber que é construído pela experiência mesma.

Nos deslizamentos de posições, o sujeito se inscreve em uma posição de escassa experiência, talvez por isso coloca em funcionamento a ideia de ter sido presenteado com a oferta de oportunidade para lecionar em uma escola. Essa representação de si como sujeito com escassa experiência docente se marca em algumas passagens linguísticas que produzem também o efeito de uma confissão quase sigilosa: “Confesso que já entrara poucas vezes em uma sala na qualidade de professor; na minha curta carreira no Magistério; meus colegas de ofício [...] mais experientes na profissão que eu”. Tem-se nessa discursividade a produção de um sujeito que olha negativamente para a experiência, como se esta fosse algo dado pronto e acabado.

Por outro lado, o sujeito se produz discursivamente, também, como quem ocupa uma escala de ascensão social que o levará um dia a transpor a barreira do profissional mal sucedido, aquele que vencerá (financeiramente) os obstáculos profissionais: “E, levado pela energia do otimismo de quem acredita sempre vencer, aceitei de bom grado a tarefa que me fora atribuída”. Tem-se nesse discurso uma concepção linear e evolucionista da história. Inscrito, novamente, em uma posição religiosa, o sujeito traça representações da profissão docente como um sacrifício a ser enfrentado para um dia angariar a salvação (vencer). Nesse processo de confissão de si, não apenas o sujeito que confessa é subjetivado, mas também o outro ou os outros da relação: colegas de profissão e alunos.

Os colegas professores são subjetivados nesse discurso como quem já detém as técnicas e regras do poder como um dispositivo que lhes permite conduzir condutas dos sujeitos da educação. Assim, vejamos a sequência: “[...] Mais velhos em idade e mais experientes na profissão que eu, revelaram-se profundamente dedicados em me instruir no exercício do encargo que acabara de abraçar”; “Conselhos são sempre úteis, e eu os ouvia com a mais apurada atenção, com o fito de extrair lições que me fortalecessem sólida base empírica no que respeita à condução dos muitas vezes indóceis corpos discentes”; “Os alunos entram também no quadro de subjetivação do sujeitos identificados como terrivelmente difíceis” (“[...] sabendo que as turmas que se encontram na base da escalada do processo educativo são terrivelmente difíceis; [...] muitas vezes indóceis corpos discentes”), cuja matriz discursiva encontra-se numa concepção de ensino que objetiva o aluno como a causa do suposto insucesso profissional.

Foucault (1993), ao tratar da confissão como um dispositivo de produção de subjetividades, diz que o papel da confissão em nossa sociedade é, justamente, dar força à verdade no indivíduo. É pela confissão que o discurso vai produzindo verdades sobre o sujeito que se vê profissionalmente

de um modo e não de outro, assim como vê os colegas e os alunos a partir de uma dada posição. No entanto, alerta Foucault (1993) que a confissão não faz proferir uma verdade que se encontra instalada no interior do sujeito, uma vez que ela traz discursos que já circulam na sociedade como jogos de poder, tal como verificamos acima, de modo que os discursos sobre o professor já circulam na sociedade antes mesmos de o sujeito entrar nesse jogo de verdade.

Efeitos de resistências face à força do poder

(SE3)

Desrespeito aos trabalhadores da educação

Como se não bastassem o minguado salário, os atrasos no pagamento, as péssimas condições de trabalho na maioria das escolas, a deficiente capacitação nos cursos que o próprio governo oferece, a falta de material adequado para as atividades didáticas, o pouco ou nenhum tempo disponível para as atividades extraclasse pelos professores (pesquisa, estudo, planejamento, registros de classe etc.), assisti e sofri junto com os companheiros trabalhadores da educação, o desrespeito à nossa categoria pelo Banco do Estado do Pará, que acredito tenha duas causas: incompetência e/ou descaso. (Correio do Tocantins, Marabá-PA, 18 a 24 de novembro de 1994).

A sequência 3, foi recortada de uma reportagem circulada no jornal *Correio do Tocantins* no período de 18 a 24 de novembro de 1994, com o título: *Desrespeito aos trabalhadores da educação*. Analisamos aqui como as resistências se manifestam na relação com o poder. Conforme já discutimos, na perspectiva foucaultiana, onde há poder há resistência, justamente porque o poder incita as resistências. Nesse sentido, a SE3, mobiliza os sentidos de um sujeito que ocupa uma posição de oposição à política pública da (des)valorização da carreira docente.

Diferentes referências inscrevem o sujeito numa posição de resistência, tais como “minguado salário”, “atrasos no pagamento”, “péssimas condições de trabalho” “deficiente capacitação”, “falta de material adequado”, “pouco ou nenhum tempo disponível para as atividades extraclasse”. Todas essas predicções inscrevem o professor em uma posição de denúncia das péssimas condições de trabalho nas escolas públicas, e ao mesmo tempo expõe o modo como o poder determina as condições de trabalho do profissional docente. Ainda nesta sequência, é possível apreender como a resistência se produz numa relação coletiva e não individual: “assisti e sofri junto com os companheiros trabalhadores da educação, o desrespeito à nossa categoria pelo Banco do Estado do Pará, que acredito tenha duas causas: incompetência e/ou descaso”. Embora o sujeito se particularize na primeira pessoa das formas verbais “assisti” e “sofri”, na sequência do discurso, a resistência desliza para a categoria docente, para o sujeito coletivo: “[...] junto com os companheiros trabalhadores da educação”.

3. Considerações finais

As análises nos mostram como a escola desempenha importante papel no processo de construção de subjetividades daqueles que a ela estão vinculados, assim como a mídia que, ao colocar em entrecruzamentos diferentes discursos socialmente produzidos, atualizam verdades que remetem as condutas desejadas.

As sequências enunciativas analisadas nos oferecem elementos para compreendermos o funcionamento de uma discursividade que condensa subjetividades do professor, a partir dos discursos sobre ele produzidos em diferentes domínios do saber, tais como as instituições educacionais, religiosas e midiáticas e a mídia, por exemplo, em que o professor é falado a partir de um centro homogêneo, coeso e harmônico ou como um sujeito que um dia transporá as barreiras profissionais a partir do dom, do destino anteriormente traçado fora das suas lutas concretas.

Por outro lado, como onde há poder, há resistências, nesse intrincado jogo de poder sobre o

professor, a partir do qual o próprio professor passa a subjetivar-se como incapaz, infeliz, sobressaem discursos que ensaiam gestos de resistências, como mostramos na última SE analisada.

Referências

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FOUCAULT, Michel. Verdade e subjectividade (Howison Lectures). *Revista de Comunicação e linguagem*. nº 19. Lisboa: Edições Cosmos, 1993. p. 203-223.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad.: Sampaio Laura Fraga de Almeida. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2ª. Edição Revista, p. 231-24. Trad. PORTOCARRERO, V; CARNEIRO G. G., Introdução: Traduzida por Antonio Cavalcanti Maia. Revisão técnica de Vera Portocarrero. Coleção Biblioteca de Filosofia. Coordenação editorial: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo, vol. 4 n. 11 p. 11 - 25 nov. 20

LEITURA E ESCRITA EM TEMPOS DE INTERNET: peculiaridades e reflexões pedagógicas

Natanael da COSTA

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

RESUMO: Com os avanços proporcionados pelo fenômeno da globalização, a sociedade, de uma maneira geral, tem experimentado as mais diferentes novidades. Muita coisa mudou: a maneira de se fazer negócios, de realizar transações bancárias, de se divertir etc. Contudo, a mudança mais profunda se dá no campo da comunicação. Barreiras geográficas já foram facilmente destruídas, de modo que, agora, conversar com alguém distante, informa-se, enfim, superou todas as dificuldades conhecidas pelo homem. Tudo isso está intimamente relacionado com a popularização da internet, dos dispositivos móveis e especialmente com o crescimento das mídias sociais. Consequentemente, o mundo se tornou cada vez mais “grafocêntrico”, isto é: as interações linguísticas por meio da leitura e escrita se fazem cada vez mais necessárias no contemporâneo mundo globalizado, de maneira que, hodiernamente, a maneira pela qual as pessoas executam as suas práticas de leitura e escrita sofreu uma metamorfose que é no mínimo interessante. No âmbito escolar e acadêmico, pesquisadores têm se esforçado para entender como a escola pode lidar com toda a transformação que tem presenciado a fim de atingir a sua função social nesse novo contexto. Com tudo isso em vista, esta pesquisa se propõe a discutir as novas práticas de leitura e escrita oriundas da inovação tecnológica e os impactos dessas para a tarefa pedagógica, particularmente para o ensino-aprendizado da língua materna. Para isso, recorrer-se-á a pesquisas já realizadas sobre o assunto à luz da linguística e da perspectiva pedagógica, passando por considerações nos campos da discursividade e da concepção sociointeracionista da língua.

PALAVRAS-CHAVE: *Internet, Leitura e Escrita, Linguística Sociointeracionista.*

INTRODUÇÃO

O ser humano é caracterizado, entre outras coisas, pelo seu caráter comunicativo inato. Ou seja: é da natureza do próprio ser humano a comunicação e a interação com e entre outros indivíduos. Grupos sociais ágrafos exerceram tal capacidade por intermédio da oralidade. Entretanto, com a invenção da escrita, a coisa foi ganhando outro patamar. A história nos revela como diferentes civilizações em diferentes momentos históricos desenvolveram os seus próprios signos linguísticos

visando à comunicação. Das pinturas rupestres, passando pelos hidrógrafos egípcios, até a invenção do alfabeto, a humanidade experimentou diversas maneiras de se comunicar e de se desenvolver linguisticamente.

O tempo continuou passando e trazendo consigo novas configurações sociais que acabaram influenciando em muito a maneira tanto de se comunicar como de se apropriar dos signos linguísticos. Atualmente tal apropriação ocorre, em certa medida, quando o indivíduo passa pelo processo do que se convencionou chamar de Alfabetização, quando há o desenvolvimento da capacidade de codificar e decodificar signos linguísticos, a saber, letras, sílabas e, por fim, palavras.

Contudo, a sociedade segue sempre em contínua mudança, e a globalização supervalorizou as capacidades de leitura e de escrita, de modo que se apropriar devidamente dessas habilidades não significa tão somente saber ler e escrever. Agora existe a necessidade do protagonismo cidadão do indivíduo, a necessidade de inserção no próprio mundo. Surge o conceito de “sociedade grafocêntrica”, ou seja: uma sociedade pautada na escrita (e na leitura) e que exige que seus membros não apenas saibam ler e escrever, mas que também saibam utilizar adequadamente estas capacidades socialmente. E, neste cenário todo, o avanço da internet e das mídias e redes sociais tornam-se grandes protagonistas.

A interação social que acontece nas mídias sociais caracteriza-se pela comunicação verbal (e não verbal) com características próprias que inovam tanto as estruturas do próprio texto, como o comportamento dos próprios usuários destas redes que necessitam utilizar de recursos linguísticos para a comunicação. A maneira que se escreve e se lê mudou drasticamente a partir do crescimento e da popularização das mídias digitais.

No que se refere à escola, de um lado, professores e especialistas mais conservadores, insistem em defender que a popularização de tais tecnologias trazem tão somente malefícios para o desenvolvimento do estudante. Por outro lado, porém, já são muitas as pesquisas que, a partir da consciência da função social da escola e a considerando como parte integrante da sociedade, discutem possíveis compreensões do que está acontecendo e possíveis metodologias pedagógicas que coloquem as novas tecnologias de comunicação a serviço da educação.

Levando em consideração todo este contexto, o presente trabalho busca entender as novas práticas de leitura e de escrita em uma realidade interligada pela internet. Ocorre que estas novas práticas trazem consigo mudanças significativas à leitura e à escrita dos indivíduos e da produção

textual, que necessitam ser devidamente observadas. Ocorre que se presenciarmos fenômenos novos que passam por análises linguísticas e sociais.

Assim, inicialmente, serão entendidos os conceitos de Alfabetização e de Letramento. Em seguida, algumas considerações da ordem da Linguística Textual também serão feitas. Essas considerações serão úteis no sentido de analisar as características próprias dos comportamentos leitor e escritor nas redes sociais. Por fim, serão feitas algumas conclusões a fim de justificar a apropriação das novas tecnologias digitais e sociais no âmbito escolar

A metodologia para este artigo se deu a partir de pesquisas bibliográficas de fontes acadêmicas que tratam do assunto tanto do ponto de vista linguístico como da perspectiva pedagógica.

ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E GÊNERO TEXTUAL

Antes de analisar as novas práticas de leitura e de escrita a partir das mídias sociais e as reconfigurações textuais oriundas delas, é necessário, inicialmente, retomar alguns conceitos recorrentes quando o assunto é o ensino-aprendizagem de língua materna, no caso, a língua portuguesa.

Quando se fala em “aulas de português”, é muito comum aparecer na mente o termo “Alfabetização”, mas, afinal de contas: o que é, realmente, Alfabetização? O que significa dizer que alguém é alfabetizado?

Para Soares (2009), o processo de Alfabetização passa pela tão conhecida ideia de habilitar um indivíduo a decodificar e a codificar signos linguísticos, ou seja: ensinar alguém a ler e a escrever. Sobre o assunto, Tfouni (apud Soares) argumenta: *“A Alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem”*. Dessa maneira, dizer que alguém é alfabetizado é dizer que essa mesma pessoa possui a capacidade de ler e de escrever. Ainda sobre Alfabetização, Soares diz: *“aprender a ler e a escrever significa adquirir uma tecnologia: a de codificar em língua escrita e de decodificar a língua escrita”*. Nesse sentido, tornar o aluno capaz de ler e escrever é apenas instruí-lo a ser capaz de decodificar (e de codificar) signos linguísticos: é meramente o saber identificar letras, formar sílabas e reconhecer palavras. Todavia, conforme defende a Base Nacional Comum Curricular (2018), *“o importante é que os estudantes se apropriem das especificidades de cada linguagem, sem perder a visão do todo no qual elas estão inseridas”*. Para atingir este objetivo, capacitar o aluno a somente ler e escrever (codificar e decodificar signos) não é suficiente. Assim, fala-se em Letramento.

Inicialmente, é importante ressaltar que, apesar de relacionados, Letramento e Alfabetização, são dois conceitos distintos. Enquanto que a alfabetização versa tão somente acerca da habilitação da capacidade de codificar e decodificar signos linguísticos, a ideia de Letramento extrapola os limites meramente linguísticos e cognitivos e já entra no campo social. Por ser ainda uma ideia recente, fala-se não somente no conceito de Letramento, mas sim nos conceitos de Letramentos. Soares cita esta miscelânea em seu artigo “Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura”. Nele, a autora cita pelo menos duas diferentes visões acerca do Letramento baseada em outros autores. Segundo Kleiman (apud Soares),

Podemos definir hoje o Letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos.

Já segundo Tfouni (apud Soares), “O Letramento, por sua vez, focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita”.

Como é possível notar, as duas autoras concordam que o Letramento está relacionado com o caráter histórico-social da escrita e, conseqüentemente, da leitura. Logo, pode-se concluir que pensar o Letramento é pensar nos aspectos sociais da leitura e da escrita. Diferenciando alfabetização de Letramento, Soares (2009) argumenta:

um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de Letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever; mas aquele que usa socialmente a leitura e escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais da leitura e da escrita.

Conforme visto, Soares afirma que o Letramento é um estado, condição, situação.

Na própria formação da palavra Letramento está presente a ideia de estado: a palavra traz o sufixo -mento, que forma substantivos de verbos, acrescentando a estes o sentido de “estado resultante de uma ação”, como ocorre, por exemplo, em acolhimento, ferimento, sofrimento, rompimento, lançamento; assim, de um verbo letrar (ainda não dicionarizado, mas necessário para designar a ação educativa de desenvolver o uso de práticas sociais de leitura e de escrita, para além do apenas ensinar a ler e a escrever, do alfabetizar), forma-se a palavra Letramento: estado resultante da ação de letrar.

Ainda sobre o assunto, a autora ainda afirma que o Letramento é

o estado ou condição de indivíduos ou de grupos sociais de sociedades letradas que exercem efetivamente as práticas sociais de leitura e de escrita, participam competentemente de eventos de Letramento.

Levando em consideração o já exposto, observa-se que o fenômeno do Letramento deve ser entendido à luz de uma miscelânea de conceitos. Mas o fato é que o Letramento transcende o mero limite da (de)codificação de signos linguísticos proposto pela Alfabetização e propõe discussões e práticas que buscam explorar os impactos sociais da utilização da leitura e escrita. Dessa maneira,

falar em Letramento é falar no desenvolvimento da capacidade de indivíduos que saibam utilizar corretamente as suas habilidades de leitura e escrita em diferentes contextos sociais. Ou seja: não é suficiente apenas saber ler e escrever. É necessário se apropriar de tais habilidades na própria vida. Assim, o Letramento engloba tanto o enredo social que exige o domínio e a apropriação das habilidades de leitura e escrita (a intitulada “sociedade grafocêntrica) como coloca o indivíduo como sujeito e protagonista diante de tais habilidades ao afirmar que sobre ele está a condição de que exerce socialmente a leitura e a escrita.

Dentro do contexto do Letramento como a condição de indivíduos que atuam na sociedade por intermédio da leitura e escrita, faz-se necessário invocar um outro conceito: a ideia de gêneros textuais, “os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica” (Marcuschi, S/A.).

Os gêneros textuais podem ser compreendidos como as mais diferentes manifestações textuais que ocorrem dentro de diversas realidades histórico-sociais para atender determinados objetivos sociocomunicativos. Os gêneros se caracterizam por seu caráter plástico, social e historicamente localizado. Pode-se citar como exemplos de gêneros textuais as bulas de remédios, textos jornalísticos, propagandas, cartas, bilhetes, ofícios, notas, memorandos, sermões, avisos, etc. Cada gênero possui as suas características e fins próprios. Ademais, como são dinâmicos, os gêneros podem sofrer alterações à medida que as necessidades sociais variam, podendo acabar ganhando outras versões ou ainda serem reconstruídos com bases já criadas. “Nesse sentido, podemos observar que a carta é um gênero textual semelhante a uma conversa, e, por sua vez, o e-mail nos remete à constituição de uma carta” (Júnior e Silva, S/A). Com o avanço do crescimento das tecnologias de mídia social (objeto de análise do presente estudo), outros gêneros acabaram surgindo tais como o *post*, o *SMS*, o *tweet*, etc. Isso sem falar da chamada intertextualidade intergênero, quando gêneros diferentes acabam aparecendo no mesmo texto, mas com a prevalência de um só, dependendo do objetivo pretendido.

Vale destacar ainda que cada gênero possui seus próprios canal, suporte e meios de circulação. Assim, e pensando a prática de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa à luz do Letramento, como afirma a Base Nacional Comum Curricular, o texto deve ganhar a centralidade (BNCC, 2018). Nesse sentido, os gêneros precisam ser vistos como o grande meio para o fim maior da escola em relação à formação de indivíduos em estado de Letramento. A escola precisa ser vista como parte integrante da sociedade e não como acessória a ela. Ou seja: a escola necessita entender a nova realidade que está em sua volta com o intuito de desenvolver corretamente em seus alunos “a

necessidade de produzir, distintamente, textos que se adequam às situações de comunicação” (Júnior e Silva, S/A).

AS NOVAS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NAS MÍDIAS SOCIAIS

O desenvolvimento das mídias sociais, oriundo do avanço da globalização, trouxe consigo algumas mudanças nas práticas de leitura e escrita dos indivíduos. Isso se dá pela própria configuração de tais tecnologias que acabam por exigir que seus usuários se apropriem da leitura e escrita de maneira bastante específica.

Para essas mudanças é válido o destaque. Segundo Soares, as novas tecnologias contemporâneas de mídia social inovaram no que se refere ao espaço físico e visual (suporte), às relações entre escritor e leitor, escritor e texto e leitor e texto. E além de tudo isso, há o fenômeno do hipertexto, o qual afeta drasticamente a leitura e a produção textual no âmbito digital.

O suporte nas mídias digitais

Primeiramente, no que se refere ao espaço físico e visual, é preciso lembrar o conceito de suporte. Cada texto, cada gênero possui o seu suporte, sua plataforma, um meio físico no qual ele é veiculado. Bolter (apud Soares) também chama os suportes de “espaço de escrita”. Para ele, trata-se do “campo físico e visual definido por uma determinada tecnologia de escrita.” Segundo Soares, “todas as formas de escrita são espaciais, todas exigem um “lugar” em que a escrita se inscreva/escreva, mas a cada tecnologia corresponde um espaço de escrita diferente”.

Antes do papel e, agora, as telas, a humanidade experimentou outros espaços de escrita como a superfície de argila, pedra e madeira. Na pré-história, o papiro e o pergaminho, por exemplo. Cada um desses espaços de leitura possui relação direta como o sistema de escrita adotado e são aqueles que determinam estes, conforme relata Soares:

O espaço da escrita relaciona-se até mesmo com o sistema de escrita: a escrita em argila úmida, que recebia bem a marca da extremidade em cunha do cálamo, levou ao sistema cuneiforme de escrita; a pedra como superfície a ser escavada serviu bem, num primeiro momento, aos hieróglifos dos egípcios, mas, quando estes passaram a usar o papiro, sua escrita, condicionada por esse novo espaço, foi-se tornando progressivamente mais cursiva e perdendo as tradicionais e estilizadas imagens hieroglíficas, exigidas pela superfície da pedra. O espaço de escrita relaciona-se também com os gêneros e usos de escrita, condicionando as práticas de leitura e de escrita: na argila e na pedra não era possível escrever longos textos, narrativas; não podendo ser facilmente transportada, a pedra só permitia a escrita pública em monumentos; a página, propiciando o códice, tornou possível a escrita de variados gêneros, de longos textos.

Essa relação entre espaços de escrita e sistema de escrita continua até hoje quando o assunto é a escrita nas plataformas digitais. Comparando a escrita de textos entre o papel e as telas, observa-se

que quando o texto está registrado em páginas e similares, o leitor pode ter acesso não só ao conteúdo presente, mas também ao conteúdo antecessor e sucessor, o que não ocorre em meios digitais, onde cada tela, “janela”, etc, exibe apenas uma parte do texto por vez, muito embora, como chama a atenção Soares, alguns dispositivos permitem a exibição de mais de uma “janela”, o que acaba afetando a experiência de leitura. Essas constatações interferem na relação entre o leitor e o texto, pois aquele encontra formas diferentes de interagir com este.

Por outro lado, os avanços tecnológicos nas mídias acabaram possibilitando um novo fenômeno textual que altera tanto a estrutura do próprio texto, concedendo a ele mais dinamismo e riqueza de conteúdo, como a relação entre o leitor e a obra textual. Trata-se do chamado hipertexto.

O hipertexto

A respeito do hipertexto, Marcuschi (apud Magnabosco) menciona que essa “escritura eletrônica” é caracterizada principalmente pela ausência de sequencialidade e de linearidade, permitindo ao leitor acesso a uma série de outros textos a partir um texto primário de maneira consecutiva, cuja leitura é orientada pela livre escolha do leitor, o que permite uma leitura marcada pela interatividade e dinamismo, mas sempre possuindo relação com as ideias desenvolvidas pelo autor do texto.

A despeito de não ser novidade (há relatos de manifestação desta modalidade textual em espaços de escrita de papel), as tecnologias digitais conseguiram desenvolver ao máximo o hipertexto, explorando-o e o enriquecendo absurdamente. Isso se dá principalmente pelas peculiaridades das próprias tecnologias digitais, que permitem a produção, o desfrute e o compartilhamento de um número ilimitado de informações que podem ser consultadas livremente pelos usuários sem se prenderem a alguma estrutura hierárquica pré-estabelecida e também a partir de fontes diversas. Isso inova a maneira como o leitor se relaciona com um texto. Como já foi citado, em contraposição ao espaço físico, o espaço visual das mídias digitais e sociais permite que o texto esteja disposto não seguindo uma estrutura rígida e inflexível, possibilitando ao leitor a um número maior de informações praticamente de forma simultânea. O hipertexto aumenta ainda mais tal experiência de leitura. Aqui há uma relação entre leitor e texto (o que já foi explorado) e espaço de escrita e texto (o suporte das telas e a configuração dos dispositivos facilita a distribuição não-hierárquica do texto. “O hipertexto se caracteriza, pois, como um processo de escritura/leitura eletrônica multilinearizado, multisequencial e indeterminado, realizado em um no espaço de leitura “ (Marcuschi apud Magnabosco).

A relação entre escritor e texto nas mídias digitais

No que se refere à relação escritor e texto a partir das mídias digitais, é importante fazer uma comparação com os espaços físicos de escrita. Anterior à invenção da escrita, o compartilhamento de textos escritos ocorria de maneira bastante precária. Enquanto os manuscritos eram vistos como verdadeiros artigos de luxo, as cópias dos mesmos eram realizadas de maneira manual, o que comprometia (conscientemente ou não por parte dos copistas), a qualidade final do texto copiado (Soares, S/A).

Com o advento da impressão, algumas novidades foram experimentadas pelos escritores com o seu texto. Soares cita duas: a propriedade do autor sobre a sua obra e também o fato de que o resultado final do texto (o livro) passa a não ser mais fruto apenas do autor, mas de uma série de profissionais responsáveis pela confecção do mesmo (diagramadores, editores, revisores, etc).

A produção textual nas plataformas digitais trouxe consigo mudanças drásticas na quando comparada com os meios físicos. Em primeiro lugar, cita-se que o autor do texto acaba perdendo o domínio de sua obra, pois uma vez que ela é disponibilizada na rede, pode ser comentada, respondida, compartilhada e até mesmo alterada. Isso ocorre principalmente nas redes sociais, onde a superexposição de informações colabora para a um comportamento interativo entre leitor, escritor e texto. Dessa maneira, o leitor acaba também se apropriando do texto e dele se torna um co-autor. Essa falta de domínio que o autor tem de suas obras no ambiente digital contrasta com a relação entre autor, texto e leitor nos espaços físicos. Nestes, o autor é uma figura distante de seu leitor, enquanto o leitor é tão somente um apreciador passivo da produção textual, que, enquanto disponibilizada nos espaços físicos, ganha ares de estabilidade e de inflexibilidade.

A relação entre escritor e leitor nas mídias digitais

Nas mídias sociais, observa-se ainda que a relação entre escritor e texto, uma relação que, como já foi vista anteriormente, passa pela quebra de domínio e estabilidade do autor com a sua própria obra, também passa pela relação entre escritor e leitor. Enquanto que nas plataformas físicas, o escritor permanece distante do seu leitor que, por sua vez, apenas consome o trabalho final dele, nas plataformas digitais, a relação entre escritor e leitor passa a ser direta e é intermediada através do próprio texto e o autor não é visto mais como uma figura distante de destaque, mas como um indivíduo próximo que, ao compartilhar a sua produção textual nos meios digitais, torna-se alvo da co-produção de seus leitores fazendo assim, como já foi visto, que o autor perca o domínio exclusivo do seu texto. Dessa forma, cria-se uma rede intermediada pelo próprio texto onde o mesmo é “ruminado” sucessivamente pelos seus receptores. Isso é fruto do caráter interativo das mídias sociais

a qual permite um protagonismo do leitor, o que não há nos espaços de escrita físicos. Isso faz lembrar exatamente da discussão a respeito do Letramento, ou seja: indivíduos utilizando socialmente as suas habilidades de leitura e escrita e se apropriando delas para a sua inserção no mundo, podendo assim ser possível falar em *Letramento Digital*.

Concluindo, as mídias sociais trouxeram algumas novidades em relação à leitura e produção de textos. As características de seu ambiente permitem um forte dinamismo nas relações entre escritor e leitor, escritor e texto, e leitor e texto. Acontece que a partir da popularização e desenvolvimento das tecnologias de mídia social, houve a quebra dos paradigmas textuais impostos pelas tradicionais tecnologias de leitura e escrita, a saber os espaços físicos de leitura e escrita. Dentre as inovações trazidas pelas mídias sociais na produção e recepção de textos, destaca-se a natureza interativa e social das novas tecnologias colocaram o leitor em outro patamar, dando a ele a possibilidade de intervir sobre as obras de seus autores, os quais, por sua vez, perderem o exclusivismo de suas obras, o que exige não tão somente o saber ler e escrever (codificar e decodificar signos linguísticos), mas as capacidades de interpretação, dissertação e argumentação, leitura crítica, entre outras. No mais, os espaços visuais também afetaram a estrutura e disposição dos textos. Os hipertextos romperam com a estrutura hierárquica e sólida dos textos de modo que a sua disposição passou a ocorrer de maneira não-sequencial e ligada a uma infinidade de outros textos, de diferentes autores, trazendo uma riqueza de conteúdo e estrutura. Os hipertextos ainda contribuem para a intertextualidade e dão ao leitor um poder maior sobre a sua liberdade de escolha e seleção dos textos, o que contribui tanto para a sua criticidade (no sentido de decidir o que irá consumir enquanto leitura), como para a interpretação, interpretação essa igualmente crítica, exigindo poder de seleção assim como de dissertação e argumentação, especialmente para opinar sobre os textos na própria rede, fazendo com que o leitor aproprie-se da leitura e escrita nas suas vivências na rede, não segundo mais suficiente a mera (de)codificação de signos.

A UTILIDADE PEDAGÓGICA DAS MÍDIAS SOCIAIS A PARTIR DAS SUAS NOVAS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA

Como se pode notar, a configuração tecnológica das mídias sociais proporciona uma grande inovação nas práticas de leitura e escrita dos indivíduos, alterando a maneira com que estes utilizam as suas habilidades de comunicação e também inovando na relação deles com o próprio texto, o qual, por sua vez, também foi fortemente afetado.

Compreendendo o ensino de língua materna a partir da perspectiva do Letramento, ou seja: da apropriação da indivíduo da leitura e da escrita para a utilização social, e entendendo a escola como parte integrante da sociedade e, portanto, atenta às mudanças sociais de seu tempo, é necessário

discutir os impactos das novas práticas de leitura e escrita a partir das mídias digitais no ensino-aprendizado linguístico.

A fim de superar os limites impostos por um entendimento pedagógico já arcaico e também inadequado para a contemporaneidade, entende-se que as mídias, dispositivos e demais tecnologias digitais (especialmente as de caráter social) em muito podem colaborar para um ensino e aprendizado mais eficiente da língua portuguesa que, como afirma a Base Nacional Comum Curricular (2018), deve

proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos Letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens.

Inicialmente, as mídias digitais promovem um forte protagonismo de quem as utiliza. O caráter democrático das redes permite que seus usuários as utilizem não somente interajam com textos de terceiros, como eles mesmos podem escrever os seus próprios textos e, conforme já visto, até mesmo serem co-autores.

Não só é possível acessar conteúdos variados em diferentes mídias, como também produzir e publicar fotos, vídeos diversos, podcasts, infográficos, enciclopédias colaborativas, revistas e livros digitais etc. Depois de ler um livro de literatura ou assistir a um filme, pode-se postar comentários em redes sociais específicas, seguir diretores, autores, escritores, acompanhar de perto seu trabalho; podemos produzir *playlists*, *vlogs*, vídeos-minuto, escrever *fanfics*, produzir *e-zines*, nos tornar um booktuber, dentre outras muitas possibilidades. Em tese, a *Web* é democrática: todos podem acessá-la e alimentá-la continuamente. (BNCC, 2018. Grifos do autor)

Assim, a utilização das mídias digitais e das plataformas sociais digitais para fins pedagógicos pode funcionar como um estímulo para a produção textual. Ora, trata-se de fazer uso de algo que já é conhecido pelos estudantes. E uma vez entendendo que as aulas de língua portuguesa necessitam acontecer em uma perspectiva discursiva, o uso dessas mídias pode amplificar a exploração de diversos gêneros textuais e contribuir para uma formação dos alunos sob a base do Letramento. Em outras palavras, nada mais do que é do que situar histórica e socialmente a prática da leitura e escrita. A ação dos alunos na rede, por sua vez, já está ligada com a apropriação linguística para fins previamente estabelecidos (principalmente pelos gêneros abordados). Nesse sentido, as mais diversas propostas metodológicas de ensino de língua materna com o uso das mídias digitais podem aparecer, desenvolvendo os potenciais linguístico e criativo dos alunos.

Outra vantagem que as mídias digitais trazem para o cotidiano escolar é a possibilidade de formar leitores mais práticos e críticos. Nesse sentido, os hipertextos podem ajudar, pois a sua flexibilidade e dinamismo podem ajudar os estudantes em suas práticas de leituras os estimulando para ler mais e, como os hipertextos dialogam com textos afins, a criticidade e a liberdade do aluno para escolher o seu repertório de leitura. Além do mais, a possibilidade de poder comentar na própria

rede já pode contribuir para o desenvolvimento das habilidades críticas dissertativas-argumentativas dos alunos.

CONCLUSÃO

A atual conjuntura social global tem reduzido distâncias e exigindo ações mais práticas de seus indivíduos. Como parte dessas ações, o cidadão do século XXI está imerso em uma sociedade que supervaloriza as habilidades de leitura e escrita, exigindo assim não somente um mero saber ler e escrever, mas o uso crítico e ativo destas habilidades para a inserção social e cidadã. É nesses termos que se fala em Letramento, a condição de uma pessoa em saber utilizar e se apropriar socialmente da leitura e também da escrita. Proporcionando tal ambiente social estão as mídias digitais que trouxeram consigo inovações nos comportamentos de leitura e escrita das pessoas. Por um lado, há o surgimento de estruturas textuais mais plásticas, dinâmicas, flexíveis, dialogais, os chamados hipertextos. Por outro, os usuários da rede passaram de meros espectadores passivos para verdadeiros agentes textuais no que se refere à possibilidade que as redes oferecem de comentar, compartilhar, opinar, escrever, debater, dissertar, argumentar e produzir textos, o que alterou as relações entre escritor e leitor, escritor e texto e também entre leitor e texto.

Pelas suas características e pelos avanços no campo da leitura e também da escrita que trouxeram, as mídias digitais também se revelam grandes aliadas para o ensino de língua nas escolas. Isso porque as redes tendem a desenvolver a leitura e a escrita para um aspecto mais social no sentido de possibilitar a abordagem dos mais diferentes gêneros textuais, por exemplo, e desenvolver leitura crítica (e também argumentativa) e produção textual mais competente e realmente prática em um âmbito social, o que dialoga com a perspectiva discursiva que o atual ensino de língua materna exige de seus professores.

Dessa maneira, conclui-se afirmando que as mídias digitais se revelam como elas sendo uma grande ferramenta para o ensino de língua materna tendo em vista o potencial delas para desenvolver nos estudantes um comportamento leitor e escritor cada vez mais próximos das realidades sociais contemporâneas e suas demandas.

REFERÊNCIAS

JÚNIOR, J. SILVA, F. *Redes sociais e práticas de leitura e escrita no ensino médio . Hipertextus Revista Digital*. Recife, n. 06, 2011. Disponível em: http://arquivohipertextus.epizy.com/volume6/Hipertextus-Volume6-Jose-Ribamar-Batista_Francisco-das-Chagas-_Luciane-Lira.pdf. Acesso em 29 de junho de 2023.

MAGNABOSCO, G. C. *Hipertexto*: algumas considerações. In: Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários, n. 3, 2007, Maringá. p. 1389-1398.

MARCUSCHI, L. A. *Gêneros textuais*: definição e funcionalidades. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/322091/mod_resource/content/1/MARCUSCHI%20G%C3%AAneros%20textuais.pdf.

SANTOS, A. A. Análise sobre o uso das redes sociais como instrumento estratégico nas atividades de leitura e escrita. *Revista Intersaberes*, Curitiba, v. 11, n. 23, p. 379-393, 2016. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/921>. Acesso em 29 de junho de 2023.

SOARES, M. *Letramento*: um tema em três gêneros. 3ª edição, Belo Horizonte – MG: Autêntica, 2009.

SOARES, M. *Novas práticas de leitura e escrita*: letramento na cibercultura. In: Scielo. Campinas, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zG4cBvLkSZfcZnXfZGLzsXb/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 03 de julho de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: língua portuguesa. Volume 2; Brasília – DF, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília – DF, 2018.

LEXIAS APRESENTADAS NO QUILOMBO URBANO BAIRRO DE FÁTIMA DA CIDADE DE SÃO LUÍS, MARANHÃO

Tatiana CUNHA

Universidade Federal do Maranhão
taty_hg2@hotmail.com

Georgiana SANTOS

Universidade Federal do Maranhão
georgiana.marcia@ufma.br

RESUMO: Os quilombos rurais e urbanos formados por grupos étnicos tradicionais integram verdadeiro testemunho da formação no âmbito cultural, social e histórico da sociedade brasileira/maranhense. A partir desse entendimento, nossa pesquisa teve como objetivo identificar e apresentar as especificidades denominativas e/ou semântico-conceptuais que revelam a particular visão de mundo de um dos espaços que vem sendo apontado como quilombo urbano ludovicense: o Bairro de Fátima, em São Luís-Ma. Para tanto, esta pesquisa teve como aporte teórico os estudos desenvolvidos por HALL (2003, 2006), POTTIER (1970), BARBOSA (2004, 2007, 2009), PAIS (2007), SANTOS (2013). Após a coleta de dados, pudemos constatar que o quilombo urbano do Bairro de Fátima constrói e apresenta sua visão de mundo por meio de lexias recriadas.

Palavras-chave: *Etnoterminologia; Quilombo urbano; Bairro de Fátima; São Luís-Ma.*

INTRODUÇÃO

No processo de formação das comunidades humanas a cultura constitui-se como um processo contínuo no qual se acumula uma gama de conhecimentos e práticas que são resultados da interação social entre sujeitos e desses sujeitos com seus ambientes. Além disso, esse processo constitui-se pela etnicidade que lhes é peculiar e por uma diversidade de práticas que denotam complexos sistemas de valores. Assim sendo, a cultura é criada continuamente além de aprendida, transmitida, herdada, transformada e conservada através de um processo que é mediado pela língua, daí compreendemos que a cultura de um povo é resultado de cada ação individual.

Nas terras brasileiras e, de forma mais precisa, nas maranhenses, encontra-se uma série de grupos humanos que se (re) constroem de forma única, a partir de suas visões particulares de um mundo construído a partir de suas raízes étnicas, históricas, sociais. Entre esses grupos étnicos que constituem um verdadeiro testemunho a respeito da construção e formação cultural, social e histórica da sociedade brasileira/maranhense estão os quilombos.

Em relação às formas de resistência negra ocorridas no Brasil escravista, os quilombos figuram como a principal insígnia da luta dos negros por liberdade e dignidade. À época da vigência do sistema escravista, os quilombos eram também denominados em terras brasileiras de mocambos. Com o decorrer do tempo, o termo quilombo foi renomeado várias vezes a depender das particularidades históricas, políticas, econômicas, geográficas, socioculturais e também das condições enunciativas de cada momento vivido.

Os quilombos eram caracterizados como núcleos do fenômeno da “quilombagem”, que foram organizados pelos próprios escravos durante o período em que a escravatura dominava todo o território brasileiro; no entanto um movimento de mudança social gerou um desgaste quanto o sistema escravista, social e econômico, que tardiamente foi substituído pelo trabalho “livre”. Os quilombos foram a mais do que meros esconderijos dos escravos, mas sim, representavam um grito de liberdade,

de luta e pura resistência contra o sistema escravista e um lugar no qual os negros puderam ampliar seus costumes e ratificar sua identidade. Esses lugares de resistência não foram típicos somente das áreas rurais, sendo que há relatos de sua existência também em áreas urbanas.

É pertinente esclarecermos, ainda, que uma análise histórico-geográfica da constituição e distribuição da população negra no território brasileiro, ao longo dos anos, permitiu a constatação da formação de aglomerados negros também em regiões metropolitanas do país, os quais foram constituindo o que chamamos, atualmente, de quilombos urbanos, geralmente nas periferias das grandes cidades e responsáveis pela resistência negra brasileira nos territórios urbanos do nosso país.

Para fins de compreensão do que se concebe, atualmente, como quilombo urbano, nos baseamos no estabelecido no Projeto de Lei 13/09, que dispõe sobre o estabelecimento de diretrizes para a identificação de quilombos urbanos na cidade de São Paulo, em tramitação desde 2009. Em seu Artigo 3º foram estabelecidas as seguintes diretrizes para a identificação de quilombos urbanos, a saber: identificação geográfica, paisagística, cultural, étnica, culinária, arquitetônica, arqueológica, memória oral, religiosa, entre outros. É oportuno destacarmos que, nas últimas décadas, particularmente no campo dos estudos linguísticos, as pesquisas que foram realizadas a respeito das comunidades quilombolas as têm concebido como sítios arqueológicos fomentadores de uma série de investigações sobre a influência africana na construção dos processos sociohistóricos e culturais de formação da sociedade brasileira e na constituição da norma padrão do português falado no Brasil.

Entre as pesquisas que realizaram as abordagens supracitadas, ressaltamos o estudo de Vogt & Fry (1996) sobre a fala do Cafundó e a de Careno (1991) sobre a linguagem de comunidades negras rurais do Vale do Ribeira e os recentes estudos sociolinguísticos/gerativistas desenvolvidos, na Universidade Federal da Bahia – UFBA, pelo *Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia*, bem como os estudos etnolinguísticos realizados na Universidade de São Paulo – USP pelo *Projeto-piloto n.º 20173 – Inventário Nacional da Diversidade Linguística/INDL: Levantamento Etnolinguísticos de Comunidades Afro-brasileiras de Minas Gerais e Pará*.

Como propósito central desta pesquisa busca-se identificar e analisar as especificidades denominativas e, principalmente, as especificidades semântico-conceptuais do quilombo, constituído em território urbano ludovicense, denominado Bairro de Fátima - indiscutível reduto de negros/as cujos antepassados, em geral, são advindos de diversos municípios maranhenses - que revelem a singularidade da visão de mundo semioticamente construída por esse grupo na área metropolitana da capital do estado do Maranhão.

O quilombo urbano denominado Bairro de Fátima, localizado no município de São Luís no estado do Maranhão, entre os bairros Areinha, Parque Amazonas, Bom Milagre e João Paulo. Antes de apresentar-se com o atual topônimo, esse bairro passou por alterações toponímicas, pois no século XX era conhecido como o Sítio Cavaco, e era uma propriedade de um senhor conhecido por José Maria Cavaco, segundo a informante J.L.C.B (faixa etária I, sexo feminino, 02/04/2019)¹⁹: “Eu ouvi falar que a princípio, né! Como disse, aqui, antes, era chamado de Cavaco, e era cheio de manguês, muita lama e daí veio a peregrina, a santa peregrina de Portugal. Ela veio e até hoje tá”.

Ainda em relação ao nome do bairro, os moradores nativos, ao se referirem ao Bairro de Fátima, usam também os vocábulos-termos “BF” e “Comunidade”, e isso é visível ao conversarmos com alguns informantes que nos contaram um pouco da história do bairro.

Geralmente, os moradores afirmam que antes de ter o atual nome, o bairro foi denominado apenas de Cavaco, como J.L.C.B (faixa etária I, sexo feminino, 02/04/2019) diz “ou é BF ou é Cavaco”, porém em seus estudos Matos (2014, p.117) afirma que “Todavia esse topônimo, de 1863 à

¹⁹ As informações sobre os informantes desta pesquisa constam das iniciais maiúsculas dos nomes completos dos informantes, faixa etária à qual pertencem — I (18 a 40 anos) e II (<50 anos) sexo feminino e data de realização da entrevista.

atualidade, sofreu mais duas alterações antes chegar a Bairro de Fátima: Sítio Nova Olinda e Fazenda Estadual.”. Para Matos (2014, p. 117) ainda acrescenta que “o topônimo Fazenda Estadual não teve vida longa porque não satisfaz aos objetivos para os quais fora pensado”.

A importância deste trabalho é especialmente marcada pela escassez no campo da investigação lexical, sob a perspectiva etnoterminológica, dos grupos negros ludovicenses como são os quilombos urbanos de São Luís, a qual revela as particulares raízes étnico-culturais, históricas e organizacionais dos sistemas de significação desses grupos.

É imprescindível destacarmos, ainda, que a escolha particularmente do quilombo urbano Bairro de Fátima como objeto deste estudo, entre tantos outros bairros quilombolas existentes na ilha de São Luís, deu-se em função dessa comunidade ser reconhecida quanto à sua representatividade na luta da resistência dos(as) negros(as) escravizados(as) no Estado do Maranhão.

Esse estudo forneceu à comunidade do Bairro de Fátima importantes orientações e informações sobre as especificidades denominativas e, sobretudo, as características semântico-conceituais que seus moradores usam para revelar a sua singular visão de mundo e também as concepções de mundo construídas, em territórios urbanos do Maranhão, pelos chamados quilombos urbanos ludovicenses.

ETNOTERMINOLOGIA

A Etnoterminologia constitui uma disciplina científica que se configura como uma subárea da Terminologia, a qual tem como objeto de estudo o signo linguístico circunscrito em um dado universo de discurso etnoliterário, assim, esse signo é analisado como produto do sistema dos saberes produzidos, herdados e compartilhados por um grupo étnico, sociocultural e linguisticamente idiossincrático.

Além dos vínculos embrionários com a Lexicologia e com a Terminologia, a Etnoterminologia, no âmbito da Semiótica, está alicerçada na Etnossemiótica, no tocante, especialmente, aos estudos sobre função mítica, memória social, natureza humana, conhecimento compartilhado sobre o mundo, sistemas de valores e de crenças; na Semiótica da Cultura, no que tange ao estudo da visão de mundo, aos aspectos espaciais, históricos e culturais de um grupo, aos seus sistemas de valores, às particularidades do processo de inserção do homem em sociedade; e na Semiótica Verbal, no que diz respeito aos sistemas de significação linguísticos: as línguas naturais, suas microssemióticas e os seus discursos (LATORRE, 2011, p. 63-64).

O cerne da Etnoterminologia é, então, a variação cultural do signo linguístico engendrada por uma comunidade em razão de seus saberes, valores, modos próprios de viver e de conceber o mundo. Em conformidade com o exposto, Latorre (2011, p. 72) declara que:

A Etnoterminologia está intimamente associada ao sentido de etnia e etnicidade/etnismo na formação social e cultural de um grupo, e às interferências históricas e geográficas que subordinam o processo de conceptualização dos seus sujeitos. Suas formas para denominar portam valor documental, fruto do contato com a realidade e visão de mundo, da axiologia que permeia suas relações. Enquanto veículo da herança da cultura popular, amalhada ao longo do tempo, refletem valores, usos, costumes, crenças, hábitos de caráter fundamental, porém abstratos, e modulam a maneira de pensar, sentir e viver de um grupo.

Faz-se oportuno ressaltarmos, ainda, que um vocábulo-termo - unidade mínima de significação e de análise da Etnoterminologia - agrega uma multifuncionalidade de papéis configurada pela convergência de funções de vocábulo e de termo que acumula e apresenta semas especializados que refletem a cultura e os costumes de determinado grupo socioculturalmente definido. Santos (2013, p.82) ao comentar a relação entre vocábulo e termo afirma que “O sincretismo entre vocábulo e termo

faz com que o vocábulo-termo agregue novos semas a partir da original percepção e representação da realidade de mundo”.

PROCESSO METODOLÓGICO

Nesta pesquisa a língua é concebida como uma atividade sociocultural marcadamente heterogênea - dada a diversidade de contextos culturais, étnicos, sociais, históricos, geográficos, vivenciados pelos seus usuários – sendo assim consideramos a etnicidade específica dos quilombolas urbanos um fator preponderante para balizar a coleta e a análise dos dados, pois, uma vez que o cerne deste trabalho é constituído pelas particularidades denominativas e, especialmente, pelas particularidades conceptuais que emergem das experiências de mundo desses quilombolas, é a etnicidade desses grupos que imprime nessas particularidades linguísticas as singulares percepções do mundo presentes em seu cotidiano.

Como percurso metodológico, inicialmente, fizemos o levantamento e pesquisa bibliográficos com base em livros, teses, dissertações, artigos e sites, para a obtenção de informações sobre aspectos inerentes às comunidades quilombolas tanto em nível de Brasil como de Maranhão, especialmente sobre seus aspectos socioculturais, históricos e linguísticos. Nesse sentido tomamos como embasamento, os estudos realizados Barbosa (2007 e 2009), Careno (1997), Santos (2013), Latorre (2011) Matos (2014) e Vogt & Fry(1996).

O *corpus* desta pesquisa é de base oral, constituído por entrevistas estruturadas realizadas com moradores do Bairro de Fátima que atenderam ao seguinte perfil traçado: 04 (quatro) homens e 04 (quatro) mulheres; nascidos/as, preferencialmente, na localidade ou com tempo de moradia no bairro de no mínimo 10 anos; auto-declarados(as) negros(as); que tenham envolvimento com atividades fundamentais do bairro (associação, atividades culturas, religiosas) e que pertençam às faixas etárias I (18 a 40 anos e II) e II (acima de 50 anos).

O perfil dos informantes foi definido com o intuito de investigarmos as causas étnicas e socioculturais das prováveis especificidades linguísticas criadas/usadas pelos quilombolas urbanos moradores da comunidade do Bairro de Fátima.

Após a seleção dos informantes e antes de realizarmos as entrevistas, os entrevistados assinaram um termo de consentimento. Em seguida, foram preenchidas as fichas do informante que contêm dados pessoais, como nome, endereço, apelido, tempo de moradia, estado civil, autodeclaração, se a família ou ele veio de quilombos rurais, idade, naturalidade, escolaridade. Como parte constitutiva dessa ficha, também foram realizadas perguntas sobre o contato do informante com os meios de comunicação e com a comunidade e vida pessoal.

O questionário etnoterminológica usado para a coleta de dados contém 60 questões organizadas em dez campos semânticos: territorialidade; convívio e comportamento social; música; dança; diversão, lazer e jogos; vestuário e acessório; religião e crenças; enfermidades; comida e identidade-negritude a fim de identificarmos, especialmente, os traços semânticos atribuídos, ampliados ou suprimidos por esse grupo para representar sua concepção de mundo.

Após finalizarmos a aplicação dos questionários, fizemos a transcrição grafemática das entrevistas realizadas e procedemos ao preenchimento das fichas etnoterminológica - compostas dos campo vocábulo-termo, contexto de uso e definição - que subsidiaram a análise das diferentes etapas do processo de conceptualização *latu sensu* de cada uma das unidades lexicais reconhecidas como vocábulos-termos desse quilombo urbano ludovicense.

Por último, elaboramos o glossário do quilombo urbano Bairro de Fátima, composto por 13 (treze) vocábulos-termos, mediante a transferência de informações das fichas etnoterminológicas para

um programa da área computacional conhecido por *Lexique-Pro*, a fim de que os dados fossem melhor organizados e gerássemos um glossário digital.

Quanto à estrutura desse glossário, mais especificamente, quanto à macroestrutura, as entradas foram organizadas por ordem alfabética. A microestrutura está composta pelos seguintes itens: vocábulo-termo (entrada) em negrito, categoria gramatical em itálico, definição construída com base nas falas dos informantes, contexto de uso entre colchetes, identificação dos informantes e, em caso de variante, esta é apresentada entre quatro barras.

ANÁLISE DE DADOS

No campo semântico territorialidade, os vocábulos-termos comunidade/bairro revelam a relação da comunidade com o próprio bairro, o espaço em si, o que nos permite reuni-los em uma só definição. Ao realizarmos a análise semântico-conceptual desses vocábulos-termos, pudemos estabelecer significativas relações do léxico do Bairro de Fátima com a particular concepção de mundo dos quilombolas urbanos que ali vivem.

INQ²⁰: Comunidade ou Bairro?

INFOR²¹: Depende do ponto de vista. Eu acho que, eu acredito que uma comunidade visa mais união e o bairro é uma coisa mais específica. (J.L.C.B, faixa etária I, sexo feminino, 02/04 /19)

Outro informante explica de forma detalhada que bairro/comunidade têm semas de pertencimento, de relação, de união:

INQ: Comunidade ou bairro?

INFOR: É uma conjuntura, né? O bairro são várias famílias também naquele território. Então pra mim é uma conjuntura. Ele só muda de nome, mais tem o mesmo significado, porque se não tiver moradores ele não pode ser chamado de bairro, se não tiver não pode ser chamado de comunidade. É uma conjuntura, é a união de pessoas, né? Onde as pessoas se reúnem mesmo com moradores, se reúnem no espaço. Seja para curtir seu reggae, curtir sua seresta, seja para o bumba – boi, para o carnaval, mais eles estão no mesmo contexto, na mesma área. (A.J.C.L. faixa etária II, sexo feminino, 15/ 02/19).

A compreensão da conceptualização de comunidade/bairro elaborada pelos quilombolas urbanos ludovicenses nos mostra que, além da necessidade de haver uma determinada quantidade de moradores no local, é preciso que predomine a conscientização de pertencimento ao lugar e de integração com os pares, pois comunidade/bairro é lugar de acolhida, de histórias e sentimentos e de rodas de amigos. Para elucidarmos o que já foi discutido acerca de comunidade/bairro eis, abaixo, a ficha etnoterminológica da denominação dada pelos moradores ao Bairro de Fátima, a qual conta ainda com um campo opcional referente ao registro de qualquer *observação* que amplia a contextualização de uso da unidade lexical analisada no discurso desses quilombolas urbanos.

²⁰ Abreviatura de inquiridor.

²¹ Abreviatura de informante.

Ficha etnoterminológica 1 – Comunidade

| | |
|--|---|
| VOCÁBULO-TERMO: Comunidade | |
| CONTEXTOS DE USO | |
| <p>1. Eu acho que, eu acredito que uma comunidade visa mais união e o bairro é uma coisa mais específica. (A.J.C.L faixa etária II. Sexo feminino, 15/02/19)</p> <p>2. É uma conjuntura, né? O bairro são várias famílias também naquele território. Então pra mim é uma conjuntura. Ele só muda de nome, mais tem o mesmo significado, porque se não tiver moradores ele não pode ser chamado de bairro, se não tiver não pode ser chamado de comunidade. (J.L.C.B faixa etária I. sexo feminino. 02/04/19)</p> | |
| O DEFINIÇÃO | (Substantivo). Local marcado pela conscientização de pertencimento ao lugar e de integração com os pares, pela união, acolhida, histórias comuns e sentimentos. |
| VARIANTE: | Bairro |

Fonte: Autora

GLOSSÁRIO ETNOTERMINOLÓGICO DO QUILOMBO URBANO DO BAIRRO DE FÁTIMA.

O glossário etnoterminológico do quilombo urbano do Bairro de Fátima sintetiza, no repertório dos vocábulos-terminos coletados, as particulares concepções de mundo dos seus moradores e suas raízes étnicas e socioculturais

A - a

Água fora da bacia *Sintagma nominal*. Homossexual que tem diversos parceiros. [INFOR: Eu chamo de *gobira*, *água fora da bacia* e *bicha*]. (A.J.C.L. faixa etária II. sexo feminino, 15 / 02/19)
// Variantes: *Gobira*. *Bicha*./

B - b

Bandeiroso *Adjetivo*. 1. Pessoa elegante, charmosa. 2. Pessoa que desperta a atenção por ser indiscreta, escandalosa ou por usar acessórios chamativos. [INF: Tem duas estimativas que é quando a pessoa é muito estiloso. A pessoa anda com estilo. Aliás, tem três estimativas... Como eu tô com meu cabelo aqui as pessoas falam, ou então quando a pessoa tá com uma roupa muito chamativa e muito forte, ou então quando a pessoa dá alarme... Tipo assim, eu tô pegando uma coisa escondida no caso de roubo... Aí o outro começa a sorrir e a dizer tu é muito bandeiroso. Tipo dando um sinal de que tá pegando alguma coisa]. (J.L.C.B. faixa etária I. sexo feminino. 02/04 /19)

BF *Substantivo*. Denominação atribuída ao quilombo urbano Bairro de Fátima, mais comumente, pelos seus moradores, principalmente, pelos mais jovens. [Ah, ou é *BF* ou é *Cavaco*. (J.L.C.B faixa etária I. sexo feminino. 02/04 /19). Utilizo a sigla *BF*, utilizo.... Não, mas eu acho pejorativo, e acho... é a minha quebrada. Tipo assim... tô indo para minha quebrada. (J.L.C.B faixa etária I. sexo feminino. 02/04 /19)]. //Variante: *Cavaco*//

C - c

Chicotinho queimado *Substantivo Composto*. Brincadeira infantil na qual se esconde um objeto qualquer que deve ser procurado pelas outras crianças. [INFOR: Deve ser a brincadeira que eu conheço, mas não com esses nomes. Língua de fogo é o *chicotinho queimado*.]. (J.L.C.B. faixa etária I. sexo feminino. 02/04/19)

F - f

Fight *Substantivo*. Confusão, briga. [INFOR: Tá tendo é briga! Tá tendo é fight!]. (J.L.C.B, faixa etária I, sexo feminino. 02/04/19)

Filho de preto *Sintagma nominal*. Pessoa que fala muito, ou que seja muito barulhenta. [INFOR: O comportamento que eu acho muito pejorativo que quando tá muito barulhento se diz que tu é filho de preto]. (J.L.C.B, faixa etária I, sexo feminino 02/04/19)

Fritão *Adjetivo* Indivíduo. que perdeu tudo que já havia conquistado devido o consumo de drogas. [INFOR: Chamo de fritão aquele que perdeu tudo pelo uso de drogas].(J.L.C.B, faixa etária I, sexo feminino. 02/04/19)

M - m

Macumba *Substantivo*. 1. Forma estigmatizada de referência aos cultos religiosos de matriz africana de qualquer nação. 2. Instrumento de percussão de origem africana. [INFOR: Macumba para mim é instrumento, mas o povo diz que é a mesma coisa que é relacionada como algo do mal. Eles dizem assim: Cara eu tô apaixonado por ti e tu fez macumba pra mim, foi?]. (J.L.C.B, faixa etária I, sexo feminino. 02/04 /19).

Merendinha *Adjetivo*. Mulher fácil. [INFOR: Oh, rapaz. Ontem mesmo eu coloquei no meus status. Ah, é merenda ou merendinha]. (J.L.C.B, faixa etária I, sexo feminino. 02/04 /19)

N - n

Negro *Substantivo*. Pessoa que reconhece e valoriza sua ancestralidade negra, luta pelos direitos dos seus pares e mantém os costumes herdados pelo grupo. [Ser *negro* pra mim é ter nascido negro mesmo com a pele negra, com o cabelo duro e “nha”, né? E se assumir como negro. Não quer ser uma coisa que ele não é. Que uma coisa é discriminação e uma coisa é ser negro e não querer ser negro. (A.J.C.L faixa etária II. sexo feminino. 15 / 02/19), Ser alegre. (N.J.F.S. faixa etária II. sexo masculino 31/03/19). É ter muito orgulho e não ter vergonha de ser o que é. Eu sou *negra* e amo ser negra (M.C.S.R. faixa etária II. sexo feminino 09/ 03/19)].

CONCLUSÃO

Com a conclusão da pesquisa verificamos que as análises dos dados coletados confirmaram, como prevíamos, que haveria a necessidades de ampliar os dados linguísticos coletados neste trabalho, pois, seguramente, existem outras unidades lexicais, em outros campos semânticos, que ratificariam ainda mais a especificidade lexical de base étnico-cultural de grupos como o pesquisado.

Em relação às particularidades denominativas e semânticas, tivemos grandes resultados nos campos territorialidade, religião/crenças, identidade-negritude, tendo como fatores produtivos a faixa etária I feminina, e isso pode ser comprovado pelo número expressivo de particularidades, sobretudo, semânticas que as mulheres mais jovens revelaram para composição do glossário etnoterminológico.

Certamente, como resultado da análise etnoterminológica dos dados gerais desta pesquisa, apresentamos uma panorâmica da visão de mundo específica do quilombo urbano Bairro de Fátima, a qual revela as particulares raízes étnico-culturais, históricas e organizacionais dos sistemas de significação desse grupo, atestando, por conseguinte, que as especificidades denominativas e, especialmente, as semânticas do léxico desse grupo se convertem em signos-símbolos de sua axiologia.

É fundamental que trabalhos futuros diversifiquem o perfil dos informantes do grupo parâmetro desse quilombo urbano para que se possa atestar com maior nível de segurança aquilo que constitui especificidades etnoterminológicas de um dado grupo étnico como o do Bairro de Fátima, além do que se faz necessário o estudo do léxico de outros quilombos urbanos do Estado do Maranhão para que tenhamos um amplo panorama da concepção de mundo desses espaços.

REFERÊNCIAS

A.J.C.L. *Entrevista sobre o quilombo urbano Bairro de Fátima*. São Luís, 15 / 02/19. (Inquérito realizado por Tatiana do Nascimento).

BARBOSA, Maria Aparecida. *Diversidade étnica: a multiconceptualização do 'mundo'*. XLVII ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE LINGUÍSTICA. 61ª REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. Sociedade Brasileira de Professores de Linguística. **Anais...** Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 12 a 17 de julho de 2009. p. 17-24.

_____. *Etno-terminologia e terminologia aplicada: objeto de estudo, campo de atuação*. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. 3. Campo Grande: Editora UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. p. 433-445.

CARENO, Mary Francisca. *Vale do Ribeira: a voz e a vez das comunidades negras*. São Paulo: Arte & Ciência/ UNIP, 1997.

A.N. *Entrevista sobre o quilombo urbano Bairro de Fátima*. São Luís, 16/ 02/19. (Inquérito realizado por Tatiana do Nascimento).

J.C.L.B. *Entrevista sobre o quilombo urbano Bairro de Fátima*. São Luís, 02/04 /19. (Inquérito realizado por Tatiana do Nascimento).

J.C.M.P. *Entrevista sobre o quilombo urbano Bairro de Fátima*. São Luís, 12 /04 /19. (Inquérito realizado por Tatiana do Nascimento).

LATORRE, Vanice Ribeiro Dias. *Uma abordagem etnoterminológica de Grande Sertão: Veredas*. (2011). 156 f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. 2011.

L.G. *Entrevista sobre o quilombo urbano Bairro de Fátima*. São Luís, 14/ 03/19. (Inquérito realizado por Tatiana do Nascimento).

MATOS, Heloisa Reis Curvelo. *Análise Toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís-MA*. (2014). 347f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Ceará. 2014.

M.C.S.R. *Entrevista sobre o quilombo urbano Bairro de Fátima*. São Luís, 09/ 03/19. (Inquérito realizado por Tatiana do Nascimento).

N.J.F.S *Entrevista sobre o quilombo urbano Bairro de Fátima*. São Luís, 31/03/19. (Inquérito realizado por Tatiana do Nascimento).

QUEIROZ, Sônia. *Pé preto no barro branco – A língua dos negros de Tabatinga*. Belo Horizonte: EDUFMG, 1998.

SANTOS, Georgiana Márcia Oliveira. *Um saber semioticamente construído: a visão de mundo no léxico do quilombo Jamary dos Pretos*. 2013.202f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tese) Curso de Letras, Universidade Federal do Maranhão-UFMA, São Luís. 2013.

VOGT, Carlos; FRY, Peter. *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LINGUAGEM FORMAL E INFORMAL EM SALA DE AULA: POSSIBILIDADES QUE MINIMIZAM O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Hugo Leonardo LIMA DE AGUIAR
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
hllaguiar@hotmail.com

RESUMO: presente artigo tem como escopo discutir acerca da maneira como o professor pode minimizar o preconceito linguístico em sala de aula. O ambiente escolar é interativo e contribui para a compreensão da existência da pluralidade da língua. Então cabe ao professor, tentar minimizar o preconceito linguístico em sala de aula, adotando uma nova postura através do conhecimento sobre a variedade linguística que cada aluno possui, deixando de exigir que todos os alunos adotem tão somente a norma padrão da linguagem, ao priorizar a escrita e deixando de lado a oralidade, além de abordar a questão da disseminação do preconceito linguístico por meio das mídias sociais. Para tanto, utilizou-se como fundamentação teórica, as ideias de Bagno (2007), Scherre (2005), Martins (2014), entre outros estudiosos.

PALAVRAS-CHAVE: *preconceito Linguístico; Sala de Aula; Docente.*

Introdução

O trabalho científico aborda de que maneira o professor pode minimizar o preconceito linguístico em sala de aula, visto que se observa muitos alunos que chegam às salas de aulas carregados de jargões, gírias, expressões idiomáticas, e, até mesmo, com uma variedade linguística regional, própria. Isto, em muitos casos, acaba causando um preconceito linguístico por parte daqueles que têm uma linguagem mais formal; o que é muito preocupante, pois se sabe que a língua não é uma ciência exata, e, pode sofrer alterações, ou seja, variar conforme a situação geográfica, histórica ou socialmente.

A partir daí, cabe ao professor explicar as normas, frisando que, assim como o país é regido por leis, no qual se respeita a constituição, com a língua não é diferente e, neste caso, faz-se necessário respeitar as normas, que algumas vezes são chamadas de regras gramaticais. Por conseguinte, vale deixar claro que, em uma conversa informal, é permitido o uso de jargões, gírias, uma linguagem mais solta, seja na oralidade ou até mesmo na escrita, desde que a situação permita tal uso. Mas é importante discernir o uso da linguagem formal da informal.

Desse modo, pensa-se o seguinte problema científico: Como proceder para minimizar o preconceito linguístico em sala de aula? Assim, o objetivo geral propõe estratégias que minimizem o preconceito linguístico em sala de aula, a fim de que os alunos saibam discernir a respeito da língua culta e coloquial e, também, respeitando as variedades linguísticas de cada um. Sendo assim, tem-se como objeto da pesquisa o preconceito linguístico em sala de aula.

Em relação à metodologia a pesquisa pode ser em descritiva, porque visa o ambiente físico e a conveniência dos alunos do ensino fundamental e médio e é explicativa, porque busca uma relação de causa-efeito para a atual situação dos alunos que se sentem discriminados quando, de forma involuntária, expressam-se numa linguagem mais informal. Quanto aos meios, a pesquisa classifica-se como bibliográfica, uma vez que busca analisar materiais publicados em livros, *sites* de internet, e documentos que se encontram disponíveis para pesquisa. Em outras palavras, a pesquisa bibliográfica

terá apoio de doutrinas escritas acerca da importância da inteligência emocional para a educação.

Este estudo é de grande relevância por buscar evidenciar a língua portuguesa, independentemente de ser usada de forma culta ou coloquial, mas sim como um meio de comunicação inerente ao ser humano. Desta forma, é necessária no processo de comunicação, respeitando a variedade linguística e, além disto, deve-se compreender que, dependendo da situação, pode-se fazer uso da linguagem informal, não acarretando o preconceito linguístico.

Diante do explicitado, para a concretização deste estudo, primeiramente analisam-se as diversas literaturas que tratam sobre o tema. Logo depois, destacam-se as estratégias que possam minimizar o preconceito linguístico em sala de aula.

1 PRECONCEITO LINGUÍSTICO

O preconceito linguístico sempre existiu, apesar de ter sido ignorado pela sociedade como um todo. Entretanto, esse tema tem despertado a atenção de estudiosos, na tentativa de neutralizá-lo, especialmente em sala de aula (MARTINS, 2014). Assim, esse tipo de preconceito está diretamente relacionado com a criação de uma confusão que se deu no início do curso da história, entre a língua e a gramática normativa. Conforme Bagno (1999, p.9), “uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua”.

Nesse sentido, percebe-se que a língua passou por muitas transformações no decorrer do tempo. Considera-se que a gramática normativa tenta narrar a língua culta. Entretanto, o que se nota é que não há um acompanhamento, na mesma velocidade, da gramática com tais transformações da língua, o que propicia o surgimento de várias distorções na língua, acerca do que é “permitido” ou não.

O que deveria ocorrer era que a língua “permitisse” ou não, qualquer acontecimento em sua estrutura, com o tempo. No entanto, é notória a grande resistência por parte da gramática normativa para com essas transformações, onde a mesma se torna cada vez mais distante da língua falada.

A gramática deve atender à língua, e não o contrário. Vários estudiosos acreditam que a língua portuguesa, que é falada no Brasil, possui uma união que surpreende. Em contrapartida, Bagno (1999) considera esse fato como sendo um mito que prejudica o ensino da língua, em virtude de, pelo fato de não reconhecer a verdadeira diversidade da língua portuguesa que é falada no Brasil, a escola acaba impondo sua norma linguística, de maneira que esta seja aceita como se fosse única língua falada pela população brasileira como um todo, independentemente de faixa etária, situação econômica, origem geográfica ou grau de escolaridade.

De acordo com esse mesmo autor, o preconceito linguístico é baseado na crença de que só há uma única língua portuguesa, que se encontra nas gramáticas, a qual deve ser ensinada nas escolas e que se deve rejeitar toda e qualquer tipo de manifestação linguística. Cabe, portanto, à escola, apresentar a existência de diferentes tipos de dialetos e graus de formalidade mediante o uso da língua. Considera-se a língua escrita como sendo a mais conservadora, a qual deveria se aproximar mais do que é estabelecido nas gramáticas normativas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) asseveram que:

Muito preconceito decorre do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não-padrão, consideradas inferiores ou erradas pela gramática. Essas diferenças não são imediatamente reconhecidas e, quando são, são objeto de avaliação negativa. Para cumprir bem a função de ensinar a escrita e a língua padrão, a escola precisa livrar-se de vários mitos: o de que existe uma forma “correta” de falar, o de que a fala de uma região é melhor do que de outras, o de que a fala “correta” é a que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é uma língua difícil, o de que é preciso “consertar” a

fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas crenças insustentáveis produziram uma prática de mutilação cultural [...].(PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997, p.6).

Nesse sentido, percebe-se o desafio por parte da escola em romper com tais tipos de preconceitos, identificados em sala de aula, uma vez que evidencia-se inúmeras dificuldades, tais como a inexistência de livros didáticos que abordem a diversidade cultural, bem como a falta de conhecimento por parte de alguns professores.

1.1 Preconceito linguístico em sala de aula

O preconceito linguístico faz-se presente no cotidiano da população, inclusive dentro da sala de aula, no que diz respeito à relação entre professor e alunos. Nessa perspectiva, pode-se citar como exemplo, o fato de alguns professores terem o costume de corrigir seus alunos, por acharem que os mesmos devem respeitar e falar de acordo com a norma padrão da língua portuguesa. Na opinião de Bagno (2007), no Brasil, os métodos tradicionais do ensino da língua visam à formação de professores de português.

No entanto, sabe-se que, para se formar um bom usuário da língua, não necessariamente deve-se fazer uso do ensino através da gramática normativa mais rigorosa, nem mesmo por meio da obsessão terminológica, nem da paranoia classificatória, e nem do apego à nomenclatura.

Diante desse contexto, pode-se mencionar que todos os esforços são em vão, em se tratando de fazer com que o aluno saiba de cor todas as classes das palavras, bem como identificar os termos da oração e classificar cada tipo de oração, por exemplo, para garantir que esse discente se torne um competente usuário competente da língua culta.

Tomando-se como base o ensino da língua portuguesa nas escolas brasileiras, atualmente, nota-se que os professores, ao lecionarem em sala de aula, costumam se basear nas regras da gramática normativa, cujo método de ensino não implicará na transformação de alunos em verdadeiros falantes da norma culta da língua portuguesa.

Para tanto, considera-se que o tipo de correção mencionado acima, sobre professores em relação aos alunos que não seguem o padrão da língua portuguesa, é totalmente desnecessário, uma vez que nenhum aluno deve se sentir obrigado a falar o português padrão, de acordo com a gramática normativa.

É importante destacar que a criança inicia seu processo de aprendizagem da língua de forma oral, antes mesmo de ser inserida no ambiente escolar, ocorrendo a princípio, no seio familiar, ouvindo os familiares e também conhecendo objetos e pessoas por meio de nomes. Assim, sua fala passa a se desenvolver de forma natural, até que a criança estabeleça um diálogo com seus familiares (QUEIROZ, 2004, p. 6).

Posteriormente, ao ser inserida no ambiente escolar, a criança começa a receber um conhecimento de forma sistemática, diferente daquele aprendido com sua família. Portanto, é necessário ter-se muita cautela por parte dos docentes, ao ensinarem sobre a linguagem oral ou gramática normativa, para que conduzam o aluno a “desenvolver sua capacidade de produção de textos orais” (Queiroz, 2004, p. 7), de maneira que valorize sua linguagem que já fora adquirida no contexto familiar.

Conforme Scherre (2005, p.93), “quando o professor de português está ensinando gramática normativa, ele não está ensinando língua materna (...). Língua materna não se adquire; não se aprende e nem se ensina”. Neste sentido, evidencia-se que há uma necessidade de fazer com que a criança aprenda, desde cedo, que há diferentes maneiras de falar e, com isto, acostume-se com a variação linguística existente.

Foi no ano de 1997 que teve início um processo de transformação na compreensão do ensino,

através de uma publicação do Ministério da Educação, com relação a uma coleção dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), contendo propostas para que o ensino das escolas do Brasil fosse renovado, considerando todas as disciplinas. Neste sentido, O PCN de Língua Portuguesa menciona que:

[...] o problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livra-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico (PCN, 1998, p.26).

Entretanto, embora os PCN tenham divulgado a relevância de serem desenvolvidas habilidades orais no campo escolar, bem como o respeito no que diz às suas variações linguísticas, o que se percebe é que ainda existem muitas barreiras encontradas nos meios utilizados para que tais ideias sejam, de fato, executadas.

Nessa perspectiva, Bagno (2007) assegura, a respeito da nova concepção de ensino, que, embora seu impacto seja otimista, encontram-se dois obstáculos distintos, que são a resistência de pessoas que são apegadas à concepção antiga e a falta de formação por parte dos professores.

Percebe-se, com isso, que não se pode considerar o ensino da língua apenas como um meio de “ensinar alguém a ler e a escrever sem lhe oferecer ocasiões para o uso efetivo, eficiente, criativo e produtivo dessas habilidades de leitura e de escrita” (BAGNO, 2002, p.52).

O veículo principal das noções padronizadas da língua é a escola, onde se estabelecem associações referentes ao padrão da fala e da escrita, onde se pode citar como exemplo, o equívoco encontrado ao se afirmar que as pessoas menos esclarecidas costumam falar de forma errada.

Com isso, o preconceito linguístico visto no Brasil, é propagado de forma acentuada, através dos meios de comunicação, como a televisão, o jornal, as revistas, o rádio, entre outros, que são os grandes responsáveis por disseminar percepções erradas da língua, servindo, portanto, de instrumentos para que o preconceito social se instale no meio social. Neste sentido, Bagno (2009), afirma que a mídia pratica o preconceito da língua, pois:

Como se vê do mesmo modo como existe o preconceito contra a fala de determinadas classes sociais, também existe o preconceito contra a fala característica de certas regiões. É um verdadeiro acinte aos direitos humanos, por exemplo, o modo como a fala nordestina é retratada nas novelas de televisão, principalmente da Rede Globo. Todo personagem de origem nordestina é, sem exceção, um tipo grotesco, rústico, atrasado, criado para provocar o riso, o escárnio e o deboche dos demais personagens e do espectador. No plano linguístico, atores não nordestinos expressam-se num arremedo de língua que não é falada em lugar nenhum do Brasil, muito menos no Nordeste. Costumo dizer que aquela deve ser a língua do Nordeste de Marte! Mas nós sabemos muito bem que essa atitude representa uma forma de marginalização e exclusão (BAGNO, 2009, p.43-44).

Além disso, Scherre (2005) critica duramente a mídia sobre a disseminação do preconceito, conforme visto a seguir:

Se não fosse a confusão entre língua e gramática normativa, entre língua falada e

língua escrita e as deprimentes associações entre língua e inteligência/burrice, competência/incompetência, beleza/feiura (...) todas as colunas de dicas de português espalhadas por jornais, revistas e tevês, prestariam um grande serviço à comunidade. Mas a mídia presta um desserviço, porque com elas reforça um dos aspectos mais sórdidos do ser humano: a divisão entre classes e a exclusão social (SCHERRE, 2005, p. 88-89).

Para tanto, considera-se de grande relevância que sejam discutidas nas escolas, assuntos a respeito da programação geral da televisão, já que esta se encontra presente na grande maioria dos lares, não podendo, portanto, ignorar-se sua influência. Conforme relatado anteriormente, a televisão é um instrumento de disseminação do preconceito linguístico, ao apresentar a figura do nordestino de forma pejorativa ou até engraçada, ou que certo personagem de determinada região brasileira não fala o português corretamente, o que ocorre é que há uma violação de um bem cultural: a língua.

Assim, verifica-se a necessidade de uma transformação com relação à concepção da língua que é difundida em sala de aula, bem como na utilização das variações linguísticas que são transmitidas a nível social, sendo, portanto, os falantes os responsáveis por modificar as regras de funcionamento da linguagem, adaptando, assim, as suas exigências e reais necessidades.

No que diz respeito às escolas, observa-se a importância que é dada à escrita, em relação à oralidade. Além disto, no ambiente escolar não é vista a necessidade do indivíduo em conhecer e fazer uso das variações linguísticas existentes na sociedade, em determinados tipos de comunicação.

O que se observa, na realidade das escolas brasileiras, é que estas se atêm ao uso da gramática, o que representa um limite ao seu uso. Sugere-se, portanto, para que haja uma efetiva aprendizagem, de forma contínua, nesse processo de desconstrução do preconceito linguístico nas práticas de ensino, promover nas salas de aulas, a abordagem de diferentes gêneros textuais, formais e informais, como uma maneira de oferecer respeito às diferenças linguísticas. Agindo assim, a escola cumprirá o seu devido papel, que é garantir a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o bem-estar da sociedade como um todo.

Para Martins (2014), apesar de todos os desafios enfrentados pela escola, para que alcance um ensino-aprendizagem mais eficiente, cabe destacar que ela ainda é considerada a única instituição, através da qual é possível promover a divulgação, multiplicação e propagação ideias não preconceituosas a respeito da linguagem. Logo, fora do meio escolar isso é praticamente inviável de se realizar, não havendo espaço na mídia. Acrescenta, ainda, que tudo o que surge nos meios de comunicação de massa se refere a uma apologia ao ensino da língua portuguesa, que privilegie os alunos que, ao chegarem à escola, já dominam uma variedade de prestígio e, com isso, menosprezam e desqualificam os que não dominam essa variedade.

Nesse sentido, o fato de não haver possibilidade de levar à população, conceitos da sociolinguística que esclareçam o preconceito linguístico, corresponde a uma grande inquietação social, já que o preconceito encontra-se enraizado na sociedade, e não na escola. Esta apenas reproduz tal preconceito, no entanto é somente através da escola que se pode tentar amenizar essa problemática.

Por fim, é de suma importância que hajam mais discussões relacionadas ao combate, em longo prazo, do preconceito linguístico em sala de aula. Cabe destacar a importância do papel do docente, na tentativa de eliminar esta problemática. Na opinião de Bagno (1999), esse profissional poderá contribuir através das seguintes atitudes fundamentais, que se referem à sua formação e obter informação sobre o assunto, além de cultivar a autocrítica em relação à sua prática diária, tornar-se consciente acerca das transformações que surgem na língua, e adotar uma nova postura, frente ao respeito à variedade linguística de todo indivíduo.

1.2 Variações linguísticas

Queiroz (2004) assegura que a linguagem oral é peculiar do ser humano, sendo considerada insubstituível, em virtude de sua capacidade de integração do som com o pensamento de cada indivíduo, embora este consiga estabelecer comunicação de inúmeras formas.

Cabe ressaltar que o pai da linguística moderna, Ferdinand Saussure, já mencionava que o discurso oral era muito mais utilizado do que a escrita, sendo esta apenas um complemento da fala. A oralidade pode existir sem a escrita, mas a escrita não pode existir sem a oralidade. No entanto, mediante o desenvolvimento da escrita e da possibilidade de se poder registrar conhecimento, percebe-se que a linguagem oral tem sido levada ao esquecimento.

Diante desse contexto, evidencia-se um constante “luta” existente entre a oralidade e a escrita, onde se tenta mostrar qual deve ser mais valorizada, já que a oralidade é considerada mais útil, enquanto que a escrita possui a capacidade de armazenar conhecimento e possibilitar o estudo e ensino. Entretanto, deve-se compreender que cada uma delas possui seu valor e sua contribuição, portanto, ambas se complementam.

Nesse sentido, levando-se em consideração o preconceito linguístico, observa-se que a oralidade é um meio favorável para que sejam estudadas as variações linguísticas existentes, bem como seus diferentes usos em circunstâncias distintas. Assim sendo, surgem vários questionamentos acerca do trabalho docente, sobretudo no que diz respeito à sua postura frente às variedades linguísticas apresentadas em sala de aula e, com isto, considera-se um grande desafio ao professor, ao se deparar com uma inadequação do uso padrão da língua por um aluno, em sala de aula.

Assim, vale analisar como tem sido o repertório de alunos e professores, no que se refere às variações linguísticas, em um contexto marcado profundamente pela polêmica entre docentes brasileiros e linguistas, no que diz respeito à não utilização da regra padrão, sendo vista, por alguns, como “erros de português” ou deficiência do aluno, enquanto que, para outros, é tida como uma mera diferença entre a regra padrão e a variação existente (BORTONI-RICARDO, 2004).

De acordo com Queiroz (2004), existem inúmeras situações em que se utiliza a língua, seja numa conversa com um amigo, com personalidades, em público ou em particular, para dar uma entrevista, entre outras finalidades comunicativas, sendo que, para cada pessoa envolvida na conversação, exigirá discursos diferentes, e será o entendimento dessa variação linguística que irá permitir a compreensão de que não existe fala correta ou errada. Assim, o que seria, afinal, um erro linguístico? Scherre (2005) assevera que:

A história da humanidade revela que certo e errado são noções relativas. Todavia, no dia-a-dia, por razões diversas, convivemos com estas noções como se fossem valores absolutos, portadores de verdades inerentes e, até, imutáveis. Esse sentimento toma uma dimensão fora do comum quando se trata de questões que envolvem a linguagem. De forma geral, as pessoas creem que há uma língua estruturalmente mais certa do que outra, que há um dialeto mais certo do que outro ou que há uma variedade mais certa do que outra, e poucos percebem que as formas consideradas certas e/ou de prestígio são as que pertencem à língua, aos dialetos ou às variedades das pessoas ou grupos que detêm o poder econômico ou cultural (SCHERRE, 2005, p.15).

Corroborando com o pensamento de Scherre (2005), Bagno (2007) afirma que a língua pode ser vista através de dois pontos distintos. O primeiro é que, nas ciências, não existe erro na língua, caso ela seja entendida como um conjunto de sons e significados que permitem a comunicação entre seres humanos. Já o segundo, trata-se da noção de erro, que está associada a fenômenos culturais e também sociais, que diverge do que a linguística aborda.

Para tanto, o erro é visto como sendo uma invenção humana, de acordo com Bagno (2007), já que a noção de “certo” e “errado” se deu ao longo da história, através de “leis culturais”, dos conflitos sociais, da desigualdade econômica, etc.

Com isso, a variação linguística admite o entendimento de que o Brasil é um país plural e, no que diz respeito à língua, apresenta uma diversidade heterogênea de variação regional, o que reflete nos distintos dialetos que são peculiares de cada região. Portanto, a variação linguística jamais poderia ser vista como um “problema”, já que seria o “verdadeiro problema é considerar que existe uma língua perfeita, correta, bem acabada [...]” (BAGNO, 2007, p.37).

2 ESTRATÉGIAS PARA MINIMIZAR O PRECOCEITO LINGUÍSTICO

Portanto, cabe ao professor esclarecer para os alunos que essas diferenças devem ser mostradas a todos, de maneira clara e objetiva, quando se aborda o assunto língua, e explicar, a partir dessas observações, que o correto é usar conceitos como adequação e inadequação, dependendo, é claro, da situação comunicativa em que o falante / escritor está inserido, dessa forma, seria o mais correto e menos preconceituoso.

Marli Quadros Leite afirma o seguinte: “O preconceito decorre de incompatibilidades entre a pessoa e o ato que ela executa, ou, ao contrário, entre o ato e a pessoa, incluindo aí o discurso. Isso quer dizer, se tiver uma idéia favorável de uma pessoa, tudo o que ele fizer ou disser pode ser aceito, mesmo se o que disser ou fizer for errado, falso ou impreciso. Inversamente, se tiver uma ideia desfavorável sobre alguém, tudo o que ela disser ou fizer pode ser rejeitado, mesmo se disser verdades ou se comportar corretamente”.

Com tudo, é fundamental que todos os falantes saibam diferenciar ao falarem linguisticamente em certo / errado, atentem para as variações linguísticas e comecem a ter mais cuidado quanto ao uso desses referidos conceitos certo / errado, que, quando mal empregados podem ser interpretados como preconceito linguístico.

Levando em consideração esses aspectos, é necessário que o professor esteja preparado para receber todo tipo de aluno e desmistificar que quem “fala errado não sabe nada”; despertar nesse aluno o desejo e a vontade de comunicar-se e ser respeitado diante de outros alunos, mostrando que na verdade, o que muitos chamam de certo e/ou errado, nada mais é que as variações linguísticas e que elas assim como a cultura, religião, orientação sexual também deve ser respeitada e que ninguém deve abster-se em falar por medo de preconceito como vem acontecendo nas escolas, faculdades, locais de trabalhos. Cabe ao professor, então, trabalhar a língua não somente como um conjunto de regras, mas também de forma cultural.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade, evidencia-se que as questões relacionadas à linguagem encontram-se presentes na vida de cada indivíduo, bem como da coletividade. Nesta pesquisa, abordou-se como a linguagem é vista no ambiente escolar, e como os docentes lidam, na prática, como a variedade linguística apresentada pelo corpo discente, a fim de que seja combatido o preconceito linguístico em sala de aula.

O ambiente escolar é interativo e também contribui para a compreensão da existência da pluralidade da língua. Neste sentido, cabe ao professor tentar eliminar o preconceito linguístico, tão presente em salas de aula, adotando uma nova postura, mediante o conhecimento acerca da variedade linguística que cada indivíduo apresenta e deixando de exigir que todos os alunos adotem tão somente a norma padrão da linguagem, ao priorizar a escrita e deixando de lado a oralidade.

Além disso, cabe destacar a disseminação do preconceito linguístico através mídias sociais, cujo assunto deve ser abordado em sala de aula, a fim de se debater tais questões, com o intuito de esclarecer os alunos, evitando assim, que essa problemática se propague em sala de aula.

A pesquisa teve como propósito, apresentar e responder, diante do embasamento teórico, de

que maneira o professor pode minimizar o preconceito linguístico em sala de aula. Sugere-se, portanto, para que haja uma efetiva e contínua aprendizagem nesse processo de desconstrução do preconceito linguístico nas práticas de ensino, promovendo, nas salas de aulas, a abordagem de diferentes gêneros textuais, formais e informais, respeitando, assim, as diferenças linguísticas. Agindo assim, a escola cumprirá o seu devido papel, que é garantir a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o bem-estar da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 14^a. ed., 2002.

_____. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007, 238 p.

_____. *Não é errado falar assim: em defesa do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2009.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística nas sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 110.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

LAPERUTA-MARTINS, Maridelma. *Preconceito linguístico e sua conscientização: o papel da escola*. Textura, n.31, maio/ago, 2014.

QUEIROZ, Sônia. *Oralidade no ensino: sugestões de atividades*. Fale, UFMG, 2004.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 155.

_____. Educação Uol – *Erros e adequação de linguagem – Como evitar o preconceito linguístico?*
Disponível
<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/portugues/erros-e-adequacao-de-linguagem-como-evitar-o-preconceito-linguistico.htm>. Acesso em 10 de jun de 2023.

O USO DE METÁFORAS NA CONSTRUÇÃO DE RECURSOS ARGUMENTATIVOS EM DISCURSOS DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER PRESENTES EM PERFIS NO INSTAGRAM

NASCIMENTO, Anna Karen Soares
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
anna.karen@discente.ufma.br

ARANHA, Marize Barros Rocha
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
aranha.marize@ufma.br

RESUMO: Este plano de trabalho intitulado “O uso de metáforas na construção de recursos argumentativos em discursos de vítimas de violência contra a mulher presentes em perfis no Instagram” faz parte do projeto de pesquisa nomeado “Metáforas e Argumentação sob uma Perspectiva Cognitivo – Discursiva”. Esta pesquisa tem como objetivo estudar e analisar metáforas e expressões metafóricas presentes em argumentações produzidas em uma rede social, o Instagram. Desse modo, analisaremos essas metáforas como estratégias de persuadir o leitor e como elas podem ajudar na argumentação de um discurso. Neste parâmetro, as abordagens teóricas para o desenvolvimento desta pesquisa firmam-se na Teoria Linguística Cognitiva (TLC), especificamente nos postulados de Lakoff e Johnson (1980), que passam a compreender a metáfora como uma ligação entre pensamento e raciocínio, ligado à ideia que há projeções metafóricas no sistema conceptual humano.

PALAVRAS-CHAVES: *Linguística Cognitiva; Metáforas; Argumentação; Instagram*

1. Introdução:

Durante alguns anos houve diversos estudos sobre a concepção de metáfora e como ela se enquadra enquanto objeto textual. No entanto, sua importância ascendeu com o postulado da Teoria da Metáfora Conceptual de Lakoff e Johnson (1980, 2002) demonstrada na obra *Metaphors we live by*. Nesse postulado, os autores fornecem uma série de evidências do caráter rotineiro de metáforas e processos metafóricos, não usando apenas a linguagem, mas no pensamento e ação: “Nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual pensamos e agimos, é basicamente de natureza metafórica” (1980:3).

Desse modo, a metáfora passou a ser relacionada à noção de perspectiva, sendo uma ferramenta cognitiva que permite que o ser humano explique suas experiências, mesmo aquelas mais abstratas, possibilitando, assim, utilizar diferentes maneiras de compreender os pensamentos e experiências vividas. Entretanto, anteriormente, a metáfora era tratada como um adorno linguístico, um elemento aceito apenas em contexto textual, por conta disso, sendo ensinada tradicionalmente como uma figura de linguagem em sala de aula. Sendo assim, até então, a metáfora não era

considerada um campo suficiente de estudo para o nível da Linguística Cognitiva.

A expressão *linguística cognitiva* já circulava no cenário linguístico desde 1960, no entanto, não sabia do poder que se poderia almejar. Ainda assim o termo vingou e é nesse contexto que tem-se os estudos relacionados aos processos metafóricos, deixando de ser entendida apenas como textualidade e, assim, estabelecendo uma nova perspectiva de análise. Nesse sentido, Ferrari diz que:

A Linguística Cognitiva defende que a relação entre palavra e mundo é mediada pela cognição. Assim, o significado deixa de ser um reflexo direto do mundo, e passa a ser visto como uma construção cognitiva através da qual o mundo é apreendido e experienciado. (FERRARI, 2016, p. 14)

Sob essa perspectiva, a palavra orienta na construção do sentido e não apenas contém o significado. Com a designação dessa nova vertente, muitos estudiosos como George Lakoff, Ronald Langaker, Leonard Talmy, Charles Fillmore e Gilles Fauconnier passaram a dedicar-se a esse novo estudo. Esses autores concordavam, também, com a teoria gerativista, condensado na fórmula “a linguagem é o espelho da mente” (Chomsky, 1975), mas passaram a buscar um outro viés, investigando as relações entre forma e significado na teoria linguística.

Nesse sentido, a Linguística Cognitiva adota *uma perspectiva baseada no uso*, tendo como uma de suas principais hipóteses a ideia de que o contexto orienta a construção do significado. Em função disso, Lakoff retoma a proposta de Putnam (1981) com relação à razão humana, adotando o termo realismo experiencialista, que estabelece que dada a forma e configuração de nossos corpos e cérebros, estabelecemos necessariamente uma perspectiva particular entre outras, mas que são viáveis em relação ao mundo.

Em relação com a metáfora, essas abordagens representam o sentido da metáfora no nível sociocultural, em como ela pode ser compreendida em uma produção coletiva ou individual e que estabelece esclarecimento entre a ciência e o sentido da linguagem humana, podendo ser um elo entre argumentação e compreensão social. Segundo Amossy (2018), “a argumentação modela os modos de ver e de pensar por meio de processos que colocam em jogo tanto a imagem que os parceiros da troca têm um do outro quanto os pré-construídos culturais”. Já Perelman (1996) acredita que “(...) o orador deve levar em consideração crenças, valores, opiniões daqueles que o cercam.

Com isso, levando em consideração a importância da Linguística Cognitiva nos estudos argumentativos e analisando as teorias voltadas para o estudo das metáforas e

argumentação presente em textos, esta pesquisa verificou como os usuários do Instagram usam as expressões metafóricas, tendo como base a teoria proposta de Lakoff e Johnson, e explorando como as metáforas são importantes para a expressão de ideias, usada como recurso argumentativo e, por vezes, com o teor de persuasão, fazendo com que o caráter sociocultural seja incluído.

2. Justificativa:

Esta pesquisa fundamenta-se em demonstrar a importância dos estudos em Teoria da Metáfora Conceptual (TMC) sob o viés da Linguística Cognitiva, identificando as metáforas como um recurso cognitivo-argumentativo, sendo que essas metáforas constroem sentido mais diversificados nos discursos.

Como também, se justifica pela necessidade de mais oportunidades de leituras e discussões sobre a Teoria da Metáfora Conceptual, já que analisa a partir da interface cognição, linguagem e argumentação, trazendo um conhecimento nessas áreas e, também, incentivando a produção de trabalhos acadêmicos sobre argumentação e metáfora, para eventual publicação em periódicos e/ou como capítulos de livros.

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo dar continuidade ao estudo da metáfora, que durante anos vem mostrando suas interfaces cada vez mais relevantes para o conhecimento e, também, tornando-se alvo de teóricos e estudiosos, já que, por vezes, é um objeto utilizado na construção argumentativa do discurso.

3. Objetivos:

3.1. Objetivo Geral:

Analisar como as metáforas e expressões metafóricas presentes em perfis no Instagram são utilizadas como recurso argumentativo no discurso.

3.2. Objetivos Específicos:

- Identificar, em perfis no *Instagram*, os comentários de vítimas contra a mulher que possuem metáforas primárias.
- Destacar, dentre as metáforas identificadas nos comentários produzidos no *Instagram*, aquelas que dão suporte argumentativo aos comentários.
- Analisar, à luz da TMC, as expressões metafóricas encontradas no discurso, observando até que ponto elas ajudam na construção da argumentação no *Instagram*.

4. Metodologia:

Em caráter à pesquisa bibliográfica, este estudo foi desenvolvido a partir de

pesquisas feitas nos comentários de usuários do Instagram no ano de 2022, sempre procurando aqueles que se encaixam na Teoria da Metáfora Conceptual, sendo necessário analisar quem era o enunciador de tais discursos, para quem ele fala e se as estratégias argumentativas desse discurso funcionam como o esperado.

Para a realização deste estudo e materialização das análises, foram necessários desenvolver a revisão bibliográfica dos teóricos escolhidos para abase desta pesquisa, como também a leitura e discussão dos materiais selecionados via reuniões na plataforma Google Meet, visto que ainda é necessário o isolamento social devido ao contexto atual em que nos encontramos.

Ademais, foram realizadas pesquisas bibliográficas com materiais mais recentes, com a finalidade de explorar novas discussões sobre o estudo. Portanto, depois das pesquisas realizadas, foi feita a organização e digitalização do corpus de trabalho, produzindo novas análises, levando-as para reuniões para que houvesse debates sobre os estudos e, desse modo, iniciando este relatório final que refere-se ao plano de pesquisa atual.

Logo após de concluir o relatório final, começamos a elaboração de artigos para apresentação em congressos, seminários e outros eventos, e também para a publicação em livros e/ou periódicos. Contribuindo, assim, para o desenvolvimento de pesquisas no âmbito da Linguística Cognitiva e da Argumentação.

5. Resultados:

Analisamos e selecionamos alguns comentários de 2022 no *Instagram*, que se enquadram na Teoria da Metáfora Conceptual, observando sempre como essas metáforas possuem o caráter argumentativo expressado nos discursos, mesmo que em rede social.

POST 1



leofreeflyagressor Exatamente igual os amigos do meu agr&ssOr, defendem ele com unhas e dentes, passam a mão na cabeça, e eu sou a errada, culpada é motivo de chacota...



20sem 2 curtidas

Enviar Ver tradu...

A conta oficial no Instagram do “Contra a Violência Contra a Mulher”, página bem conhecida por publicar fotos e textos que incentivam o discurso de mulheres contra a violência, publicou um post sobre como a justiça inocenta homens ilegais, e que deveriam ser

presos. Durante essa postagem, é notório diversos comentários no qual a mulher expõe relatos de casos parecidos ocorridos dentro de casa, como o exemplo acima, nesse comentário, em específico, destacamos algumas expressões metafóricas como “defendem ele com unhas e dentes”. Sabemos que quando se trata de defender alguém, refere-se a uma proteção, com utensílios ou proteção verbal. No Comentário em questão, entende-se o termo “com unhas e dentes” como algo muito super protetor, algo a ser mantido em vigilância para que aquela pessoa possa se manter em segurança, percebe-se o quanto a defesa é importante para aquele que merece. Dentro das metáforas primárias, a expressão metafórica se enquadra dentro das proposições CAUSAS SÃO FORÇAS. A causa da família do agressor é defendê-lo de determinadas acusações, já a força está subentendida na defesa que conseguirão fazer para o proteger. Nesse sentido, entendemos que quando o interlocutor usou essa expressão foi referente a ideia de proteger uma pessoa de todas as maneiras possíveis, sendo, até mesmo, capaz de salvar uma vida.

Na expressão “passam a mão na cabeça”, pode passar a ideia de que os amigos do agressor estão o protegendo, fazendo com que seja inocentado. Sabemos que em algumas situações na qual a mulher precisa denunciar um agressor, a família e os amigos dizem que é mentira e que é impossível uma pessoa de boa índole ter feito algo pelo o que está sendo acusado, e a partir desta ideia podemos entender porquea usuaria do *Instagram* usou a expressão “passam a mão na cabeça” para explicar como defendem um agressor.

O Instagram foi uma rede social criada em 2010 e que até hoje consegue ter uma grande visibilidade de acessos por minutos, sendo utilizada por pessoas de diferentes idades. A conta oficial no Instagram do Contra a Violência Contra a Mulher é muito conhecida por ajudar mulheres que estão sofrendo algum tipo de violência e não sabem a quem recorrer, sendo, assim, um local de desabafo e interações diárias. Nesse sentido, Amossy (2018) diz que:

É apoiando-se um tópico (conjunto de lugares comuns) que o orador tenta fazer aderir seus interlocutores às teses que ele apresenta para anuência. Em outros termos, é sempre em um espaço de opiniões e de crenças coletivas que ele tenta resolver um diferendo, ou consolidar um ponto de vista. (AMOSSY. Pág 107)

Assim, percebe-se um espaço destinado para um diálogo com um público específico, usando as interações sociais como meio de ajuda para mulheres que estão sofrendo com problemas semelhantes.

POST 2:



camy.llaaaa pior é quando você expõe e as pessoas pensam "coitada, não superou o pé na bunda". Quem me dera fosse só um pé na bunda, e não uma mão que apertava meu braço, invalidação dos meus sentimentos, pressão psicológica, tratamento de silêncio, traição..



22sem



Fixado

6 curtidas

Enviar



Ainda na conta Contra a Violência Contra a Mulher, houve uma publicação em que abordava um assunto de que um agressor físico foi inocentado e sua defensora pública foi sua irmã, formada em advocacia. Por conta disso, houve comentários similares em relação a esse parecer judicial, um deles foi exemplificado acima. Nesse comentário, em específico, encontramos uma expressão metafórica como “coitada, não superou o pé na bunda”, assim, tem-se a ideia de que o verbo “superar” tem o aspecto de superação de algo ou alguém, já no comentário em questão,

entende-se por uma pessoa que não conseguiu superar o término de um relacionamento. A expressão metafórica, nesse caso, entende-se que se trata de uma expressão para o término de um relacionamento, o ouvinte entende que quando o interlocutor aceita está fazendo analogia a alguém que não consegue superar um fim de uma relação.

A força argumentativa é construída através do senso comum de entendimento da expressão “pé na bunda”. Amossy (2018) afirma que “[...] a doxa é, portanto, um espaço plausível, como o entende o senso comum[...]”, criando, assim, um diálogo com um público específico, no caso para mulheres em um relacionamento (a quem a página está relacionada), onde o interlocutor utilizou termos conhecidos para relatar as experiências vividas por ela.

POST 3:



slsarahlopes Perfeito o post. É assim mesmo que acontece. Quem consegue sair da relação fica com marcas profundas.



3sem

Responder

Enviar

Ver tradução

A conta no Instagram do Violência Contra A Mulher Nunca relata acontecimentos recorrentes de violência contra a mulher, na qual a vítima não sabe a quem recorrer e busca conselhos em mulheres com situações similares. Em uma publicação, essa conta exemplificou um cotidiano da vida de uma mulher que sofre um tipo de agressão e deu dicas de como essa mulher pode reverter a situação.

Durante essa publicação houve alguns comentários em que, nesse discurso em

específico, encontramos algumas expressões metafóricas como “quem conseguir sair da relação fica com marcas profundas”. Sabemos que “sair” é um objeto abstrato, não é realmente possível sair, ser retirado, da relação. No comentário em questão, entende-se sair como uma oportunidade de ir embora, ou até mesmo, se libertar de um relacionamento prejudicial. Nesse caso, a expressão se encaixa na metáfora primária ESTADOS SÃO LUGARES, caracterizando “sair” um estado de libertação, como um lugar a ser levado. Sendo assim, a necessidade da vítima é terminar uma relação mesmo que isso afete com “marcas profundas”.

Se tratando de uma página com enorme repercussão de ideias, o Violência Contra Mulher Nunca traz temas atuais para reflexão entre mulheres que enfrentam cotidiano de viver com a violências, por vezes em âmbito familiar. Visto dessa maneira, essa página tem o intuito de gerar questionamento e discussões nos comentários de cada publicação, fazendo com que isso ajude diversas mulheres que passam por problemas semelhantes, transformando o Instagram em palco de debates.

6. Conclusão

Conclui-se, de acordo com os resultados obtidos nesta pesquisa, que o aspecto funcional da metáfora é de suma importância para o meio das interações discursivas, principalmente na mídia social, como foi realizado o estudo desta pesquisa. Ademais, analisamos que a maneira como observamos o mundo e formamos nosso diálogo com o próximo, é de uma forma extremamente metafórica.

Também é possível identificar o caráter social das expressões metafóricas por meio das influências e experiências vividas por cada ser humano, sempre dando sentido a utilização das metáforas. Firmada na Teoria da Metáfora Conceptual, é perceptível que a construção dessas expressões, por vezes, implica no sentido cognitivo e, só assim, é possível a compreensão desses termos.

Como visto anteriormente, durante esta pesquisa foi possível verificar o uso das metáforas primárias, principalmente sua construção dentro das mídias sociais, incluindo o conhecimento do mundo externo que o enunciador possui, construindo novas ideias e dialogando com outros interlocutores, como foi o caso dos comentários em publicações no Instagram, sendo possível analisar variados discursos. Além disso, a questão de persuasão e

argumentação discursiva funcionam como um conjunto, com a finalidade de conseguir atingir determinado auditório, podendo fomentar e construir ideias.

Assim, a argumentação pode explorar uma dimensão de ideias na formação de um discurso e em como ele pode funcionar de diferentes formas, como uma forma mais direta na qual esteja estabelecido uma relação entre interlocutor e plateia. Nesse sentido, em sua teoria da argumentação, Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca colocam como constitutiva a relação entre orador e auditório: “Evidentemente, como a argumentação visa a obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar” (1970:21). Com isso, fica evidente a importância decisiva da recepção na troca argumentativa.

Por conseguinte, esta pesquisa nos proporcionou uma análise mais interpretativa sobre o mundo da metáfora e da Linguística Cognitiva, observando sua vertente enquanto figura de linguagem quanto como figura de pensamento, sendo possível evidenciar diversas maneiras de interpretação e novas ideias diárias

7. Referências:

AMOSSY, Ruth. *A Argumentação no Discurso*. Coord. de tradução: Eduardo LopesPiris e Moisés Olímpio-Ferreira; tradução de Ângela M. S. Corrêa... [et al]. – São Paulo: Contexto, 2018.

CHOMSKY, N. Reflections on language and mind. New York: Pantheon, 1975. FERRARI, Lilian. *Introdução à Linguística Cognitiva*. 1. Ed., - São Paulo: Contexto, 2016. LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago. 1980.

——— *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999.

OLBRECHTS-TYTECA. Lucie. **Traité de l’argumentation. La nouvelle rhétorique**. Bruxelles: Éditions l’Université de Bruxelles, 1970 [1. ed. 1958].

PERELMAN, Chaim. **L’Empire rhétorique**. Paris: Vrin, 1997

TRANSPOSIÇÃO E CONVERGÊNCIA MIDIÁTICA: O CASO DO EPISÓDIO *A VIÚVA*, DO PROGRAMA TELEVISIVO *LINHA DIRETA*

Ozeias Evangelista de OLIVEIRA JUNIOR;
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
ozeias.junior@discente.ufma.br

Maria da Graça dos Santos FARIA
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
faria.maria@ufma.br

RESUMO: Partindo do conceito de Convergência Midiática que, em essência, busca a adaptação de um dado conteúdo para cada mídia existente, entendemos que este fenômeno ocorre numa relação entre textos, ou seja, faz-se uso dos processos intertextuais, em especial, a transposição, orientando a argumentatividade. Este trabalho tem como objetivo principal analisar a contribuição da Intertextualidade como estratégia argumentativa em textos digitais, neste caso, no episódio *A Viúva*, do programa televisivo *Linha Direta*. Para este propósito, fundamentamo-nos nos estudos sobre a Convergência Midiática (JENKINS, 2009) e Intertextualidades estritas e amplas (CARVALHO, 2018). Os resultados apontam a estreita ligação entre transposição e convergência midiática.

PALAVRAS-CHAVE: *Convergência Midiática; Transposição; Argumentação.*

Introdução

Compreendemos a linguagem como um ato social, cognitivo e interacional que é construído por sujeitos nos mais diversos espaços da sociedade que ocupam. A prática social comunicativa compõe o meio pelo qual estes sujeitos agem sobre os espaços e seus interlocutores, formando nossa realidade. Este trabalho situa-se dentro da Linguística Textual, doravante LT, que toma linguagem como diversa, histórica e construída pela sociedade, assim é importante ressaltar que compreendemos texto como “um enunciado que acontece como evento singular, compondo uma unidade de comunicação e de sentido em contexto, expressa por uma combinação de sistemas semióticos” (CAVALCANTE et al., 2019, p. 02).

Da revolução tecnológica, emerge a evolução da internet que possibilitou o surgimento e o desenvolvimento de novas mídias digitais, onde os usuários escolhem o que querem consumir em meio a uma variedade de conteúdos. Esse processo faz com que inevitavelmente ocorra a integração de diversas mídias (TV, streaming, podcasts, redes sociais, sites, etc.) e de todo o poder de interação que elas possuem. É dentro deste contexto que Jenkins (2009) define o que pode ser considerado Convergência Midiática:

Por convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. (JENKINS, 2009, p. 29)

Entendemos que nesse processo de integração das mídias, em que determinado conteúdo perpassa para diversas plataformas, ocorre uma relação entre textos, ou seja, faz-se uso dos processos intertextuais para estabelecer ligações entre os textos, processos estes com função argumentativa, posto que constroi sentido(s). Apoiamo-nos nos estudos de Carvalho (2018) para analisar os processos intertextuais, visto que a autora confere ao fenômeno dos processos intertextuais uma visão mais ampla, uma vez que considera ocorrências intertextuais em que podemos recuperar o texto-fonte e aquelas em que se tem uma relação mais difusa.

Tomamos como corpus, para esta pesquisa, o episódio *A Viúva*, do programa televisivo *Linha Direta*, da Rede Globo, apresentado pelo jornalista Pedro Bial. A análise dos dados é realizada em quatro capturas de telas das plataformas Globoplay, Instagram, Spotify e Telegram. A metodologia classifica-se de forma qualitativa, com caráter explicativo e descritivo. Quanto ao método utilizado, trata-se do indutivo, pois partimos de dados particulares para chegarmos a conclusões gerais.

Para além desta parte introdutória, o trabalho segue esta ordem: primeiramente, tratamos da concepção sobre Convergência Midiática, com base no livro *Cultura da Convergência* (JENKINS, 2009). Em seguida, abordamos os estudos sobre intertextualidades estritas e amplas, com base em Carvalho (2018), buscando demonstrar a importância do processo intertextual na construção argumentativa nos textos analisados. Por último a análise dos dados e as considerações finais.

1. Convergência Midiática

No Livro *Cultura da Convergência* (2009), Jenkins propõe o conceito de Convergência Midiática, mesmo em uma época onde a Internet ainda não havia alcançado uma proporção como hoje. Este conceito focaliza-se na transmissão de conteúdo multiplataforma; na cooperação entre os múltiplos mercados em que tal produto vai circular; no comportamento do público em cada mídia, e sua interação com os conteúdos.

Para Jenkins (2009) o que se cria, em essência, é uma cultura de convergência referente a uma cultura participativa, cuja interação e integração são os princípios norteadores. Isto é, não se restringe apenas a uma transposição/adaptação de conteúdo ao meio em que a mensagem é transmitida, como por exemplo, a linguagem da TV para a Internet e nem a aparelhos eletrônicos desenvolvidos depois da revolução tecnológica. A convergência acontece por meio das pessoas e das interações sociais que elas estabelecem entre si.

Em outras palavras, para a Convergência Midiática acontecer, ela necessita da interação do consumidor, do público, da população, a quem pretende persuadir, pois “a circulação de conteúdos, por meio de diferentes sistemas midiáticos, sistemas administrativos de mídias concorrentes e

fronteiras nacionais, depende fortemente da participação ativa dos consumidores [...] a convergência representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações” (JENKINS, 2009, p. 29-30).

A Convergência Midiática não se resume à proposta de multiplataforma, ela atua diretamente no cérebro de quem consome esse fluxo midiático, interferindo diretamente nas interações sociais, pois o excesso de informação sobre determinado assunto acaba incentivando os consumidores a comentarem sobre esses produtos em redes sociais, gerando assim engajamento no meio digital:

(...) convergência ocorre dentro dos cérebros de consumidores individuais e em suas interações sociais com consumidores individuais e em suas interações sociais com outros. Cada um de nós constrói a própria mitologia pessoal, a partir de pedaços e fragmentos de informações extraídos do fluxo midiático e transformados em recursos através dos quais compreendemos nossa vida cotidiana. Por haver mais informações sobre determinado assunto do que alguém possa guardar na cabeça, há um incentivo extra para que conversemos entre nós sobre a mídia que consumimos. Essas conversas geram um burburinho cada vez mais valorizado pelo mercado das mídias. (JENKINS, 2009, p. 30).

2. A Estratégia Argumentativa Da Intertextualidade

Partimos do pressuposto de que todo texto é argumentativo, isto significa que o locutor aciona e organiza determinadas estratégias em suas práticas discursivas, buscando influenciar o outro. Compartilhamos, desta forma, da versão ampliada de argumentação preconizada em Amossy (2011), para quem a argumentação é constitutiva de todo discurso. Aqui defendemos que todo texto passa a ser entendido não apenas como uma tentativa de levar um auditório à adesão de uma tese, mas também “como uma tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário” (AMOSSY, 2011, p. 130).

Dentre os recursos da linguagem, a intertextualidade é um fenômeno textual/discursivo a partir do qual se (re)constrói sentidos. É um recurso que confere criatividade e força argumentativa. As intertextualidades podem se estabelecer por remissões do léxico, estruturas fonológicas, estruturas sintáticas, gênero, estilo e temática.

Adotamos como referencial teórico para intertextualidades, em consonância com o grupo PROTEXTO, os estudos de Carvalho (2018), que conferem ao fenômeno da intertextualidade uma visão mais ampla, uma vez que considera, as ocorrências intertextuais estritas em que se pode recuperar o texto-fonte e aquelas em que existe uma relação intertextual ampla “em que o diálogo se dá não entre textos específicos, mas entre um texto e um conjunto de textos” (CAVALCANTE et al., 2020, p. 105). Em seguida apresentamos a classificação das intertextualidades estritas e amplas (CARVALHO, 2018).

Figura 1: Classificação das Intertextualidades Estritas e Amplas



Fonte: Carvalho (2018)

Nas intertextualidades estritas, ocorrem as relações de copresença que ocorrem por meio da citação literal (com ou sem referência), evidenciando essa relação intertextual, já que resgata o intertexto em sua versão original ao novo texto. Há também a alusão estrita, que é uma menção indireta, relação intertextual em que o locutor deixa pistas para que seu interlocutor resgate o sentido pretendido do texto, pois há insinuações ao texto-fonte no novo texto. Há ainda o parafraseamento de conteúdos, que ocorre quando o novo texto reformula o intertexto, sem com isso se desviar do conteúdo deste.

Dentro das derivações, Carvalho (2018) coloca a paródia como responsável por reformular a forma e/ou conteúdo do texto em uso como um modo de produzir humor nesse novo texto. A autora insere nas derivações o fenômeno da transposição que opera a reformulação de todos os traços de um texto-fonte para outro texto, porém sem levar em conta o “traço humorístico” que está presente na paródia. Além desses dois casos, há a metatextualidade, definida pela relação de um texto que comenta/critica/avalia um outro texto, que é tomada como recorrente nas interações que ocorrem no ambiente digital on-line.

Os processos intertextuais amplos, são aqueles em que um texto não cria um diálogo com um texto específico, mas sim com um conjunto de textos, sendo que nem sempre o interlocutor reconhecerá essas relações de intertextualidade ampla (CARVALHO, 2018), existem três situações que podem ou não ser reconhecidas pelo interlocutor: imitação de parâmetros de gênero, imitação de estilo de autor e alusão ampla.

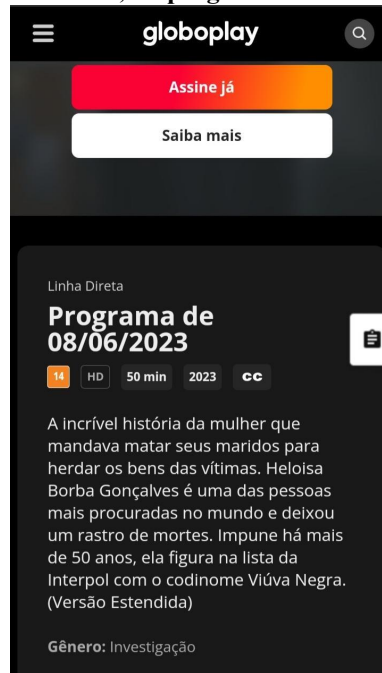
Para análise dos dados, destacaremos o processo intertextual da transposição que se destaca no ambiente digital. A transposição no ambiente digital diz respeito às adaptações no sistema semiótico do texto-fonte, sem alteração de sentido no conteúdo original. No ambiente digital, essa adaptação se realiza pelos movimentos de compartilhamento nas mídias digitais, ou seja, ocorre uma mudança de espaço interno ou externo no ambiente digital. Compreendemos, assim, que a mudança de ecossistema provoca uma transposição, ou seja, a transformação/adaptação de um texto em outro, preservando a integridade de sentido do texto-fonte.

3. Análise e discussão de dados

O programa Linha Direta, exibido originalmente na TV aberta, dedica-se a encontrar criminosos foragidos em casos de alta repercussão no Brasil. Atualmente é exibido na televisão, às quintas-feiras e em plataformas digitais. Neste trabalho, nos restringimos a analisar, o episódio *A Viúva*, que revisita uma série de crimes cometidos por Heloísa Borba Gonçalves, a Viúva Negra, contra seus companheiros. Os textos aqui analisados emergem do ambiente digital, próprio da

convergência midiática em que analisaremos o uso da transposição na construção de sentidos. Como pode ser observado a seguir:

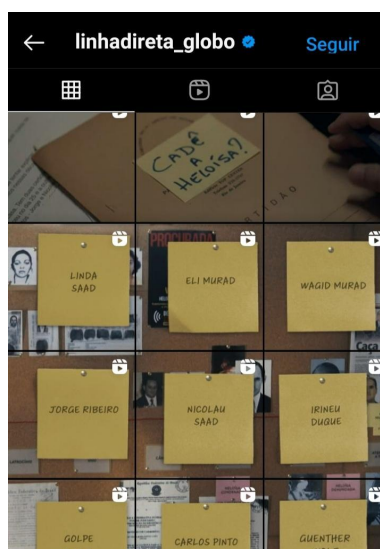
Figura 2: Episódio A Viúva, do programa Linha Direta, no Globoplay



Fonte: Globoplay

Na figura 2, temos a adaptação do conteúdo exibido na TV aberta que foi disponibilizado na plataforma de streaming de sua emissora, o Globoplay. Temos claramente a utilização do processo intertextual de Transposição, que, para Carvalho (2018), ocorre quando um texto inteiro deriva de outro, alterando sua forma e preservando o conteúdo. Quando este programa é transposto para o streaming, ele preserva todo o conteúdo original que é transmitido, porém, adicionando um conteúdo extra ao consumidor. Observa-se a utilização de uma pequena descrição, reforçando as informações da Viúva Negra e mantêm-se a orientação argumentativa do programa, que é mostrar a Viúva como uma criminosa perigosa.

Figura 3: Montagem de publicações sobre o caso A Viúva, no Instagram do Linha Direta



Fonte: Instagram



Figura 4: Reels publicado no Instagram do Linha Direta, sobre o caso A Viúva.

Fonte: Instagram

Na figura 3 e 4, temos publicações do programa Linha Direta na rede social Instagram. Novamente temos o processo intertextual de transposição, por realizar a adaptação do programa televisivo para este novo espaço, no caso, o Instagram. Na figura 3, o perfil do programa realiza uma série de postagens, com o objetivo de se formar imagens da mulher e o nome de suas vítimas. Na figura 4, temos uma publicação em formato de vídeo, em preto e branco, reforçando a ideia de sombrio, de mortes e da orientação argumentativa do programa

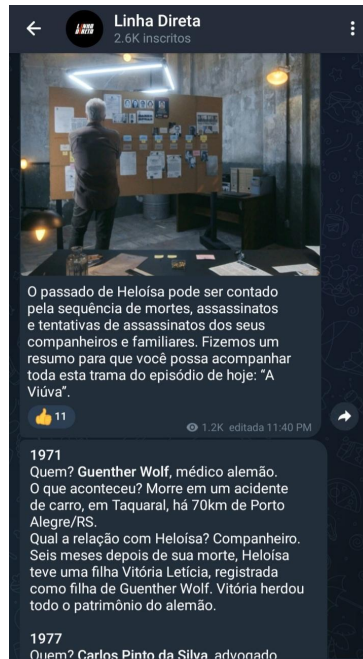
Figura 5: Episódio de A Viúva em formato de podcast



Fonte: Spotify

Na figura 4, temos o podcast do programa Linha Direta disponibilizado no Spotify. Nesse caso, o processo intertextual de transposição foi evocado para fazer a transformação de um programa originalmente em formato audiovisual para um formato somente em áudio, com adaptações na linguagem e utilização de efeitos sonoros e que pode ser compartilhado para outras redes sociais.

Figura 5: O caso A Viúva, no Telegram.



Fonte: Telegram

Na figura 5, temos as mensagens enviadas no perfil oficial do programa na rede social Telegram, sobre o caso A Viúva. Temos novamente o uso do processo intertextual de transposição, visto que, tem-se uma adaptação do conteúdo original do programa. Nas mensagens são apresentados detalhes dos crimes e se faz uma linha cronológica dos crimes, com vários detalhes de pesquisa da produção, bem como, da investigação policial. Percebemos, que as mensagens sempre se encaminham para reforçar a figura da Viúva como uma criminosa perigosa.

Por fim, entendemos que o programa Linha Direta ao adaptar seu programa para o Instagram, Telegram, Globoplay e Spotify não busca somente a integração midiática do programa, busca também alcançar públicos diferentes. Compreendemos a intertextualidade como uma estratégia textual que é mobilizada para construir sentidos, partindo de uma motivação argumentativa do locutor (TV Globo) como ocorreu nos textos analisados aqui. O processo intertextual de transposição presente nestes exemplos adapta o conteúdo às especificidades de cada plataforma, mantendo sua orientação argumentativa.

4. Considerações finais

Este trabalho é resultado de um recorte da pesquisa de iniciação científica desenvolvida durante 2022-2023, situada no campo teórico e metodológico da Linguística Textual, que entende

texto como evento único e irrepetível (CAVALCANTE et al., 2019), acontecendo de uma forma nova, a cada vez, em uma situação comunicativa particular. Partiu-se das considerações sobre Convergência Midiática (JENKINS, 2009) e sobre intertextualidades estritas e amplas (CARVALHO, 2018), a fim de analisar os processos intertextuais dentro do fenômeno da Convergência Midiática.

O programa Linha Direta ao adaptar seu conteúdo para diversas mídias, atrai tanto novos públicos quanto fãs dedicados, que desfrutam de interpretações mais profundas e descobrem conexões com outros usuários. Durante a análise dos dados, observamos as adaptações do programa Linha Direta em diversas mídias digitais, evocando assim o processo intertextual de transposição. entendemos que a intertextualidade é uma estratégia textual que é mobilizada para construir sentidos, partindo de uma motivação argumentativa do locutor, reforçando o argumento de que o programa é interativo e relevante para a sociedade auxiliar na busca de criminosos foragidos e perigosos.

Referências

- AMOSSY, Ruth. **Argumentação e análise do discurso**: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. EID&A Ilhéus p. 129-144. 2011.
- CARVALHO, Ana Paula Lima de. **Sobre intertextualidades estritas e amplas**. 2018. 136f. – Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2018.
- CAVALCANTE; Mônica Magalhães et al. **Linguística Textual e Argumentação**. 1.ed. Campinas: Pontes, 2020.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; CORTEZ, Suzana Leite; PINTO, Rosalice Botelho Wakim Souza; PINHEIRO, Clemílton Lopes. O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para análise. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória (ES), v. 13, n. 25, p. 25-39, 2019.
- JENKINS, H. **Cultura da Convergência**. São Paulo, Editora Aleph, 2009.

UM ARQUIVO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO

Vanessa ARAÚJO;
Universidade Federal do Maranhão
vanessa.araujo@discente.ufma.br

Mônica CRUZ
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Tendo em vista que, para Michel Foucault (1995), nomear não significa apenas se referir à realidade, mas criar, dar existência ao mundo, objetivamos, aqui, analisar diferentes denominações dadas à pessoa autista em um arquivo sobre o autismo, onde podem ser observados enunciados como: “portadores do transtorno do espectro autista” e “pessoas com autismo”. Com uma pesquisa documental, revemos o arquivo (FOUCAULT, 1972) do TEA mediante um grupo de textos que abrange nomes dados ao autismo e à pessoa autista, desde 1908 até os dias atuais, tangenciando conceitos primordiais para este enfoque de análise — discurso, enunciado e arquivo. Para isso, recorreremos a pesquisas como a de Santos (2022), Lopes (2020), Mello (2021) e Schmidt (2012).

Palavras-chave: *Discurso; Arquivo; TEA; Michel Foucault.*

Introdução

A partir da observação do discurso utilizado para nomear a pessoa autista em documentos médicos como laudos, requisições ou relatórios — com fins de especificar algumas características desse sujeito, identificando-o como “portador do transtorno do espectro autista”, “pessoa com autismo”, entre outros —, pergunta-se: de que forma o discurso médico contribui para a construção da pessoa autista?

Usamos como fio condutor o método arqueológico, de Michel Foucault — especialmente, explicitado em sua obra *A arqueologia do Saber* (1972), segundo o qual os enunciados, quando devidamente analisados, ecoam relações de sentidos que comandam uma sociedade em certa época. Serão mobilizadas também obras referenciais sobre a temática do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) em diversas publicações. Dentre os aspectos relevantes para a realização de uma Análise Arqueológica do Discurso (AAD), abordaremos os conceitos de discurso; sujeito, enunciado e arquivo. Dessa forma, corroborando com Melo (2019), os resultados dessa escavação farão emergir, em diferentes níveis de profundidade, os enunciados que se revelam ao longo desta pesquisa.

Como objetivo geral, o percurso deste estudo visa analisar a construção do sujeito autista em discursos de profissionais da saúde. Além disso, de forma mais específica, buscamos: 1) identificar enunciados referentes à “pessoa autista”; e 2) descrevê-los a partir do método arqueológico.

1. Uma Análise arqueológica do Discurso

Conforme apresenta Foucault (1972, p. 134-135), o enunciado é a “modalidade de existência” própria aos conjuntos de signos “efetivamente produzidos” por meio de uma língua (natural ou artificial). Essa modalidade é o que lhes possibilita ser “algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado por um ser humano”. É, ainda, o que lhes permite “estar em relação com um domínio de

objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado [...] de uma materialidade repetível.” Além disso, o autor acrescenta que o enunciado pertence a uma formação discursiva “como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo” (*Ibidem*, p. 146).

Nesse sentido, o enunciado possui uma função que incide sobre conjuntos de signos, a qual “não se identifica nem com a ‘aceitabilidade’ gramatical, nem com a correção lógica, e que requer, para se exercer” (FOUCAULT, 1972, p. 144): um referencial – um princípio de diferenciação; um sujeito – uma posição que pode ser ocupada, sob certas condições, por indivíduos indiferentes; um campo associado – um domínio de coexistência para outros enunciados; e uma materialidade – um status, regras de transcrição, possibilidades de uso ou de reutilização.

Corroborando com a afirmativa de que o enunciado prescreve “uma posição definida a qualquer sujeito possível”, Foucault (1972, p. 119) deixa claro que o sujeito do enunciado não é necessariamente idêntico ao autor da formulação, “nem substancialmente, nem funcionalmente”, sendo, na verdade, um “lugar determinado e vazio” a ser ocupado efetivamente por indivíduos diferentes, “uma dimensão que caracteriza toda formulação enquanto enunciado”.

No que concerne ao discurso, Foucault (*Ibidem*, p. 146-147) explica que esse elemento consiste em “um conjunto de enunciados, na medida em que provêm da mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e de que poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) o aparecimento ou a utilização na história”. Nesse sentido, o discurso “[...] é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência.”

Discurso e enunciado se encontram nas formações discursivas, as quais, conforme Fernandes (2008), constituem-se pelo entrecruzamento de diferentes discursos e formações ideológicas advindas de momentos históricos vários, além de diversos lugares sociais ocupados pelos sujeitos. Desse modo, uma formação discursiva apresenta aspectos de outras formações discursivas — que podem ir de encontro com essa ou, até mesmo, refutá-la.

Enunciado e discurso estão inseridos no arquivo, o qual, segundo palavras de Foucault (1972, p. 161), não diz respeito a um conjunto formado por todos os textos “que uma cultura guardou perante si como documentos de seu próprio passado”, mas refere-se à lei “do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares.” Dessa forma, o arquivo é entendido como o que define o “sistema de enunciabilidade”, o “sistema de funcionamento” do “enunciado-acontecimento”, sendo que “[ele] diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria.” Em síntese, o arquivo permite entender, por meio de práticas discursivas, a dinâmica do poder que rege os sujeitos em um momento histórico, suas regras de interdição e de liberdade.

O autor esclarece, ainda, que o arquivo “[...] define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação.” Nessa perspectiva, ele não tem “o peso da tradição; não constitui a biblioteca sem tempo nem lugar de todas as bibliotecas; mas não é, tampouco, o esquecimento acolhedor que abre a qualquer palavra nova o campo de exercício de sua liberdade;” na realidade, “entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e ao mesmo tempo se modificarem regularmente. É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados.” (FOUCAULT, 1972, p. 162).

Vale ressaltar, ainda, considerando as esclarecimentos feitos até aqui, que, quando se trata do método arqueológico: “não [se] incita à busca de nenhum começo; não [se] associa a análise a nenhuma exploração ou sondagem geológica [...]”, ao invés disso, realizamos “uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte.” Assim, com base na arqueologia foucaultiana,

os discursos são descritos “como práticas especificadas no elemento do arquivo.” (FOUCAULT, 1972, p. 163).

2. Breve retomada das concepções e práticas discursivas sobre “deficiência”

Corroborando com Silva e Serafim (2005), ao apontarem Foucault²², enfatizamos que o discurso — neste caso, sobre deficiências — constitui-se enquanto uma “série descontínua de acontecimentos aos quais o exercício do poder está atrelado; desse modo, o autor entretece poder e discurso”. Tal discurso, como já mencionamos, apresenta-se como um sistema de dispersão e de regularidades)” onde são estabelecidas “relações de forças que não são exercidas em um único lugar ou por um único sujeito, – como o Estado, por exemplo –, mas são forças que se fazem presentes nas várias instâncias da vida quotidiana”. Desse modo, o acontecimento discursivo também é político, tendo as práticas discursivas um “importante papel na constituição de identidades culturais, sociais e pessoais²³”.

Nessa análise arqueológica do discurso referente ao autismo, emergem acontecimentos discursivos de distintos momentos históricos. Ao apontarmos os levantamos de estudiosos (SILVA; 1987; ALBUQUERQUE; 2009) sobre as diferentes concepções a respeito das pessoas com deficiência, podem ser identificados “os efeitos de um investimento cultural e político marcado pelos discursos e práticas da medicina, vocacionado a negligenciar as condições sociais mais amplas da vivência e a privilegiar os discursos de profissionais em detrimento da reflexividade das pessoas com deficiência.” (MARTINS, 2015, p. 266). Citando Butler (1993), o autor afirma, ainda, que somos colocados diante do “caráter incontornável da construção enquanto um ‘constrangimento constitutivo’, sugerindo que os corpos só existem dentro de esquemas [ideais] regulatórios que engendram a circunscrição da inteligibilidade cultural” (*Ibidem*, p. 266).

Ao longo dos tempos, houve diferentes percepções sociais acerca das pessoas com alguma deficiência — incluindo extermínios e endeusamentos. Com a expansão do Cristianismo, conforme Silva (1987), a deficiência passa a ser vista com ares de caridade, sendo acolhida, por um lado, mas rejeitada, por outro. Inevitavelmente, esse olhar é acompanhado de uma esperança de cura e livramento, havendo uma crença de impossibilidade de vida plena quando se pensa em “deficiência” — entendida como doença.

Na Idade Moderna, juntamente com o Renascimento, surge uma “atitude mais humanitária nas relações sociais, principalmente devido ao avanço da ciência e das práticas filosóficas, onde se começa a pensar na questão da deficiência física e na necessidade de reabilitação dessa população.” Na Idade Contemporânea, quando ocorre a Revolução Industrial, há um “considerável aumento no número de pessoas com deficiência: em razão do trabalho nas indústrias e da operação de maquinários em condições precárias, a deficiência passa a ser uma realidade mais sensível a qualquer pessoa”, sendo, anteriormente, “considerada um ‘infortúnio’ do nascimento”. E, ainda, com a Primeira Guerra Mundial, cresce exponencialmente “o número de pessoas com deficiência, agora fruto das batalhas e armas.” (BRASIL, 2018, p. 16).

Infelizmente, quando ocorre a Segunda Guerra Mundial (ALBUQUERQUE, 2008), juntamente com a difusão dos preconceitos defendidos pelos nazistas, há o “extermínio de cerca de 100 mil pessoas com doenças ou com algum tipo de deficiência, consideradas impuras pela filosofia hitleriana.”²⁴ Assim, somente com o final da Guerra, “a concepção de *deficiência como uma doença começa a ser modificada*.” Muito contribuíram para isso “a Declaração Universal dos Direitos Humanos e as Convenções e Tratados Internacionais firmados no pós-guerra”, com a mudança do “paradigma de integração – quando se dava a oportunidade a estas pessoas de participarem do meio social [...]”, levando-se em consideração o “princípio de que são capazes da construção coletiva e da construção individual, libertando-as do estigma da incapacidade e da invalidez.” (BRASIL, 2018, p.

²² (1969; 1978).

²³ (FOUCAULT, 1969; 1978 *apud* SILVA, 2005, p. 166).

²⁴ (BRASIL, 2018, p. 16).

16-17).

Considerando essa retomada às concepções humanas sobre as deficiências, observamos que o arquivo do autismo continua se transformando, e o TEA passa a ser considerado uma deficiência²⁵, no arquivo legislativo, com a lei federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Essa lei instituiu uma “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista” e estabeleceu “diretrizes para sua consecução” — no seu Art. 1º, § 1º, apresentam-se as características mormente presentes no TEA²⁶.

Conforme essa lei, ainda em seu Art. 1º, § 3º, “os estabelecimentos públicos e privados²⁷ [...]” podem “valer-se da fita quebra-cabeça, símbolo mundial da conscientização do transtorno do espectro autista, para identificar a prioridade devida às pessoas com transtorno do espectro autista.”. Conforme seu Art. 3º-A, por tratar-se de uma “deficiência invisível”, cria-se a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), “com vistas a garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social.”

De acordo com o supramencionado, em seguida, serão pontuadas algumas das questões que envolveram a trajetória das pesquisas em torno do TEA, para que, assim, além de conhecermos elementos fundamentais para diferentes perspectivas sobre o autismo, possamos também realizar a análise proposta inicialmente.

3. Transtorno²⁸ do Espectro do Autismo - TEA

No início do século XX, em 1908, Paul Eugen Bleuler (1857-1939), médico suíço, utiliza a palavra “autismo” para descrever comportamentos de um paciente esquizofrênico, considerando a origem da palavra — do grego *autós*, que significa “de si mesmo”. Passadas algumas décadas, já em 1943, “o psiquiatra Leo Kanner publica a obra *Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo*”, onde “descreve o comportamento de 11 crianças que ele denominou como autistas e fala em autismo infantil precoce” (BRASIL, 2018, p. 17).

A autora Santos (2022), ao realizar uma série de considerações sobre os primeiros diagnósticos do autismo, menciona Leo Kanner (1894-1981) como o pai do autismo: “À época, Leo Kanner diagnosticou meninas e meninos com o autismo que, mais tarde, ficou conhecido por autismo clássico, e Hans Asperger diagnosticou apenas meninos com o autismo, que o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV) [1994]”, além da “Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10) reconheceram como

²⁵ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.html.

²⁶ “[...] é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II: I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.” (BRASIL, 2012).

²⁷ Referidos na Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, a qual dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica — pessoas com deficiência, idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo e obesos — e dá outras providências. Informações disponíveis em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.html.

²⁸ Ao pesquisarmos em glossários médicos — a exemplo do *Etimologia e Abreviaturas de Termos Médicos* (POZZOBON, 2011) —, não encontramos nenhuma definição para termos como “síndrome”, “condição”, “distúrbio” ou “transtorno”, “psicopatologia”, geralmente utilizados para classificações de diagnósticos relacionados à saúde mental. Igualmente, ao realizamos consulta ao *Manual Clínico dos Transtornos Psicológicos* (BARLOW, 2016), percebemos que tais termos são utilizados para “nomear”, mas não são conceituados isoladamente. Desse modo, no tópico de análises, apresentaremos algumas das definições encontradas sobre eles com base em dicionários comuns.

síndrome de Asperger.” (SHEFFER, 2018; 2019 *apud* SANTOS, 2022, p. 2).

É interessante mencionar os esclarecimentos feitos pela autora sobre os estudos de Asperger e Kanner, inicialmente, identificados como relativos a duas condições diferentes e, após as contribuições e análises de outros estudiosos da época — como as psiquiatras Wing e Gould —, entendidos como continuidades de uma mesma condição, a qual se caracteriza, essencialmente, como um “espectro” — em Física, “um conjunto dos raios coloridos resultantes da decomposição de uma luz complexa”²⁹ — e, por isso, havendo, posteriormente, a denominação de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Assim, a autora explica que: “Embora existam indicações de que Kanner conhecia o trabalho de Asperger, Kanner acabou sendo apontado como o primeiro cientista a diagnosticar o autismo.” Isso porque, “até então, o autismo era uma condição confundida com esquizofrenia ou deficiência intelectual”, desde o momento em que Bleuler utilizou o termo, em 1908, para se referir a características de seus pacientes diagnosticados com esquizofrenia.

Santos (2022, p. 2) acrescenta ainda que, “embora a maioria das pessoas com autismo tenham [sic] deficiência intelectual, essa característica não é bastante para o diagnóstico de autismo.” Corroborando com as afirmações da autora, em 1944, “o psiquiatra Hans Asperger escreve o artigo *A Psicopatia Autista na Infância*, publicado em Alemão e, por isso, somente reconhecido na década de 1980. O autismo descrito foi denominado como Síndrome de Asperger.” Também consequência dos estudos elencados, em 1952, foi publicada a primeira edição do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais* com características autísticas identificadas como “sintomas de esquizofrenia infantil” (BRASIL, 2018, p. 17).

Já na década de 1960, os estudos psicanalíticos ganham mais força (BRASIL, 2018; LOPES, 2020) e começam a se enraizar teorias que culpabilizavam as mães pela condição das crianças autistas. Lopes (2020, p. 511) elucida que “o termo ‘mãe-geladeira’ surgiu em 1949, tendo como inspiração um artigo de Leo Kanner em que ele dedicou maior ênfase nas relações familiares de seus pacientes – relações por ele compreendidas como pouco afetuosas”, considerando como uma das causas do autismo a ideia de que pessoas autistas “eram pouco amadas”. Entretanto, passa a ser ainda mais aceito pela sociedade e pelas academias, de modo geral, com as publicações de Bettelheim.

Apesar das superexposições e culpabilizações das mães de pessoas autistas pela existência do TEA, a elaboração de trabalhos acadêmicos e as contribuições “por meio do fornecimento de dados para pesquisa – ou mesmo o seu financiamento”, além da “divulgação das terapias, cuja base era o saber empírico dos próprios familiares, mães e pais de autistas”, tornaram-se fundamentais para que se desse crédito ao questionamento das explicações psicogênicas sobre o autismo (SILVERMAN & BROSCO, 2007 *apud* LOPES, 2020, p. 513). A autora chega a mencionar um exemplo específico dessas respostas familiares: “Bernard Rimland – psicólogo, pai de uma criança autista [...], por meio do livro intitulado *Infantile autism: the syndrome and its implication for a neural theory of behavior* (publicado em 1964)”, conseguiu afirmar que “a base do autismo era orgânica e não emocional” (LOPES, 2019 *apud* LOPES, 2020, p. 513).

No ano de 1965, Mary Temple Grandin cria a “máquina do abraço”. Grandin é autista, nascida em Boston (EUA), em 29 de agosto de 1947, e, além de psicóloga e professora universitária, também é mestra e Ph.D. em Zootecnia. Com base em Grandin (1992) e Edelson *et al.* (1999), ainda hoje, são relatados efeitos satisfatórios do uso dessa invenção em programas terapêuticos dos EUA. Além disso, estudos científicos puderam verificar “a eficácia da máquina [...], demonstrando uma sensível redução sobre os níveis de tensão, ansiedade, estereotípias e comportamentos disruptivos em pessoas com autismo”³⁰.

²⁹ Conceito retirado de: <https://www.dicio.com.br/espectro/>.

³⁰ Seu dispositivo, segundo o pesquisador e Dr. em Psicologia Carlo Schmidt, foi projetado e desenvolvido “[...] para aliviar a ansiedade e tensão em pessoas com hipersensibilidade, especialmente pessoas com autismo”. Ela simula “a

Durante a década de 1970 (DA SILVA BAMPI *et al.*, 2010; BRASIL, 2018), iniciam-se estudos basilares para o Modelo Social da Deficiência, o qual se opôs fortemente ao modelo médico, ao defender que era fundamental que se reconhecesse o papel das próprias estruturas sociais como instrumento de opressão e marginalização das minorias. Nesse sentido, Da Silva Bampi *et al.* (2010, p. 3) esclarecem que “[...] a ideia básica do modelo social é que a deficiência não deve ser entendida como um problema individual, mas uma questão da vida em sociedade”, evidenciando “a incapacidade da sociedade em prever e se ajustar à diversidade”. Nesse mesmo sentido, Brasil (2018, p. 17) acrescenta que a sociedade, devido ao seu funcionamento não adaptado, é quem “*desabilita* as pessoas com deficiência física [ou quaisquer outras]”.

Já em 1980, inclui-se o “autismo no DSM-III no grupo dos transtornos abrangentes do desenvolvimento, deixando de ser considerado um subgrupo das psicoses infantis” e, em 1981, a pesquisadora e médica psiquiatra inglesa “Lorna Wing cunha o termo Síndrome de Asperger, em referência à pesquisa de Hans Asperger.” Wing “já havia, na década de 1970, colocado o conceito de autismo como um espectro”, além de ter fundado a National Autistic Society – NAS, no Reino Unido, juntamente com a psicóloga clínica Judith Gould, e de ter fundado o Centro Lorna Wing, tendo influência no mundo inteiro com seus trabalhos (BRASIL, 2018, p. 17-18).

O psicólogo americano Ivar Lovaas, em 1988, toma como base alguns conceitos sobre Quociente de Inteligência - QI, e apresenta uma terapia comportamental — conhecida como ABA — tratamento para as pessoas autistas que consiste em “[...] 40 horas semanais de terapia intensiva para *normalização* de comportamentos”. Em pouco mais de dez anos, com a expansão de recursos tecnológicos e a difusão da internet, impulsiona-se “o movimento de *autoadvocacia* em que autistas defendem seus pontos de vistas sobre a própria condição” e, entre os mais atuantes nesse contexto, Temple Grandin e Donna Williams se tornaram as mais conhecidas. Paralelamente, “organizações de pais que buscam a cura para o autismo também aumentam, fazendo da ABA a terapia mais adotada por esse grupo. Os conflitos entre os dois grupos se acirram e continuam intensos nos tempos atuais.” E, em 1992, autistas dos Estados Unidos e da Austrália fundam “a Autism Network International (ANI), com o princípio de que “as decisões sejam tomadas apenas por autistas”, sob o lema “por autistas para autistas”. E, em 1995, é “fundada a Cure Autism Now, focada em pesquisa biomédica para a cura e prevenção do autismo. Organização duramente criticada pelas organizações de autistas anticura e pró-neurodiversidade.” Já, em 1999, a “socióloga Judy Singer, ativista pelos direitos das pessoas autistas, cunha o termo Neurodiversidade”, para evidenciar “o surgimento do movimento”, o qual foi “fortemente influenciado pelo feminismo que deu maior liberdade e confiança às mães para se livrarem [da] culpa a elas imputada [...]”. (BRASIL, 2018, p. 18-19).

Considerando os apontamentos feitos até aqui, podemos observar que os discursos de verdade se dão a partir de construções históricas, as quais se relacionam a diferentes mecanismos de poder, que, por sua vez, são capazes de “produzir discursos que emanam veracidade se apoiando na relação entre poder e direito, onde a verdade produz o poder e o poder produz discursos de verdade”. Assim, as práticas discursivas, legitimadas pelas posições-sujeito prescritas pelo seu sistema próprio de funcionamento, têm, dentre outros efeitos, “o de produzir pessoas, seus corpos e seus comportamentos” (FOUCAULT, 1996 *apud* BENEDETTO, 2020, p. 17). É sob essa visada que Foucault (1976 *apud* DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 222) caracteriza a psiquiatria como um saber tão “duvidoso” que torna muito mais fácil observarmos apreendermos os efeitos vergonhosos do poder

sensação física de um abraço, limitando o espaço e pressionando o corpo para gerar uma sensação de bem-estar e tranquilidade.” Com a criação da máquina do abraço, também se tornou possível questionar a crença popular de que pessoas autistas são frias ou incapazes de sentir e lidar com o afeto. Nesse sentido, o “comportamento de esquiva [das pessoas autistas, decorrente de] hipersensibilidade sensorial”, geralmente evidenciado pela “tendência de evitar o toque”, é, muitas vezes, a origem de tal crença. Porém, “se estamos aqui tentando definir os comportamentos no autismo *como uma diferença, um estilo cognitivo diferente e não como uma falta*”, é completamente “razoável pensarmos que estas diferenças se expressem não só na área cognitiva como também na afetiva”, podendo existir também formas diferentes — ou, nas palavras do autor, “peculiares” — de expressar afeto. (SCHMIDT, 2012, p. 187).

e do saber.

Os autores (*Ibidem*, p. 222) esclarecem ainda que, para Foucault, “o saber não está numa relação superestrutural com o poder”, tampouco poder e saber são “meramente externos um ao outro” e, muito menos, são idênticos. “Foucault não tenta reduzir o saber a uma base hipotética de poder nem conceituar poder como uma estratégia sempre coerente”. Com efeito, “ele tenta mostrar a especificidade e a materialidade de suas correlações”, considerando que possuem “uma relação não causal que deve ser determinada em sua especificidade histórica”. Nessa perspectiva, é evidente que a prática psiquiátrica se relaciona a uma série de instituições de poder, “exigências econômicas imediatas”, “urgências políticas”, “regulações sociais” etc.

3.1 Enunciados sobre o TEA na CID-11

Atualmente, na Classificação Internacional de Doenças para Estatísticas de Mortalidade e Morbidade (CID-11), cap. 6 “Transtornos mentais, comportamentais ou do neurodesenvolvimento”³¹, no primeiro tópico, intitulado “Transtornos do neurodesenvolvimento”, apresenta-se o item **6A02 Transtorno do espectro do autismo**, com as principais especificidades do TEA, a partir de codificações derivadas do 6A02, além de uma conceituação³².

Um documento publicado pela USP (BRASIL, 2018, p. 19), com o objetivo de orientar sobre os direitos da pessoa autista, ressalta diferenças entre “pessoa com autismo” e “pessoa autista”, com base no “posicionamento atual do Movimento Social protagonizado por autistas - não só no Brasil, mas no mundo”, de uma “linguagem seguindo os parâmetros da ‘Identity First’ (identidade em destaque)”³³.

Em outros campos associados, o Autismo³⁴ é enfatizado como: “[...] uma síndrome (*s. f. (gr. Syndrome) Conjunto dos sintomas que caracterizam uma *doença*) definida por alterações presentes desde idades muito precoces, tipicamente antes dos três anos de idade”, caracterizada “*sempre* por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação”. Em seguida, a autora apresenta a definição de “doença”, segundo o dicionário Larousse Cultural: “s. f. (lat. Dolentia, dor). Alteração da saúde que comporta um conjunto de caracteres definidos como causa, sinais, sintomas e evolução; mal, moléstia, enfermidade.” (MELLO, 2001, p. 11, grifo nosso).

Em outro documento³⁵, apresenta-se que: “O autismo não é uma doença, e sim uma condição neurológica”, podendo ser “classificado em *grau leve, moderado ou severo*, dependendo do apoio

³¹ “Síndromes caracterizadas por distúrbios clinicamente significativos na cognição, na regulação emocional ou no comportamento de um indivíduo que refletem uma disfunção nos processos psicológicos, biológicos ou de desenvolvimento subjacentes ao funcionamento mental e comportamental”, sendo “associados a sofrimento ou prejuízo no funcionamento pessoal, familiar, social, educacional, ocupacional ou em outras áreas importantes do funcionamento.” (CID-11).

³² “O transtorno do espectro do autismo é caracterizado por déficits persistentes na capacidade de iniciar e sustentar interação social recíproca e comunicação social, e por uma série de padrões de comportamentos e interesses restritos, repetitivos e inflexíveis que são claramente atípicos ou excessivos para a idade do indivíduo e contexto sociocultural. O início do transtorno ocorre durante o período de desenvolvimento, geralmente na primeira infância, mas os sintomas podem não se manifestar completamente até mais tarde, quando as demandas sociais excedem as capacidades limitadas. Os déficits são suficientemente severos para causar prejuízo na vida pessoal, familiar, social, educacional, ocupacional ou em outros campos importantes de funcionamento, e são geralmente uma característica do funcionamento do indivíduo observável em todos os contextos, embora possam variar de acordo com o contexto social, educacional ou outro. Os indivíduos do espectro exibem uma gama completa de funcionamento intelectual e de habilidades de linguagem.” (CID-11, 6A02, Versão 02/2022).

³³ “Dizer ‘pessoas com Autismo’ significaria que o Autismo é algo ‘extra’, que pode ser separado do indivíduo, enquanto ‘pessoa autista’ implica no Autismo como uma condição indissociável, que está presente durante toda a sua vida”, sendo “um dos elementos que compõe a identidade do indivíduo enquanto pessoa. Em respeito à preferência expressa pelo próprio grupo, essa cartilha usa o termo ‘pessoas autistas’ ao invés de ‘pessoas com Autismo.’” (BRASIL, 2018, p. 19).

³⁴
³⁵ Publicada por pesquisadores da USP (2017). Disponível em: www.iag.usp.br/~eder/autismo/Cartilha-Autismo-final.pdf.

necessário que a pessoa precisa para realizar as atividades do dia a dia.” (2017, p. 3). Entretanto, há aspectos sutis e importantes que vão de encontro com as definições da CID-11 — principalmente acerca da ideia de “graus”, que não é mencionada no documento internacional.

4. Análise Arqueológica do Discurso sobre Autismo

No território arqueológico do TEA aqui retomado, emergiram diferentes acontecimentos discursivos, dentre os quais podemos perceber especificidades quando se trata de referências à pessoa autista ou ao autismo. Assim, podemos refletir sobre a objetivação do sujeito autista no discurso de profissionais da saúde, a partir da prática discursiva médica, na perspectiva de cuidados com a pessoa autista, havendo uma posição-sujeito ocupada, majoritariamente, por psiquiatras e médicos de especialidade geral.

Especificamente no que concerne ao arquivo visitado nesta pesquisa, os enunciados produzidos passam a ter novos referenciais, outros princípios de diferenciação. Em princípio, o TEA é identificado como uma característica de pessoas esquizofrênicas; como uma psicose infantil; como uma característica apenas do gênero masculino; como uma consequência da falta de amor materno (“patologia de ordem emocional”). Em momento posterior, são prescritas posições-sujeito mais diversificadas. Temple Grandin, por exemplo, enquanto autista, pesquisadora, professora universitária, inventora da máquina do abraço, entre tantas outras posições que ocupa, representa essa diversificação.

Sabendo que os discursos, entretanto, não se dão de forma contínua, linear e uniforme, há momentos em que surgem enunciados com a ideia da “cura para o autismo”, apresentando-o como uma “doença”, um “mal” a ser eliminado, ou, também, enunciados com confusões do autismo com “deficiência intelectual” ou com a “síndrome de Asperger”. Mais recentemente, os enunciados que observamos começaram a ser regidos por outros sistemas de funcionamento. Nessa perspectiva, é importante lembrarmos que o sujeito autista passa a ser considerado, legalmente, como pessoa com deficiência há pouco mais de uma década — leis como a de 2012 (que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista) e a de 2015 (que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)) podem ser relacionadas a essa nova perspectiva. Dessa forma, outras formações e práticas discursivas são constituídas e enunciados como “Transtorno do Espectro Autista”, “TEA”, “Transtorno do neurodesenvolvimento”, “autismo não é doença”, “autismo é uma condição neurológica³⁶” começam a emergir e se correlacionar, gerando outras práticas, direitos, posições-sujeito, outras verdades — ao mesmo tempo em que, de outra perspectiva, também são gerados por elas.

Considerações Finais

³⁶ O Centro de Atendimento em Neurocirurgia, Psicologia e Psiquiatria realizou uma publicação explicando as diferenças entre alguns desses termos utilizados para nomear aspectos da saúde mental. “SÍNDROME: é uma condição médica que resulta num conjunto de sinais e sintomas que caracterizam mais de uma doença que independem da causa e da origem que as diferenciem. Seu nome vem do grego “syndromé” e significa reunião. Geralmente, as síndromes são nomeadas com o nome da pessoa que a pesquisou ou a sua geografia; DOENÇA: segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), doença é considerada “ausência de saúde” com a alteração do estado de equilíbrio do indivíduo com o meio ambiente, ou seja, é uma disfunção de um órgão, psique e/ou organismo com sintomas específicos. Vem do latim “dolentia” com sentido de padecimento; TRANSTORNO: é uma perturbação de ordem psicológica e/ou mental que causa incômodo na pessoa devido a falha de estimulação na região frontal do cérebro; DISTÚRPIO: é uma disfunção do Sistema Nervoso Central no cérebro que causa desequilíbrio patológico por alguma alteração violenta de ordem natural.” Disponível em: <https://canpp.com.br/sindrome-transtorno-doenca-e-disturbio-qual-a-diferenca/#:~:text=TRANSTORNO%3A%20%C3%A9%20uma%20perturba%C3%A7%C3%A3o%20de,altera%C3%A7%C3%A3o%20violenta%20de%20ordem%20natural>. Acesso em: 09 de agosto de 2023.

Ao visitar o território arqueológico do TEA, pudemos perceber significativas reformulações e mudanças na escolha de termos científicos para defini-lo e referenciá-lo em documentos atuais — compilados principalmente na CID-11 —, transformações as quais foram acompanhadas de concepções e estudos importantes para se chegar aos saberes científicos da atualidade.

Identificamos, no que se refere às posições-sujeito necessárias à realização do discurso analisado, não apenas a presença de outros profissionais — além do médico psiquiatra —, como fonoaudiólogos, terapeutas, fisioterapeutas etc., como também a presença de mães e pais de pessoas autistas e, finalmente, a presença de autistas, enunciando sobre si. Entretanto, são bastante regulares enunciados como “portadores”, sugerindo que a pessoa autista carrega consigo algo que não lhe é intrínseco, algo que lhe é extra e que não a constitui enquanto indivíduo/sujeito. Por outro lado, também se enunciam: “pessoa autista”, “autista”, “indivíduo”, “espectro”, com uma formação discursiva diferente, na qual o autismo é considerado algo diverso, um “espectro”, com “pessoas” diferentes umas das outras, como todas as pessoas o são — independentemente de estarem no espectro.

Quanto aos objetivos propostos inicialmente, pudemos lançar um olhar sobre as práticas discursivas de profissionais da saúde sobre o TEA, relacionando-as a outras práticas, relações de poder e saberes sociais. Nesse sentido, com base nas proposições de Foucault para uma análise arqueológica do discurso, discutimos sobre arquivo, discurso, sujeito e enunciado e analisamos a objetivação do sujeito autista em discursos de profissionais da saúde, mediante a identificação e descrição de enunciados.

Por fim, esperamos contribuir com os estudos acerca do TEA, na difusão de informações entre a comunidade acadêmica e a sociedade de modo geral e colaborar para que haja menos discriminação e capacitismo — principalmente relacionados às condições e características intrínsecas às pessoas com quem possamos conviver nos diferentes âmbitos sociais.

Referências

ALBUQUERQUE, R. C. D. A lei de prevenção de doenças hereditárias e o programa de eutanásia durante a Segunda Guerra Mundial. *Revista CEJ*, 2008.

BENEDETTO, M. S. *Autismo sem ismo: a neurodiversidade e a experiência interior por uma etnografia não normativa*. Tesis Doctoral. Universidade de Lisboa (Portugal), 2020.

BRASIL. *Cartilha dos Direitos das Pessoas Autistas*. OAB, Distrito Federal, 2018. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Cartilha%20Autismo%20WEB\(3\).pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Cartilha%20Autismo%20WEB(3).pdf). Acesso em: 18/03/2023.

_____. Lei 12.764: *Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista*. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,11%20de%20dezembro%20de%201990. Acesso em: 20/05/2023.

_____. Lei 13.146: *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência)*. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 19/05/2023.

DA SILVA BAMPI, L. N.; GUILHEM, D.; ALVES, E. D. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 2010.

FERNANDES, C. A. *Análise do Discurso: reflexões introdutórias*, 2ª. Ed. Editora Claraluz, São Carlos, 2008.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, revisão de Lígia Vassalo. Petrópolis, Vozes, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1972.

_____. *As palavras e as coisas*, trad. S. T. Muchail, São Paulo: Martins fontes, 1995.

LOPES, B A. Autismo, narrativas maternas e ativismo dos anos 1970 a 2008. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 26, 2020.

MARTINS, B. S. A reinvenção da deficiência: novas metáforas na natureza dos corpos. In: *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 27, n. 3, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/qPjSDtcKT8prJspkM3ZQQZH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 de agosto de 2023.

MELLO, A. M. S. R. *Autismo: Guia Prático*. 2. ed., 2001.

RABINOW, P.; DREYFUSS, R. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.

SANTOS, L. Y. A. Considerações sobre os primeiros diagnósticos do autismo: Leo Kanner, o pai do autismo. *Seminário De Pesquisa Do Programa De Pós-Graduação Em Educação - SEPED*, 2022. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/seped/article/view/14912>. Acesso em 19/03/2023.

SCHMIDT, C. Temple Grandin e o autismo: uma análise do filme. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 18(02), 2012.

SILVA, M. P.; SERAFIM, C. E. R. Práticas discursivas sobre cotas na mídia: o negro pode ser universitário? *Revista do GELNE*, 7.1/2, 2005.

SILVA, O. M. *A Epopéia Ignorada: Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje*. São Paulo: CEDAS, 1987.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, et al. *International Classification of Diseases*. WHO; 2019. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en> Acesso em 10 de janeiro de 2023.

UMA ANÁLISE DO DISCURSO: Os limites da liberdade de expressão nas redes sociais

Dairles Vieira MENDES¹

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

E-mail: dairlesmendes@gmail.com

RESUMO: Sabe-se que liberdade de expressão é imprescindível como manifestação humana de liberdade, através de discursos, gestos, arte e meios de comunicação em geral é um direito do ser humano. A liberdade de expressão, fruto de conquistas das grandes revoluções, consagra-se como direito fundamental, passando a ser essencial à manutenção, concretização e aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito. O discurso de ódio, seja ele perpetrado em redes sociais, seja lançado através de outros meios, guarda íntima conexão com um dos temas mais centrais do novo contexto jurídico alçado pela Constituição Federal de 1988. Assim esse trabalho tem como objetivo alcançar através da literatura de que forma pode ser combatido o discurso de ódio nas redes sociais. O método da pesquisa é de cunho bibliográfico com abordagem qualitativa e a base da pesquisa foi sites confiáveis e fontes seguras.

PALAVRAS-CHAVE: *Análise do discurso. Discurso de ódio. Redes Sociais.*

1 Introdução

Segundo Rayol (2023), a opinião pública tem um papel fundamental na sociedade democrática, a partir da ampla recepção e transmissão intrassocial de todas as possibilidades de ideias e pensamentos. Certo, portanto, que a liberdade de expressão tem um papel fundamental no processo democrático para tomada de decisões políticas a partir do debate de posições antagônicas e eventualmente destrutivas da ordem pressuposta pela maioria. E é justamente a liberdade de expressão que permite perfilar o caminho da tolerância ao reconhecimento e, com isso, abrir as portas para respeito, como expressão do ideal democrático, mas com responsabilidade (RAYOL,2023).

Devido à quebra de paradigmas proporcionados pela difusão do conhecimento provocados pelos movimentos culturais e políticos dos últimos três séculos, a definição de liberdade já não se encontra mais restrita, ela deixa de ser sinônimo de libertação pessoal e independência em relação a outra pessoa e passa a ser um conjunto de atuações individuais de diferentes gêneros, tipos e particularidades exercidas por um indivíduo (FILHO,2023).

Art. 72. A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: [...] § 12. Em qualquer assunto é livre a manifestação de pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato (BRASIL, 1891).

Mas toda liberdade de expressão tem um limite e deve seguir os rigores da lei, pois em uma sociedade em que as plataformas têm se tornado o principal meio para a comunicação pública, decisões sobre discurso devem ser transparentes e baseadas no devido processo legal. Sem parâmetros mínimos e acordos fundamentais sobre estes pontos, críticas injustificadas continuarão ocorrendo, assim como arbitrariedades graves e reais. Assim esse trabalho tem como objetivo alcançar através da literatura de que forma pode ser combatido o discurso de ódio nas redes sociais. O trabalho justifica-se, pois não podemos mais aceitar esse tipo de postura daqueles que são abusivos nas redes sociais, mas ficam no anonimato.

O método da pesquisa é de cunho bibliográfico com abordagem qualitativa e a base da pesquisa foi sites confiáveis e fontes seguras.

2 Análise do Discurso e Liberdade de Expressão

Com o advento de formas interativas e sempre mais velozes de tomar a palavra no ciberespaço, passou a circular profusamente o discurso de uma “democracia” digital, segundo o qual todos poderiam falar de tudo com todos. Esse tipo de pensamento é ingênuo e desconsidera justamente que o ciberespaço é também um espaço político e histórico de funcionamento da língua, o que significa um lugar de divisão e dispersão do sentido e do sujeito, que segue produzindo efeitos pelo trabalho da ideologia. É nesse mesmo contexto que surgem as fake News, fenômeno discursivo que dá a ver (ou acoberta) a complexidade do que significa estar em Rede (ABRANCHES,2017).

O conceito de linguagem refere-se ao processo de interação entre as pessoas, onde usamos mecanismos para transmitir nossas ideias, sentimentos e informações, é uma capacidade mental e biológica que todos os seres humanos têm e por meio da qual somos capazes de adquirir uma língua. Significa que, diferentemente de cozinhar, pescar, dirigir e tantas outras aprendizagens, nascemos com essa competência, por isso dizemos que a linguagem é inata. Assim, milhares de línguas faladas no mundo resultam dessa complexa capacidade mental inata. É certo que, como fala Fiorin (2015, p.13-14):

“A linguagem responde a uma necessidade natural da espécie humana, a de comunicar-se.” Comunicar é, sobretudo, interagir com o outro e neste lugar de acordo, discussão, escuta, a linguagem assume diferentes funções.

O discurso é a linguagem posta em ação, a língua assumida pelo sujeito falante, pois é uma unidade igual ou superior à frase, é constituído por uma sequência que forma uma mensagem com começo e fim. Balzan (2017), corrobora que a linguagem é a capacidade específica da espécie humana de comunicar por meio dum sistema de sinais vocais ou língua que põe em jogo uma técnica corporal complexa e que supõe a existência duma função simbólica e de centros nervosos geneticamente especializados.

Pêcheux (1975) apud Courtine (2022) salienta, que a Análise do Discurso é uma vertente da linguística que se ocupa em estudar o discurso e como tal, evidencia a relação entre língua, discurso e ideologia. Desse modo, a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua discurso ideologia. Tal relação se complementa como fato de que, como diz, não há

discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado sem sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. Concluindo-se, portanto, que podemos dizer que o discurso é o local onde se pode verificar a relação entre a língua e a ideologia, além de verificar como os efeitos de sentidos são gerados através dos enunciados.

Primeiramente, Saussure (2006), ao delimitar a linguística enquanto ciência, definiu a língua como um sistema de signos que exprimem ideias, que coexistem incluso de uma coletividade. Já a linguagem foi definida pelo mesmo autor como possuidora de um aspecto individual e outro social, manifestando-se quando se fala e tendo características multiforme e heteroclítica (OLIVEIRA,2019).

Assim sendo, podemos perceber hoje, principalmente se tratando de Brasil, que as pessoas têm discutido bastante nas redes sociais, e até mesmo nas ruas, os rumos que a política e a economia do país vêm tomando. Tal discussão e exposição de opiniões tem me chamado bastante a atenção para um fato: os brasileiros têm começado a perceber a importância da expressão de suas ideias para a conquista de uma vida melhor, pois cada ser humano tem sentimentos, opiniões e ideais que são diretamente relacionados às suas características pessoais e suas vivências cotidianas. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão (NEUMANN,2019).

Como também, esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideais de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha (NEUMANN,2019).

Em uma análise atual, o mundo digital produziu uma mudança na discursividade das pessoas, nas relações históricas, sociais e ideológicas, na constituição dos sujeitos e dos sentidos, mas também na forma dos relacionamentos, do trabalho, da mobilidade, dos encontros, até mesmo do fazer científico, do qual faz parte a maneira de sua produção e seus meios de circulação (DIAS,2016).

A liberdade de expressão é um direito complexo, e traz em seu âmago as liberdades de manifestação do pensamento, imprensa, reunião e até mesmo a liberdade religiosa, permeando e sustentando a sociedade democrática em todas as suas esferas. Como abordar um tema tão amplo e controverso. Para orientar essa discussão, apresentaremos aqui três teorias que justificam a proteção da liberdade de expressão, com a exposição de seus principais fundamentos e bases históricas, acredita-se que todo texto possui uma ideologia em sua linguagem, mesmo que de forma não proposital (DIAS,2016).

Pimentel (2018, p.75), esclarece:

Em seu art. 5º a CF nos diz que a liberdade é um direito fundamental dos brasileiros, e dispõe sobre as garantias e deveres individuais e coletivos, são considerados invioláveis os direitos: como o direito “à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Quanto à liberdade de expressão, a Constituição garante a livre manifestação do pensamento e a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. Sendo também um direito assegurado na Declaração Universal dos

Direitos Humanos, de 1948, promulgada pela Organização das Nações Unidas.

Nesse pensar, a análise da liberdade de expressão na internet e o direito brasileiro precisam andar alinhados. Salienta-se que atualmente, existe várias discussões que pairam sobre a liberdade de expressão e a forma como ela é aplicada no contexto digital pessoas têm se exposto nas redes sociais através do seu direito de liberdade e expressão e, a possibilidade de qualquer indivíduo utilizar dessas informações para prejudicar terceiros com a veiculação de informações errôneas através das plataformas digitais (BRITO,2022).

2.1 Uma análise da disseminação do discurso de ódio nas redes sociais.

Schiavini (2018), destaca, que para a linguística e as ciências sociais, o discurso é uma forma de linguagem escrita (texto) ou falada, ou seja, conversação no seu contexto social, político ou cultural. Discurso é toda situação que envolve a comunicação dentro de um determinado contexto e diz respeito a quem fala, para quem se fala e sobre o que se fala.

A análise do discurso tem como principal objetivo refletir sobre uma determinada manifestação de linguagem que pode ser resultado de um filme, de uma música, de marcas de um grupo social, etc. Assim sendo, analisar o contexto relacionado a manifestação a ser por você analisada é tão importante quanto o seu objeto de estudo propriamente dito. Refletir sobre como esse discurso está ligado a um determinado momento histórico e a um determinado espaço social também é de igual importância nesse tipo de análise (SANTOS,2022).

Diatel (2020), reforça, que é a partir do discurso que o pesquisador irá analisar a estrutura textual de um determinado objeto. Esse texto a ser analisado diz respeito, ainda, a uma cultura, a um povo, a uma história, então trazer todos esses elementos para a análise é essencial, pois esse texto apenas poderá ser compreendido quando a mensagem, que é carregada pelas marcas culturais e históricas de um determinado grupo social, é entendida de forma ampla e elementos como a emissão, recepção e compreensão são aspectos que norteiam esse tipo de análise do discurso.

São muitas as vantagens fornecidas pelas mídias digitais em termos de acessibilidade, produção e arquivamento de informação se comparadas às mídias tradicionais analógicas e, talvez por isso, ela seja considerada um importante instrumento de comunicação nos regimes democráticos. Ao romper as limitações de espaço-tempo, disponibilizar uma quantidade infinita de dados e viabilizar a conectividade entre os sujeitos, permitindo que o usuário da rede seja um receptor-produtor, o ambiente virtual tem o potencial para servir aos interesses da sociedade, uma vez que permite as mais variadas trocas entre o Estado e seus cidadãos(MARTINO,2014).

A internet, enquanto meio de processamento e compartilhamento de dados, foi desenvolvida a partir da segunda metade do século XX, no período da Guerra Fria, pelos militares estadunidenses como forma de fazer circular informações de modo descentralizado. Segundo Martino (2014, p. 12), o uso dela pela sociedade civil se deu inicialmente no

âmbito universitário, a fim de facilitar o contato entre pesquisadores e, posteriormente, popularizou se atingindo o público em geral. No Brasil, a rede passa a fazer parte do cotidiano a partir de 1994 (Martino, 2014, p. 13).

Stein (2018), conceitua o discurso do ódio manifestado através da internet como algo que consiste na manifestação de ideias que incitam à discriminação racial, social ou religiosa em relação a determinados grupos, na maioria das vezes, as minorias. A autora ainda ressalta que esses discursos têm a finalidade deliberada de desqualificar e inferiorizar um grupo de pessoas, cuja dignidade se vê aviltada pelo emissor, surgindo o ódio como forma de expressão do indivíduo por meio da internet.

Diariamente o *Facebook* recebe cerca de 1 milhão de denúncias de conteúdo de ódio ou ilegal. Atentos a esses números cada vez mais crescentes, as plataformas *Microsoft*, *Google*, *Twitter* e *Facebook* e *Instagram* assinaram no dia 31 de maio de 2016⁷ um documento elaborado pela União Europeia, que traz regras sobre conteúdos racistas, violentos e ilegais nas redes sociais. De acordo com o documento, o objetivo da união dessas empresas, que são dependentes de comentários de usuários para manter suas redes ativas, é criar uma colaboração entre as grandes companhias de redes sociais para que o conteúdo de ódio seja controlado com mais firmeza e rapidez (MOURA,2016).

Segundo Ayres (2020), com a ascensão da internet e das mídias digitais, se fortalece um fenômeno denominado de Hate Speech ou Discurso de Ódio, que são ofensas gratuitas com o propósito de humilhar, rebaixar, menosprezar e até mesmo agredir a moral de grupos ou indivíduos. O discurso de ódio é um tipo de violência pautado na intolerância a diferenças culturais, religiosas, étnicas, orientação sexual e posicionamento político, entre outros. Estando sempre está muito vinculado à utilização de palavras.

Com o advento da globalização, que torna o planeta quase uma aldeia, tem sido viabilizado pelas tecnologias de comunicação e de computação. Quebradas as barreiras culturais que fechavam o livre comércio entre os países, a Internet está viabilizando o intercâmbio entre países como se todos estivessem fisicamente próximos e segundo Santos (2022), a internet revolucionou nossa forma de comunicação e relacionamento social, modificando profundamente o modo como interagimos, seja em nossas famílias ou nos outros grupos sociais que pertencemos, alterando o modo como vivemos, aprendemos, trabalhamos, consumimos e nos divertimos.

Pensando dessa forma, as redes sociais é um poderoso meio de comunicação que une todo o mundo ao facilitar a difusão e o acesso ao conhecimento. Graças à sua acessibilidade, bem como sua capacidade de conservar e difundir grandes quantidades de dados, os sites são de grande contribuição para a melhoria do acesso público às notícias, de maneira geral, e para a comunicação de informações (DE SOUZA,2015).

Essa ferramenta é hoje um dos pilares da liberdade de expressão, pois cria um espaço informativo e interativo que promove debates acerca de qualquer tópico, onde os participantes podem ser de diferentes nacionalidades e apresentar distintas visões de mundo. O conceito de pluralismo aplicado no presente estudo é o democrático, entendido como a coexistência de múltiplos pontos de vista (DE SOUZA,2015).

A análise de discurso é um campo da linguística que tem como especialização a análise do uso da língua, especificamente a forma como se dão as construções ideológicas em um texto. Sendo comumente usada para analisar ideologias presentes em textos midiáticos. Por mais que a internet seja um grande meio de acesso para

comunicação, troca de mensagens, compartilhamentos por volta de segundos, e um grande incentivo à aprendizagem, sendo um verdadeiro fluxo de informações ininterruptas, ela nos alerta a essas questões de intolerância, ódio e liberdade de expressão. Atualmente existe um grande debate acerca da linha tênue entre liberdade de expressão e discurso de ódio (BESSA,2016).

O primeiro é fundamental para uma democracia existir, o outro, por sua vez, representa uma fala intolerante e sem empatia, sendo assim, existe a necessidade de se compreender o que caracteriza um discurso de ódio e quanto prejudicial ele pode ser para uma sociedade democrática (BESSA, 2016).

Assim, segundo Baptista (2019), até onde o ser humano é capaz de impor a sua liberdade de expressão, tornando-se um crime de ódio e intolerância. A internet realmente possibilitou e possibilita as discriminações de ódio, de forma atrevida e anônima, vem sendo cada vez mais comum promovendo seu crescimento. Como exemplo, pode-se citar o caso de um pastor, que no ano de 2022 foi preso pela PF no Rio de Janeiro por promover discursos de ódio na internet, acusado de postar vídeos atacando etnias como a do povo judeu e a demais praticantes de outras religiões, chegando a chamar por um holocausto, e por este motivo, o pastor irá responder pelos crimes de incitação e apologia ao nazismo. Gonçalves (2021, p.40), reforça com a fala de Pêcheux:

Ao tratar do texto como material de análise, Pêcheux afirma que a construção da Linguística enquanto ciência se deu por conta do que foi chamado de "esquecimento voluntário": o sujeito e a situação relacionados ao texto foram deixados de lado. Desse modo, para passar da função para o funcionamento do objeto simbólico, Pêcheux prevê elementos que dariam conta de uma *teoria do discurso*, ainda que essa expressão não apareça com solidez. Pêcheux permite ao leitor de suas reflexões inferir que essa teoria, a qual ainda está por ser desenvolvida, estará relacionada com uma teoria da ideologia e com uma teoria do inconsciente. Essas inferências partem da ideia de que o texto deve ser analisado a partir de uma inclusão daquilo que foi desprezado. Pêcheux postula a construção de uma teoria não subjetiva do sujeito e a existência de uma relação constitutiva entre o texto e a situação, isto é, entre o texto e as condições de produção.

Mesmo que você não possa ver de uma maneira tão clara, nós dependemos o tempo todo da Análise do Discurso para interagir e desde muito cedo, somos inseridos na análise discursiva, seja quando crianças e fazemos pequenas provas de interpretações textuais ou quando crescemos e precisamos identificar qual sentido está por trás da charge publicada nas redes sociais de acordo com o contexto social e histórico que vivemos naquele momento. O contexto é uma circunstância essencial na produção de textos, correspondendo ao conjunto de conjunturas materiais ou abstratas que rodeiam um acontecimento ou fato. Assim, o contexto são todas as informações que acompanham o texto, modo pelo qual as ideias se encadeiam no discurso, por isso é tão importante que tenhamos cuidado com nossas falas em determinados contextos (DIONÍSIO,2021).

O conceito de Discurso, assim como a Análise do Discurso têm tido um papel crescente nas ciências sociais contemporâneas. Este crescimento faz-se sentir quer através do aumento de número de estudos que utilizam os seus conceitos e métodos, quer através da extensão do seu desenvolvimento. Investigadores de disciplinas tão diversas como a

antropologia, a sociologia, a história, a psicologia e especificamente a psicanálise, a temática dos estudos de gênero, a teoria política ou a teoria literária entre outras, têm usado o conceito de Discurso, e a Análise do Discurso para definir e interpretar problemas nos seus domínios respectivos (BERTONCELLO,2022).

O discurso de ódio, seja ele perpetrado em redes sociais, seja lançado através de outros meios, guarda íntima conexão com um dos temas mais centrais do novo contexto jurídico alçado pela Constituição Federal de 1988. Cuida-se do princípio da dignidade da pessoa humana, ao redor do qual gravitam toda a gama de direitos e garantias individuais e sociais lançadas no texto constitucional (NASCIMENTO,2019).

As redes sociais como instrumento de troca de informações e comunicação são importantes meios que reproduzem situações reais nos ambientes virtuais. O discurso de ódio que sempre esteve presente na sociedade agora é replicado e amplificado nas redes. Ele caracteriza-se por ofender, discriminar e instigar a violência ou retirada de direitos das minorias sociais. Por vezes é usado como justificativa para atitudes de descontentamento pessoal ou por defesa de medidas políticas que buscam restringir direitos. Nas redes sociais o alcance do discurso está ligado ao apoio e compartilhamento dessas ideias e convertem-se em reflexos prejudiciais a sociedade. Pelo aumento nos casos de discurso de ódio e por suas consequências sociopolíticas (NANDI,2018).

De acordo com o levantamento feito pela Safernet, as denúncias de crimes de ódio na internet costumam aumentar em anos de eleição no Brasil. Em 2020, por exemplo, quando houve eleições municipais, foram encaminhadas quase 53 mil denúncias, representando aumento de 105% em relação a 2019. Já em 2021, ano sem eleições no país, o número caiu para 44 mil denúncias. Em 2022, esse número voltou a crescer, somando 74 mil denúncias. O cenário vem sendo observado de forma constante desde 2017 (ARAÚJO,2023).

3 Considerações Finais

Segundo Aquino Junior (2021), indubitavelmente, a liberdade é um dos valores mais importantes para o direito, significando a possibilidade de o indivíduo optar entre as alternativas possíveis e manifestar-se, fazendo ou deixando de fazer alguma coisa. Consubstanciando-se no livre arbítrio, no agir conforme sua vontade. No campo jurídico, a liberdade representa o poder de produzir efeitos no campo do direito e no poder de praticar atos salvaguardados num conjunto de garantias que protegem a pessoa na sua atividade privada.

Na formação dessa nova cultura, a internet é um elemento imprescindível, pois permite a experimentação de um tipo de comunicação global, que vem se consolidando como uma estrutura básica mundial. Já há algum tempo, o espaço virtual não se limita às fronteiras do computador, já que dispositivos móveis utilizam tecnologia multimídia, trazem a nota distintiva da portabilidade e estão onipresentes, conectando pessoas nos mais diversos pontos do planeta. Portanto tem limites e deve ser responsabilizado quem cometer atos abusivos em suas palavras em seus discursos nas redes sociais, pois somos responsáveis pelo que não falamos e pelo que falamos, assim como entende a análise do discurso.

Ficamos atentos as nossas falas e a dos outros é de suma importância, em um

momento que “o não dizer diz” e “o dizer diz muito mais.”

Referências

ARAÚJO, Luiz Guilherme Lucho; EICHLER, Marcelo Leandro. FAKE NEWS E OS VÍCIOS EPISTÊMICOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA SOCIEDADE DA IGNORÂNCIA. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 7, n. 2, p. 182-197, 2023.

AYRES PINTO, Danielle Jacon; MORAES, Isabela. As mídias digitais como ferramentas de manipulação de processos eleitorais democráticos: uma análise do caso Brexit. **Revista de Estudos Sociais**, n. 74, p. 71-82, 2020.

ABRANCHES, Sérgio. **A era do imprevisto: a grande transição do século XXI**. Editora Companhia das Letras, 2017.

BALZAN, Carina Fior Postinger. Da noção de subjetividade de Benveniste à leitura como ato enunciativo. **Leitura: Teoria e Prática**, v. 35, n. 69, p. 87-102, 2017.

BAPTISTA, Fabiana Maria. Relações de gênero e violência simbólica: reflexões sobre formação humana no contexto das redes sociais. 2019.

BESSA, José Cezinaldo Rocha. Dialogismo e construção da voz autoral na escrita do texto científico de jovens pesquisadores. 2016.

BERTONCELLO, Soraya Damasio et al. O futebol enquanto instância midiática da publicidade social: uma análise do discurso das campanhas do Esporte Clube Bahia. 2022.

BRITO, Nadya Nayara Galvão. LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA INTERNET E O DIREITO BRASILEIRO. 2022.

DIAS, Cristiane. A análise do discurso digital: um campo de questões. **REDISCO–Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo**, v. 10, n. 2, 2016.

DE SOUZA, Márcio Vieira; GIGLIO, Kamil (Ed.). **Mídias digitais, redes sociais e educação em rede: experiências na pesquisa e extensão universitária**. Editora Blucher, 2015.

DIATEL, Edna Kurisini et al. **O gênero vídeo promocional como prática social integrada à produção de um jornal escolar: uma abordagem pela perspectiva da análise crítica de gênero**. 2020.

GONÇALVES, CLÉBER DOS SANTOS; COSTA, MARIA LUISA FURLAN. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO DISCURSO PUBLICITÁRIO: LEGALIZAÇÃO DA MODALIDADE NO BRASIL E SUAS REPRESENTAÇÕES EM COMERCIAIS DA INICIATIVA PRIVADA. **Educação em Revista**, v. 37, 2021.

Martino, L. M. S. (2014). *Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambiente, redes*. Petrópolis: Vozes.

MOURA, Marco Aurelio. **O discurso do ódio em redes sociais**. Lura Editorial (Lura Editoração Eletrônica LTDA-ME), 2016.

DIONÍSIO, Angela Paiva et al. Gêneros textuais, tipificação e interação. 2021.
NASCIMENTO, Ana Júlia Rodrigues do et al. ALÉM DA TELA: Discurso de ódio nas

redes sociais. 2019.

NANDI, José Adelmo Becker et al. O combate ao discurso de ódio nas redes sociais. 2018.

NEUMANN, Daiane; DOS ANJOS, Aroldo Garcia. Dos limites da redução do pensamento saussuriano ao movimento estruturalista. **[TESTE] Leitura**, v. 1, n. 62, p. 315-332, 2019.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. O lugar da escrita na reflexão saussuriana sobre o objeto da Linguística. **[TESTE] Leitura**, v. 1, n. 62, p. 127-151, 2019.

PIMENTEL, Mariana Couto; PIMENTEL, Susana Couto. Acessibilidade como um direito fundamental: uma análise à luz das leis federais brasileiras. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da Ufsm**, v. 13, n. 1, p. 75-102, 2018.

SANTOS, Vinícius de Souza. Uma abordagem teórica do impacto do consumo energético da propaganda virtual. 2022.

SANTOS, Janiene. **Sobre tendências e o espírito do tempo**. Estação das Letras e Cores Editora, 2022.

STEIN, Marlucci; NODARI, Cristine Hermann; SALVAGNI, Julice. Disseminação do ódio nas mídias sociais: análise da atuação do social media. **Interações (Campo Grande)**, v. 19, p. 43- 59, 2018.

SCHIAVINI, Janaina Mortari; GARRIDO, Ivan. Análise de Conteúdo, Discurso ou Conversa? Similaridades e Diferenças entre os Métodos de Análise Qualitativa. **Revista ADM. MADE**, v. 22, n. 2, p. 01-12, 2018.

“SÃO LUÍS INTELIGENTE” E OUTROS ENUNCIADOS: DISCURSOS BIOPOLÍTICOS PARA A CAPITAL MARANHENSE EM REDES DISPOSITIVAS DE GOVERNAMENTALIDADE

Eduardo Victor Lopes CUNHA;
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
eduardo.cunha@discente.ufma.br

Ilza do Socorro Galvão CUTRIM
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

RESUMO: Com bolsa FAPEMA BIC-10374/22, esta pesquisa objetiva analisar o “plano de governo e eixos de atuação”, da SEMISPE (São Luís - MA), no que tange a visibilizar discursividades e esquadrihar suas formações táticas em torno de “São Luís inteligente”. A análise fundamentar-se-á na arqueogenealogia discursiva foucaultiana. Portanto, o encarte da SEMISPE revela: a) consensos com as propostas defendidas pelo CGLU, compostas por cartilhas educacionais, pela Lei Municipal nº 6.321/2018; b) uma “nuvem de conceitos-chave” em torno de “Cidades Inteligentes”. Um dos resultados demonstra que “São Luís inteligente”, em sua relação com outros enunciados, coloca o espaço citadino ludovicense como parte de uma ampla “prática governamental” para o corpo populacional.

Palavras-chave: *Biopolítica; Discursos; Dispositivos; Enunciados; Governamentalidade.*

Introdução

Este recorte resulta do plano de trabalho “Governamentalidade e biopolítica: exercícios disciplinadores do sujeito-população”, com bolsa FAPEMA BIC-10374/22. O plano está vinculado ao projeto de pesquisa do GPELD-UFMA “Práticas de objetivação/ subjetivação do sujeito no dispositivo mídia”, cujo objetivo do projeto é compreender como os discursos da mídia objetivam/ subjetivam o sujeito, na atualidade.

Com isso, este artigo objetiva analisar, interpretativamente, o encarte informativo “plano de governo e eixos de atuação”, da Secretaria Municipal de Inovação, Sustentabilidade e Projetos Especiais (SEMISPE), da Prefeitura de São Luís (MA), gestão de Eduardo Braide (2021-2024). A referida análise qualitativa fundamentar-se-á na contribuição do arsenal teórico-metodológico da arqueogenealogia discursiva foucaultiana.

Há problematizações foucaultianas consideradas significativas, elencadas em nossa pesquisa, que são: 1) “Como é que o fenômeno ‘população’ com seus efeitos e seus problemas específicos pode ser levado em conta?” 2) “Em nome do que e segundo que regras pode ser administrado?” (Foucault, 2008b, p. 432). Ligadas a essas, temos algumas outras problemáticas, interiores de nosso trabalho, que são: a) Quais procedimentos norteiam a ideia de “cidade inteligente”? b) Por que a SEMISPE os incorpora no folder virtual? Uma das visadas discursivas em torno destas questões é a de que ocorre a incorporação, provavelmente, com o intuito de produzir efeitos sobre a disciplinarização da população para uma “São Luís inteligente”.

1. Fundamentação teórico-metodológica: a arqueogenealogia discursiva foucaultiana

Nossa pesquisa intenta averiguar de que modo a arqueogenealogia foucaultiana, atravessada por teorias discursivas, pode servir de instrumento analítico em torno dos exercícios disciplinadores do sujeito-população, no que tange a: 1) visibilizar discursividades; 2) esquadriñar suas formações táticas em torno do enunciado “São Luís inteligente” no encarte informativo da SEMISPE, bem como seus consensos com as propostas defendidas pelo Comitê Gestor de Limpeza Urbana (CGLU), compostas por cartilhas educacionais e pela Lei Municipal nº 6.321/2018.

Segundo Gregolin (2021), é importante enfatizar que são três os delineamentos metodológicos peculiares de toda obra foucaultiana (cujo “discurso” é uma categoria fundante), que desafiadamente problematizam os lugares considerados comuns das ciências humanas ocidentais: a arqueologia do saber, a genealogia do poder, a genealogia da ética. Esses três eixos delineiam-se não de maneira dicotômica, mas de uma forma que seja mantida uma organicidade. Isso leva a uma visada arqueogenealógica que estabelece relações de deslocamento e de complementaridade entre eles:

A arqueogenealogia mantém a estrutura do método arqueológico, preocupado em assinalar as regularidades e as dispersões do discurso numa história descontínua, comprometido com a problematização da verdade, mas novos conceitos foucaultianos vão se somar às análises, no sentido de fazê-las avançar e passar de uma arqueologia do saber para uma arqueogenealogia do saber-poder. Nesta passagem, as *práticas discursivas* podem ser tomadas como estratégias de *governamentalidade*, a *ordem do discurso* passa a ser compreendida também como processos de *normalização* e *dispositivos* de poder e saber, as políticas que envolvem o corpo ganham centralidade nas análises dos enunciados (Gregolin, 2021, p. 10-11, grifos da autora).

Dentro deste arsenal, apresentamos alguns conceitos-chave desta pesquisa. Nos fundamentamos também em Judith Revel e o retorno que ela faz a alguns conceitos essenciais foucaultianos. Primeiramente, precisamos compreender que os enunciados “podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns”; portanto, o discurso pode ser compreendido como “um conjunto de enunciados”, em que se articulam saberes e poderes (Revel, 2005, p. 37). Logo, poderemos entender a biopolítica como o modo pelo qual “o poder tende a se transformar” (Revel, 2005, p. 26), por isso a biopolítica é o conjunto de biopoderes articulados a biossaberes:

A “biopolítica”: eu [a] entendia por isso a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças... Sabe-se o lugar crescente que esses problemas ocuparam desde o século XIX e que desafios políticos e econômicos eles vêm constituindo até hoje [à época de Foucault, mas que perduram até nossa atualidade] (Foucault, 2008b, p. 431).

Sobre os dispositivos, eles são caracterizados como “operadores materiais do poder” (Revel, 2005, p. 39) e contêm “instituições e práticas”, bem como “função estratégica” (Revel, 2005, p. 40). É importante ressaltar que um dispositivo não se encontra isolado, um dispositivo se conecta a outros dispositivos formando, portanto, uma rede dispositiva. A

governamentalidade é uma rede de conexão entre diversos dispositivos e envolve “tecnologias governamentais” (Revel, 2005, p. 55), técnicas biopolíticas para o governo dos outros, mas também para o governo de si.

Para Foucault (2005), o discurso, dispositivo de enunciação, é o principal veículo da produção de subjetividades. O discurso é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência, por isso, ele “é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade” (Foucault, 2005, p. 135-136).

Os enunciados, que conjuntamente formam os discursos, são performances verbais e não verbais em função enunciativa. Daí decorre a ideia de “prática”, prática discursiva, que se constitui, segundo Foucault (2005), como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística as condições de exercício da função enunciativa.

O enunciado, sempre filiado a um conjunto de relações históricas, é “um acontecimento, que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (Foucault, 2005, p. 32). Arelado a essa filiação, o enunciado é “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que [elas] apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (Foucault, 2005, p. 99), por meio de uma materialidade. As relações entre os dizeres e os fazeres, as práticas discursivas, materializam as ações dos sujeitos na história.

Na opinião de Veyne (2011), o discurso é o passo de comando que reprime, persuade, organiza; é o ponto de interseção, de atrito, eventualmente de conflito entre as regras e os indivíduos. Portanto, “seus efeitos sobre o conhecimento podem ser assim verdades estabelecidas sobre os efeitos de poder” (Veyne, 2011, p. 169).

Esses olhares sobre o discurso iluminam nossa reflexão no sentido de buscar compreender como produções discursivas midiáticas, que ocorrem em diferentes materialidades (verbais, não-verbais), objetivam o sujeito e ao mesmo tempo o levam a perceber-se como sujeito político, como sujeito de saber, como um sujeito de resistência, frente a dispositivos de governamentalidade e a uma biopolítica.

Os biopoderes, caracterizados como o poder sobre a vida e sobre os corpos dos sujeitos, referem-se, portanto, a disciplinas e a biopolíticas. Estão presentes no descontínuo histórico e transitório da sociedade disciplinar para a sociedade de controle (Hardt e Negri, 2001). Por isso, Foucault compreende que as técnicas disciplinares são redimensionadas a uma anátomo-política do corpo humano que procura controlar e disciplinar detalhadamente a multiplicidade dos homens, na proporção que essa multiplicação resulta em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados e eventualmente punidos. Logo, os biopoderes passam por um largo decurso: os poderes soberanos (o poder sobre a vida e a morte, o poder disciplinar), uma anátomo-política do corpo humano e uma biopolítica da população do corpo-espécie.

O legado foucaultiano, das reflexões e inflexões em torno da inserção dos poderes na vida, promove a análise de discursos variados na atualidade. Com isso, a circulação discursiva contemporânea funciona como propagação instrumental de uma anátomo-política para o corpo e uma gestão da vida para a população, ou seja, uma biopolítica da população. Portanto, entendemos ser relevante realizar exercícios analíticos em torno dos dispositivos que se

articulam na constituição de um discurso sobre o sujeito, e que exercem sobre ele uma disciplina, submetendo seu corpo a uma norma que compõe elementos de uma biopolítica, bem como de um biopoder relacionado a um biossaber.

2. “São Luís inteligente” e outros enunciados: alguns resultados e discussões

Com o enunciado “São Luís inteligente”, o encarte da SEMISPE revela consensos com as propostas defendidas pelo CGLU. Elas são compostas por cartilhas educacionais (materialidades de um dispositivo pedagógico), pela Lei Municipal nº 6.321/2018 (materialidade de um dispositivo jurídico), veiculadas no site oficial (materialidade de um dispositivo midiático) da referida prefeitura municipal de São Luís, gestão de Eduardo Braide (2021-2024).

É importante frisar que a Lei Municipal nº 6.321/2018 tem uma função estratégica já enunciada na primeira página do referido documento oficial que é a de estabelecer e organizar o sistema de limpeza urbana e de gestão integrada dos resíduos sólidos no município de São Luís. Segundo Foucault (2008a), é um ato legislativo que cria uma lei. Portanto, a referida Lei Municipal tem um caráter normalizador, que vai trazer um certo efeito de “homogeneização” do corpo populacional para a questão da limpeza urbana; uma *normação* como mecanismo processual, em que se operam dispositivos disciplinares e que é típica de uma sociedade como a nossa. Na aula ministrada em 17 de janeiro de 1979 no Collège de France, traduzida em *Nascimento da biopolítica*, o pirotécnico arqueogenealogista afirma que há:

Duas vias que implicam duas concepções da lei, pois de um lado, na via axiomática revolucionária, digamos assim, a lei vai ser concebida como o quê? Como a expressão de uma vontade. Vamos ter portanto um sistema vontade-lei. Vocês vão encontrar o problema da vontade, é claro, no próprio cerne de todos os problemas de direito, o que também autentica o fato de que essa problemática é uma problemática fundamentalmente jurídica. A lei é concebida portanto como a expressão de uma vontade, de uma vontade coletiva que manifesta a parte de direito que os indivíduos aceitaram ceder e a parte que eles querem reservar. Na outra problemática, na via radical utilitarista, a lei será concebida como efeito de uma transação que vai colocar, de um lado, a esfera da intervenção do poder público e, de outro, a esfera da independência dos indivíduos (Foucault, 2008b, p. 57).

As cinco cartilhas educacionais, elaboradas pelo CGLU, possuem a função estratégica de didatizar a Lei Municipal nº 6.321/2018. São elas: a) Cartilha para Grandes Geradores de Resíduos; b) Cartilha para Usina de Processamento de Resíduos da Construção Civil; c) Cartilha do Centro Ambiental da Ribeira; d) Cartilha da Coleta Seletiva; e) Cartilha Logística Reversa. Foram preparadas, como enuncia o CGLU no *site* da prefeitura de São Luís, para orientar os diversos agentes públicos sobre a melhor forma de destinar resíduos na capital maranhense.

A orientação aos agentes, funcionalidade das cartilhas educacionais, está sob duas vias processuais que envolvem: a) o processo de *normalização*, em que se operam dispositivos de seguridade, mobilizados pelo Comitê; b) o processo de *normatização*, em que são operadas normativas que possibilitam a norma, o controle e a regulação do Estado (neste caso, representado pela gestão municipal de Eduardo Braide) sobre a vitalidade do sujeito-população, ou seja, incide na vida de cada sujeito e, conseqüentemente, na da população enquanto

coletividade. Por isso, importa destacar a dissertação de Bruno Rodrigues, em que ele afirma que:

Em 2018, esta série enunciativa – limpeza e sustentabilidade – é intensificada pela criação da Lei Municipal Nº 6.321/2018, que trata sobre a gestão dos resíduos sólidos. Essa lei é uma exigência da Lei Federal Nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, doravante PNRS. É importante destacar que a lei municipal é baseada na lei federal, de modo que ambas possuem os mesmos princípios. Dentre eles, destacamos a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considera as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública; o desenvolvimento sustentável; a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania. (Rodrigues, 2021, p. 77-78).

Em torno do enunciado “São Luís inteligente”, o encarte da SEMISPE também revela uma “nuvem de conceitos-chave”, cuja materialidade discursiva destaca o conceito “Cidades Inteligentes” e outros enunciados como Preservação, Sustentabilidade, ambiente, bem-estar, mobilidade, mobilização, planejamento, economia, tecnologia, sociedade, etc. Esse conjunto de enunciados forma discursos biopolíticos que constroem saberes para uma “Cidade Inteligente”, uma formação discursiva com enunciados que produzem verdades para o governo de si e dos outros. De acordo com Foucault, há um princípio organizador e regulador na arte de governar e que são postos a certas governamentalidades:

Limites de fato que podem vir da história, que podem vir de um estado de coisas historicamente determinado, mas também podem ser e também devem ser determinados como os limites de certo modo desejáveis, os limites adequados a serem estabelecidos justamente em função dos objetivos da governamentalidade, dos objetos com que ela lida, dos recursos do país, sua população, sua economia, etc. – em suma, a análise do governo, da sua prática, dos seus limites de fato, dos seus limites desejáveis (Foucault, 2008b, p. 55).

O encarte da SEMISPE, além disso, enuncia que, ao invés de definir que cidades devem ou não ser inteligentes, é construtivo se pensar nas atividades e fatores que podem tornar uma cidade mais inteligente e considerar a realidade local. Essa enunciação aponta para a construção governamental de uma gestão política que não seja estritamente global, mas que considere uma gestão política mais local da vida do sujeito-população.

Figura 1. Cartilhas educacionais: primeiras páginas



Figura 2. Encarte da SEMISPE (recorte)



Considerações finais

O resultado desta pesquisa demonstra que, para Foucault (1995; 2012), o sujeito, resultante de processos de objetivação e de subjetivação, não é um ser empírico; é um sujeito fabricado, histórica e socialmente, através de discursos enredados no interior de uma teia de saberes-poderes que emergem de diversos campos, tais como saúde, educação, sustentabilidade. Logo, os discursos que o objetivam e o subjetivam estão submetidos a relações entre biossaber e biopoder, que se constroem por meio de uma rede dispositiva de governamentalidade e de biopolíticas, composta por vários dispositivos, como os de segurança, os de saúde, os da lei.

Esta pesquisa também demonstra que existem, no interior de enunciados como “São Luís inteligente” e “Cidades Inteligentes”, relações de forças, jogos de verdades que fazem apelo à limpeza urbana, à saúde, e direcionam e administram a vida dos sujeitos em prol de uma cidade sustentável. Logo, “São Luís inteligente”, em sua relação com outros enunciados, coloca o espaço citadino ludovicense como a “metáfora de um corpo-discurso”, como parte de uma ampla “prática governamental” para o corpo populacional.

Referências

COMITÊ GESTOR DE LIMPEZA URBANA. Disponível em: <saoluis.ma.gov.br>. Acesso em: 8 ago. 2023.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 25ª edição. Editora Graal. São Paulo, 2012.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7ªed. 2005.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège De France (1977-1978); Tradução: Claudia Berliner – São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*: curso dado no Collège De France (1978-1979); Tradução: Claudia Berliner – São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P, & DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GREGOLIN, M. A Arqueogenealogia Foucaultiana como lente para a análise do Governo da Língua Portuguesa no Brasil: continuidades e disrupções. *Revista Moara/Estudos Linguísticos*, Pará, Edição 57, Vol. 2/ jan-jul 2021.

HARDT, M; NEGRI, A. Produção Biopolítica. In: HARDT, M; NEGRI, A. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001. P. 41-60.

MARANHÃO (Estado). Prefeitura de São Luís. Lei Municipal nº 6.321/2018 – Sistema de Limpeza Urbana. São Luís, 2018. Disponível em: <saoluis.ma.gov.br>. Acesso em: 8 ago. 2023.

REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução de M. do R. Gregolin, N. Milanez, C. Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

RODRIGUES, B. *Cidadão limpeza, cidade beleza: discurso e governamentalidade do corpo populacional pelo dispositivo de segurança*. 2021. 108 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

VEYNE, P. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Tradução de M. J. de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.